

**2022**  
**Maio**

# **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM**

**FASE 2 | RELATÓRIO AMBIENTAL**





Esta página foi deixada propositadamente em branco



## FICHA TÉCNICA

### Coordenação

José António Lameiras

### Equipa técnica

Ana Amorim

Andreia Quintas

Helda Mendes Ramalho

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE</b>	<b>10</b>
<b>3. OBJETO DE AVALIAÇÃO</b>	<b>14</b>
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PUO	14
3.2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	16
3.3 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	16
3.4 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	19
3.5 DIAGNÓSTICO	22
3.6 OBJETIVOS DO PUO	23
<b>4. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO</b>	<b>26</b>
4.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)	26
4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)	28
4.3 FATORES AMBIENTAIS	29
4.4 FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD)	30
<b>5. QUADRO DE GOVERNANÇA</b>	<b>38</b>
<b>6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA</b>	<b>40</b>
<b>6.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>41</b>
6.1.1 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	41
6.1.2 ANÁLISE SWOT	51
6.1.3 PROPOSTAS DO PUO	52
6.1.4 AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS – OPORTUNIDADES E RISCOS	54
6.1.5 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	58
<b>6.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO</b>	<b>60</b>
6.2.1 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	60
6.2.2 ANÁLISE SWOT	74
6.2.3 PROPOSTAS DO PUO	74
6.2.4 AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS – OPORTUNIDADES E RISCOS	77
6.2.5 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	82
<b>6.3 VALORES NATURAIS, CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS</b>	<b>84</b>
6.3.1 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	85
6.3.2 ANÁLISE SWOT	100
6.2.6 PROPOSTAS DO PUO	101
6.3.3 AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS – OPORTUNIDADES E RISCOS	102
6.3.4 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	110

<b>6.4</b>	<b>QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<b>114</b>
6.4.1	ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	115
6.4.2	ANÁLISE SWOT	132
6.4.3	PROPOSTAS DO PUO	132
6.4.4	AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS – OPORTUNIDADES E RISCOS	134
6.4.5	DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	142
<b>7.</b>	<b>SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA</b>	<b>149</b>
7.1	OPORTUNIDADES E RISCOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	149
7.2	DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	153
<b>8.</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>161</b>
<b>9.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>162</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO I – PONDERAÇÃO DOS PARECERES RECEBIDOS À DEFINIÇÃO DO ÂMBITO</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO II – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO</b>	<b>173</b>

## ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AEREHS	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
AIV	Áreas de instabilidade de vertentes
Art.º	Artigo
ARU	Área de Reabilitação Urbana
CALM	Cursos de água e respetivos leitos e margens
CIMT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
CMO	Câmara Municipal de Ourém
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo
DA	Declaração Ambiental
DO	Denominação de Origem
DOP	Denominação de Origem Protegida
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ERAE	Entidades com responsabilidades ambientais específicas
ETA	Estação de tratamento de água
ETAR	Estação de tratamento de águas residuais
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos de Decisão
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPA	Inventário do Património Arquitetónico
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PEDU	Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PDM	Plano Diretor Municipal
PIAAC-MT	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território

PP	Plano de Pormenor
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROFLVT	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PU	Plano de Urbanização
PUO	Plano de Urbanização de Ourém
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RSU	Resíduos sólidos urbanos
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SUOPG	Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
UT	Unidades territoriais
ZAC	Zonas ameaçadas pelas cheias
ZEC	Zona Especial de Conservação

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Urbanização de Ourém (PUO)**. Visa identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, e do qual constam, atendendo à prévia definição do seu âmbito.

A **Avaliação ambiental** pode ser definida como “*a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final*” (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio). Este instrumento legislativo estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, impondo a obrigatoriedade do procedimento de Avaliação ambiental de planos e programas de ordenamento do território.

Esta imposição é consubstanciada pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio na sua redação atual) que, no art.º 100.º, que indica que o Plano de Urbanização, entre outros elementos, é acompanhado pelo Relatório ambiental, “*no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente que possam decorrer da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos*”, sendo que, os Planos de Urbanização apenas são objeto de avaliação ambiental “*no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente ou nos casos em que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de incidências ambientais*” (art.º 78.º). O PUO, pelas dimensões da área abrangente, bem como pelas características deste território, impõem a necessidade de elaboração da AAE.

O Relatório Ambiental do PUO é constituído por **nove capítulos**:

- o capítulo atual, de caráter introdutório;
- o segundo capítulo, onde se descrevem os objetivos e metodologia da AAE;
- o terceiro capítulo, dedicado ao objeto de intervenção, com a contextualização, caracterização e diagnóstico da área de intervenção;
- o quarto capítulo, incidindo na definição dos Fatores Críticos de Decisão, apresentando o Quadro de Referência Estratégico, as Questões estratégicas, os Fatores ambientais, assim como identificando os critérios e indicadores por FCD.
- o quinto capítulo, apresentando o Quadro de governança, onde se elencam as entidades que deverão ser envolvidas no processo de implementação do PUO;
- o sexto capítulo, onde se apresentam a análise e avaliação estratégica, sendo efetuada uma descrição das tendências e identificados os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do território, assim como avaliadas as opções estratégicas e definidas as diretrizes para o seguimento no PUO, no âmbito de cada FCD;
- o sétimo capítulo, compreendendo um sumário da Avaliação ambiental estratégica, onde se sintetizam as oportunidades e riscos ambientais identificados e as diretrizes de planeamento propostas;
- o oitavo capítulo, contendo as conclusões da Avaliação ambiental estratégica do PUO.

## 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

No âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a Avaliação Ambiental constitui um procedimento de acompanhamento contínuo e sistemático de avaliação, implicando uma abordagem estratégica, que visa garantir que os efeitos ambientais das soluções apresentadas pelo plano são tidos em consideração, ao longo do seu processo de elaboração, desde a preparação, até à sua aprovação. De acordo com Botelho & Cunha (2008, 20), *“a avaliação ambiental dos PMOT deve ser entendida como um procedimento abrangente integrado no procedimento de elaboração dos planos, contínuo e sistemático, de avaliação da sustentabilidade ambiental, que visa garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no plano são tomados em consideração durante a respetiva elaboração e antes da sua aprovação”*.

Neste sentido, a metodologia adotada assumiu a integração da AAE no processo de planeamento do PUO, estando cada uma das suas etapas articulada com as diferentes fases do processo de elaboração do plano, numa **abordagem integrada e estratégica**, conforme se pode observar na Figura seguinte.

### Fase 1 – Definição do âmbito e objetivos da AAE

Esta fase incide na *“recolha, sistematização e organização da informação necessária para que a construção do modelo de ocupação e uso do território tenha em conta os parâmetros e as metas definidas ao nível do quadro da AAE e seja aferido de forma eficaz pelas estruturas de acompanhamento e participação adequadas”* (Botelho & Cunha, 2008: 61), devendo ocorrer simultaneamente com a fase dos estudos de caracterização e diagnóstico do PU.

O objetivo principal desta fase é entender o contexto em que a AAE se realiza, consistindo na identificação do objeto de avaliação, bem como a seleção dos **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) que irão estruturar e conferir a focagem à análise e à avaliação estratégica, estabelecendo o alcance da avaliação ambiental, o contexto institucional e o quadro de agentes a envolver, bem como a estratégia de comunicação. De acordo com Partidário (2007: 18), os FCD *“constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”*. São identificados tendo como base uma análise integrada dos seguintes elementos:

a) **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** – enquadramento estratégico da AAE, que fornece um referencial para avaliação, englobando as várias políticas relacionadas com o ambiente e a sustentabilidade a nível internacional, nacional, regional e local que sejam relevantes, bem como as ligações a outros planos e programas.

b) **Questões estratégicas (QE)** - objetivos estratégicos e linhas de força do PUO, que contribuem para a definição dos FCD. Permitem dar resposta às exigências legais relativas à descrição geral do conteúdo e dos principais objetivos do plano.

c) **Fatores ambientais (FA)** - definem o âmbito ambiental relevante, devendo ser baseados nos fatores ambientais legalmente estabelecidos, mas sendo ajustados a cada caso específico, em função da estratégia do plano, da escala e relevância no território em questão.

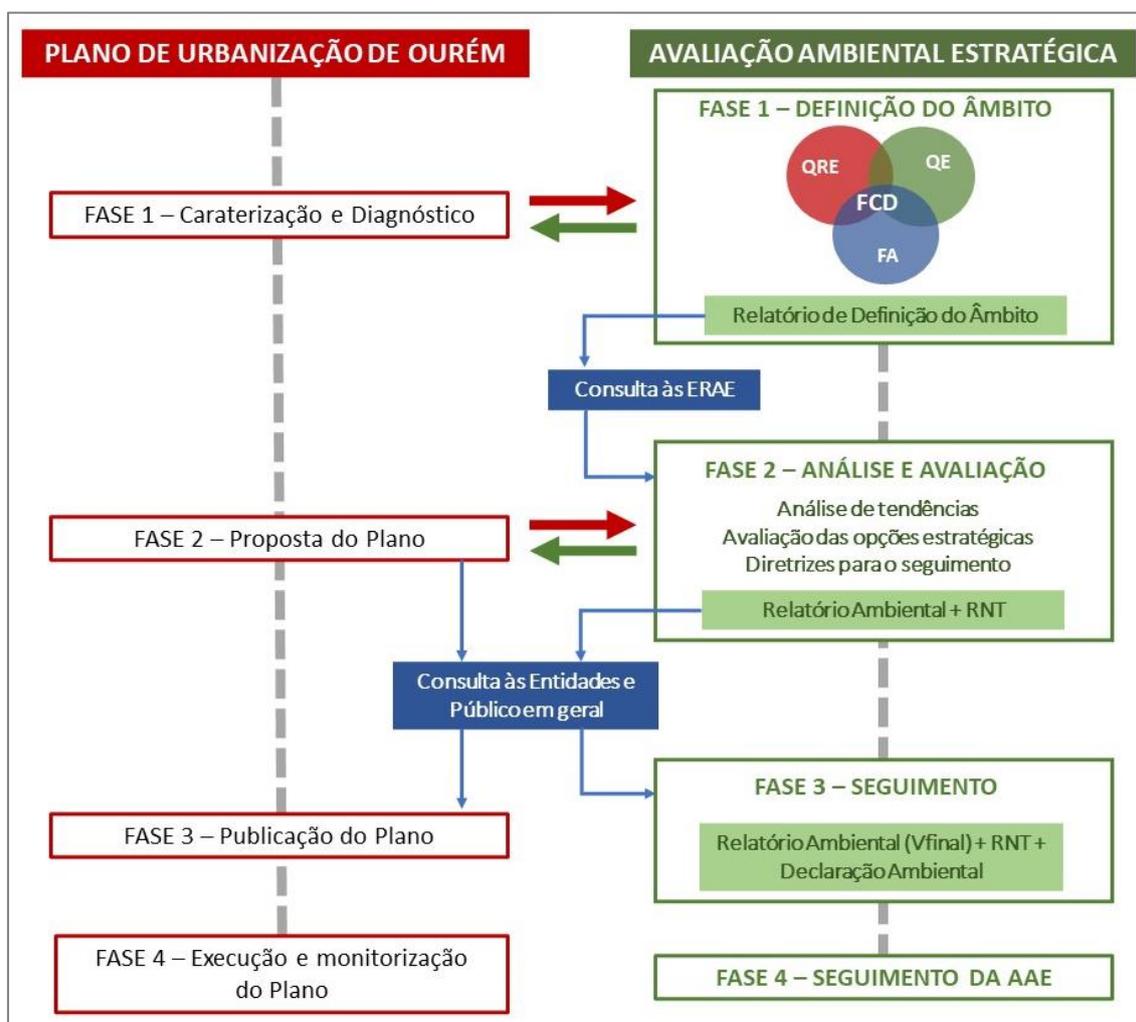


Figura 1: Articulação entre as etapas do PUO e as fases da AAE  
Fonte: Elaboração própria

Os FA encontram-se definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, e incluem: “a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados”.

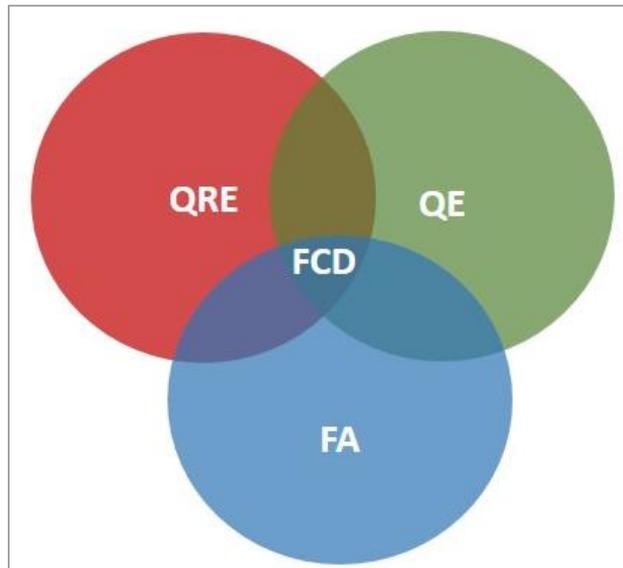


Figura 2: Processo de identificação dos FCD  
Fonte: Adaptado de Partidário, 2007

## Fase 2 – Análise, Avaliação e Elaboração do Relatório Ambiental (RA)

Esta fase constitui uma etapa de análise de informação, onde são elaborados estudos relativamente aos FCD definidos, cuja avaliação se baseia na análise comparativa de possíveis cenários futuros e na análise de tendências evolutivas. Deste modo, é possível definir quais as ações que potencialmente podem causar efeitos significativos no ambiente e, conseqüentemente, os riscos e oportunidades inerentes à futura implementação do plano. Nesta fase são também verificadas quais as compatibilidades, incompatibilidades e sinergias, decorrentes do plano que, em conjunto, com a avaliação comparativa formulada permitem fazer uma seleção das estratégias a adotar.

Integra também um programa de monitorização e gestão ambiental, que permitirá a avaliação e o controlo dos potenciais efeitos significativos no ambiente (riscos e oportunidades), causados pela implementação do plano, no futuro.

### **Fase 3 – Consulta pública, emissão da Declaração Ambiental (DA) e aprovação do Plano**

Nesta fase é elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá apresentar e fundamentar as considerações ambientais integradas na versão final do Relatório Ambiental, bem como os resultados da participação pública e os pareceres emitidos pelas Entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).

### **Fase 4 – Seguimento | Execução e Monitorização do Plano**

Esta fase, que decorre após a aprovação e implementação do plano, deverá ser conduzida pela Câmara Municipal, consistindo na execução do programa de monitorização previsto na segunda fase, visando a contínua monitorização dos efeitos decorrentes na implementação do PUO.

O presente relatório, Relatório Ambiental, corresponde à segunda fase do procedimento de AAE do PUO, tendo como objetivo realizar os estudos técnicos de acordo com os FCD selecionados na Fase anterior e o nível de pormenorização e alcance estabelecido, que permitem fazer a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade, bem como estabelecer diretrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e que devem ser implementadas na fase final. Esta fase visa, em particular (Partidário, 2007: 25):

*“- Usar cenários de futuros possíveis e considerar opções e alternativas para atingir os objetivos propostos*

- Analisar as principais tendências ligadas aos FCD*
- Avaliar e comparar opções que permitam escolhas*
- Avaliar oportunidades e riscos*
- Propor diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação”.*

### 3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

Este capítulo destina-se à **caraterização da área de intervenção do PUO**, principiando por efetuar a sua contextualização. Neste sentido, inicia-se por efetuar a sua contextualização, apresentando-se em seguida o enquadramento geográfico, a análise e caraterização da área de intervenção, os IGT aplicáveis, assim como um diagnóstico. Apresenta-se também os objetivos do PUO.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PUO

A elaboração do PUO foi determinada pelo Aviso n.º 6993/2015, de 23 de junho, e embora os termos de referência para o procedimento de elaboração tenham já sido publicados no Diário da República, em 2006, através do Aviso 447/2006, de 20 de fevereiro, procedeu-se, nesta altura, a uma atualização dos objetivos, bem como do perímetro do plano. A qualificação ambiental do procedimento manteve-se.

Segundo o Aviso n.º 6993/2015, o procedimento de elaboração do PUO visa contribuir para a melhoria da articulação entre as cidades de Ourém e Fátima, a procura por uma estrutura territorial homogénea, a ponderação dos instrumentos de gestão territorial e a definição de um modelo de execução para a cidade. Apresenta como objetivos específicos:

*“1 - Afirmar a cidade no sistema urbano municipal enquanto sede administrativa e supramunicipal;*

*2 - Ordenar a cidade, tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente o respeito pela paisagem e capacidade de carga do território;*

*3 - Aumentar e qualificar a oferta de equipamentos de utilização coletiva e de espaços públicos de estadia, recreio e lazer, sobretudo nas zonas de expansão urbana e ao longo da Ribeira de Seixa;*

*4 - Promover a reabilitação de edifícios e de espaços públicos, sobretudo no centro histórico e na área da antiga Vila de Ourém;*

*5 - Promover o dinamismo e o desenvolvimento sustentável das atividades económicas da cidade;*

*6 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas;*

*7 - Fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas;*

*8 - Assegurar maiores e melhores acessibilidades internas e externas especialmente ao IC9.”*

Em 2019, foi publicada nova deliberação de elaboração do PUO através do Aviso (extrato) n.º 2825/2019, de 20 de fevereiro, tendo os Termos de Referência sido redefinidos em dezembro de 2018, de forma a ajustá-los à realidade atual, e constando dos seguintes objetivos:

*“1 - Afirmar a cidade no sistema urbano municipal enquanto sede administrativa e supramunicipal;*

*2 - Ordenar a cidade, tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente o respeito pela paisagem e capacidade de carga do território;*

*3 - Programa para as áreas comerciais;*

*4 - Identificação de usos incompatíveis entre si e com as categorias do espaço, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades;*

*5 - Dinamizar a estrutura económica, promovendo a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável;*

*6 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger; criando condições para a promoção e utilização turística;*

*7 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;*

*8 - Aumentar e qualificar a oferta de equipamentos de utilização coletiva e de espaços públicos de estadia, recreio e lazer, sobretudo nas zonas de expansão urbana e ao longo da Ribeira de Seiça;*

*9 - Promover a reabilitação de edifícios e de espaços públicos, sobretudo no centro histórico e na área da antiga Vila de Ourém;*

*10 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas;*

*11 - Fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas;*

*12 - Programa de equipamentos coletivos, tendo em consideração as orientações e critérios fornecidos pelos Serviços da Câmara Municipal e os determinados pelo PDM;*

13 - Proposta de organização da circulação e estacionamento assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas especialmente ao IC9”.

### 3.2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A área de intervenção do PUO localiza-se nas freguesias de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias, abrangendo uma área de **467,23 hectares (Erro! A origem da referência não foi encontrada.)**. Esta área engloba a Cidade de Ourém, compreendendo o território desde a encosta da Lourinha até à parte do morro do Castelo de Ourém, integrando a malha urbana, os espaços intersticiais, a galeria ripícola ao longo da ribeira de Seiça, bem como o casco antigo do Castelo de Ourém.

### 3.3 ANÁLISE E CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A evolução urbana da Cidade de Ourém reflete as condições geográficas, climáticas, morfológicas e agrícolas da região, bem como os diversos acontecimentos históricos e sociais ocorridos, podendo dividir-se em áreas com distinto carácter (sete Unidades de paisagem), que possuem um carácter distinto, mas complementar.

A área do PUO é atravessada por diversas linhas de água, destacando-se a ribeira de Seiça, que cruza transversalmente esta área urbana, na orientação oeste-este, bem como os seus afluentes, os ribeiros do Lagarinho, do Matadouro e da Caridade, que constituem um recurso hídrico vital a nível ecológico e para os sistemas de cultivo. A nível geomorfológico, esta área situa-se predominantemente sobre os Conglomerados da Caranguejeira (datado do Cretácico Inferior), a unidade mais representativa da Bacia de Ourém. A parte central denota um relevo mais suave, enquanto a sul e na envolvente norte, o relevo é mais acidentado, com elevações superiores a 300 metros, assim como maiores declives. Dominam os solos incipientes e litólicos, que ocorrem, respetivamente, junto às linhas de águas e na periferia da Cidade. Nas áreas mais elevadas e com maiores declives, existem solos profundos com pouco teor de húmus e vegetação muito pouco densa formados a partir de calcários margosos.

A ribeira de Seiça destaca-se também pelo seu valor ecológico, constituindo um corredor verde que conecta com a Zona Especial de Conservação (ZEC) Sicó/Alvaiázere, existindo, na área do PUO, zonas com vegetação ribeirinha, pinhais, azinheiras e sobreiros. É também de realçar a existência de uma árvore classificada de interesse público: um plátano-comum (*Platanus x acerifolia*).

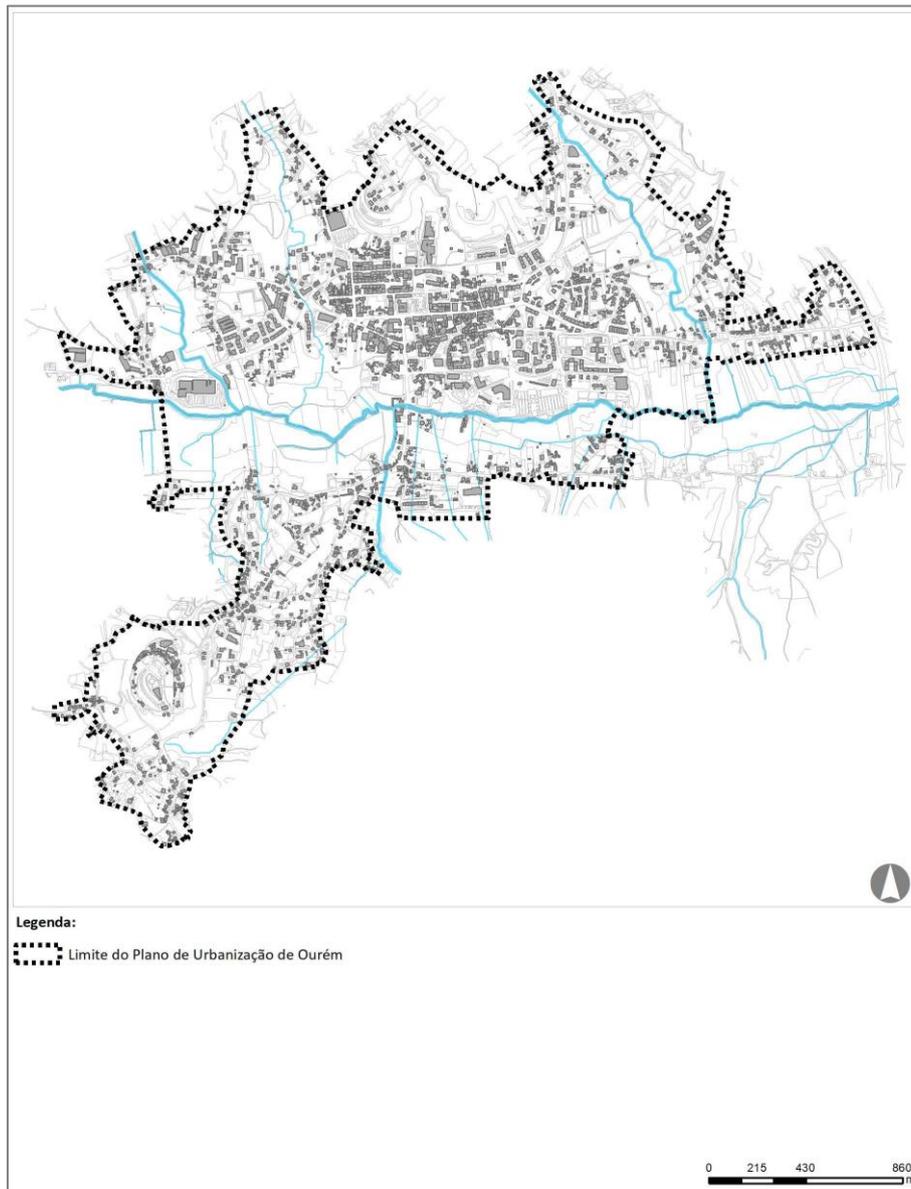


Figura 3: Enquadramento geográfico da área do PUO

A cidade é atravessada por 4 estradas municipais: EM113 (antiga EN113), EM349 (antiga ER349), EM560 e EM523-2, assegurando uma boa conectividade, tanto a nível municipal como regional, sendo complementada pela rede ferroviária, encontrando-se a Cidade de Ourém a cerca de 10 Km da estação Caxarias e 7 Km do apeadeiro Seiça-Ourém.

Na área do PUO existiam, em 2011, 1.296 edifícios clássicos (evidenciando um aumento de 11% relativamente a 2001), a que correspondia um total de 3.331 alojamentos, sendo a maioria familiares de residência habitual e apenas 10,8% encontravam-se vagos. Os alojamentos mostram ter boas condições de habitabilidade, com uma taxa de dotação superior

a 99% nas situações de acesso a água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche. A análise da época de construção mostra que cerca de um quinto dos edifícios foi construída antes de 1960, tendo cerca de dois terços do total do edificado sido construída no período 1961-2000 e apenas 15% após esta data.

A maior concentração de edifícios ocorre na Vila Medieval e no centro da cidade, sendo nesta última zona que existe uma maior diversificação de usos e funções, incluindo estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e equipamentos de utilização coletiva. É também nestas duas zonas que predominam os espaços públicos de permanência, destacando-se os largos e praças que permeiam a malha urbana. Os espaços públicos de maior dimensão, como o Parque Linear (Parque Dr. António Teixeira) e a Mata Municipal situam-se na envolvente do centro cívico, mas estabelecendo uma forte relação com este. A cidade possui uma vasta rede de equipamentos de utilização coletiva, disponibilizando vários bens e serviços de âmbito local e mesmo concelhio.

Dados do Censos 2011 mostram que, nesse ano, a população residente na área do PUO era de 5.716 indivíduos (correspondendo a cerca de 12% da população residente no concelho), denotando um aumento populacional desde a década de 90. A população jovem representava cerca de 17% da população total, enquanto a percentagem de população idosa situava-se nos 14%, revelando uma tendência de envelhecimento nesta área, embora bastante inferior à situação concelhia. A percentagem de população residente com o ensino secundário ou ensino superior concluído assume uma boa representatividade, abrangendo quase um terço da população do PUO. Praticamente metade da população encontra-se empregada (sendo a taxa de desemprego de 7,1%), destacando-se o setor terciário, que emprega 34,6% da população ativa.

Esta área possui um património cultural bastante diverso, fruto da sua complexa história e da sua evolução ao longo dos tempos, constando de 2 Conjuntos Arquitetónicos, 1 Monumento Nacional, 4 Imóveis de Interesse Público, 32 exemplares de arquitetura religiosa e civil inventariados e 8 elementos arqueológicos. São também de realçar as rotas e caminhos que atravessam este território, quer com propósitos lúdicos, turísticos ou de lazer.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A revisão do **Plano Diretor Municipal (PDM) de Ourém** foi publicada através do Aviso (extrato) n.º 10844/2020, de 23 de julho. Estabelece um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, assente em 3 vetores estratégicos: (a) Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana; (b) Dinamizar a economia e incrementar a inovação, competitividade e internacionalização; e (c) Potenciar as aptidões territoriais distintas num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial.

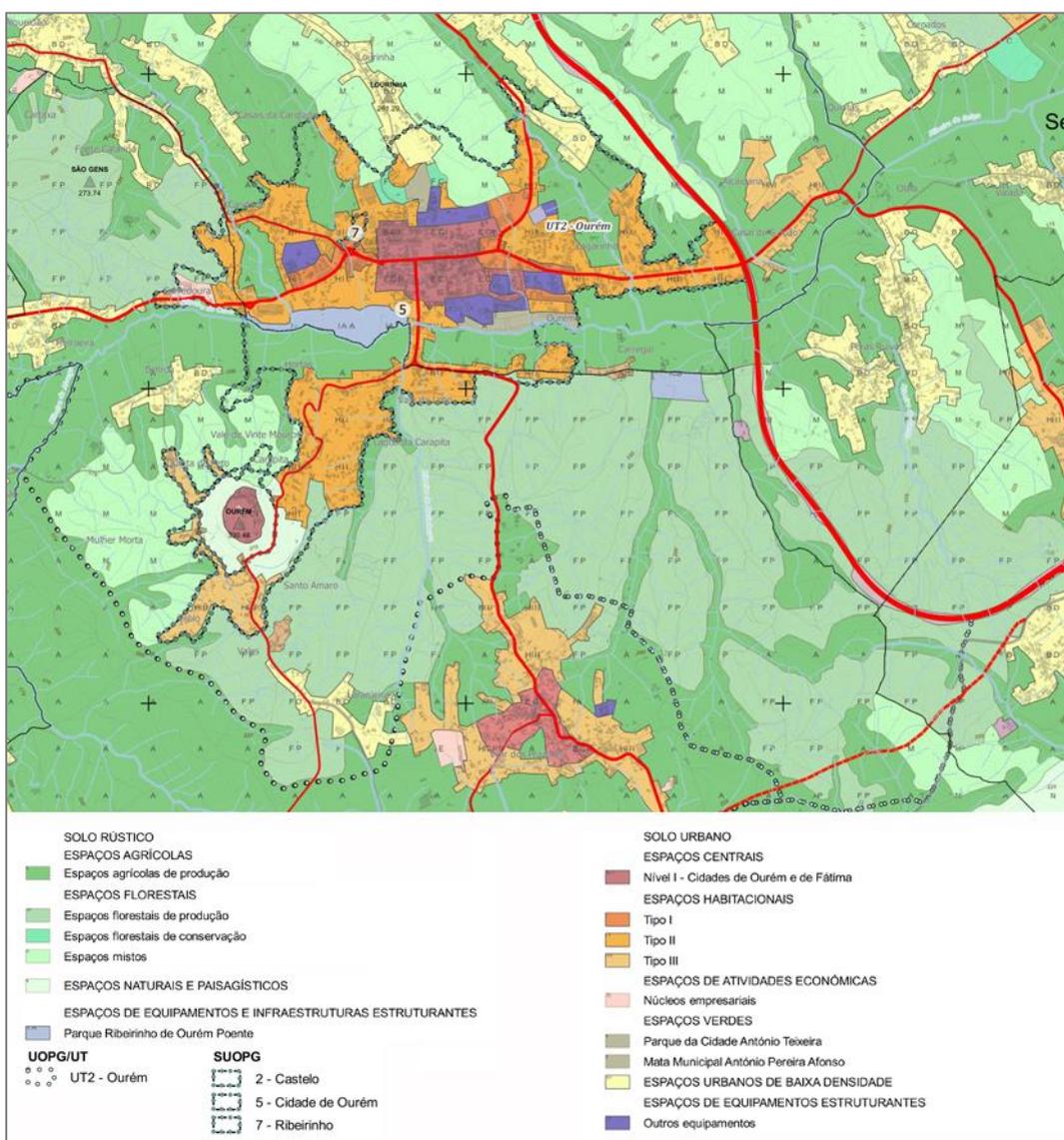


Figura 4: Extrato da Planta de Ordenamento da revisão do PDM  
 Fonte: Câmara Municipal de Ourém

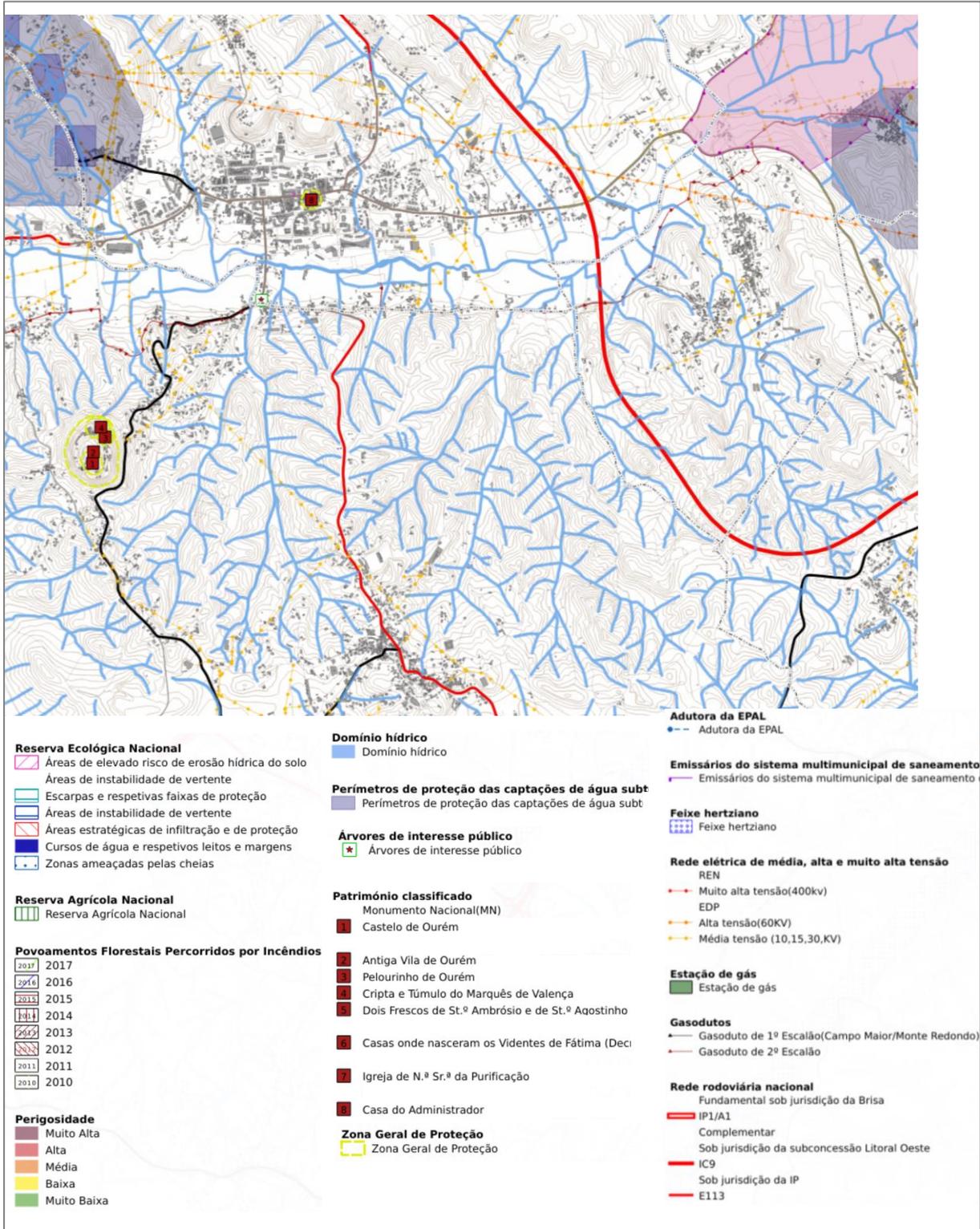


Figura 5: Extrato da Planta de Condicionantes da revisão do PDM  
 Fonte: Câmara Municipal de Ourém

De acordo com a Planta de Ordenamento, a área do PUO encontra-se maioritariamente em **Solo urbano**, indicando a existência de uma malha urbana com ocupação edificada, e que dispõem de infraestruturas urbanas, de equipamentos e de serviços. Integra as seguintes categorias: Espaços Centrais de Nível I – Cidade de Ourém; Espaços Habitacionais de Tipo I, II e III; Espaços de Atividades Económicas – Núcleos Empresariais; Espaços Verdes; Espaços Urbanos de Baixa Densidade; e Espaços de Equipamentos Estruturantes.

Na área do PUO incidem ainda as seguintes categorias de **Solo rústico**: Espaços Agrícolas de Produção; Espaços Florestais de Produção, Conservação e Mistos; Espaços Naturais e Paisagísticos; e Espaços de Equipamentos e Infraestruturas Estruturantes.

Foram definidas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que correspondem à aglutinação de áreas territoriais com identidade urbana e geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia funcional e constituindo as unidades territoriais (UT) que cobrem a totalidade da área do município. Para a cidade de Ourém, inserida na **UT2-Ourém**, foram estabelecidos conteúdos programáticos que se focam sobretudo na sustentabilidade ambiental e na melhoria da qualidade de vida, na reabilitação do tecido urbano e na requalificação do espaço público, na promoção do património, na disponibilidade de equipamentos, na apropriação da ribeira de Seiça e no reforço da relação entre a cidade e a Vila Medieval, no incentivo à mobilidade sustentável e na atração de investimento, moradores e atividades económicas. Foram ainda definidas subunidades operativas de planeamento e gestão (SUOPG), encontrando-se três SUOPG localizadas na área do PUO. A **SUOPG2-Castelo**, que deverá ser executada através de um Plano de Pormenor de Salvaguarda ou através da delimitação de uma ou várias unidades de execução; a **SUOPG5-Cidade de Ourém**, tendo como referência a elaboração de um plano de urbanização, ou seja, corresponde ao presente plano; e a **SUOPG7-Ribeirinho**, cujo uso, ocupação e transformação do solo regem-se pelo plano de pormenor em vigor.

A área do PUO abrange ainda a zona do **PP da Quinta do Ribeirinho** que, com uma área de 1,78 hectares e situando-se na área de expansão nascente da cidade de Ourém, foi publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2000, de 20 de novembro. O uso predominante de ocupação é o de habitação unifamiliar, complementada com habitação coletiva e comércio. São também definidas áreas destinadas a espaços públicos e zonas verdes. Os terrenos nos quais é permitida a edificação, indicados na planta de implantação, mostram um número máximo de pisos de quatro (rés-do-chão + três) para habitação coletiva

e de dois (rés-do-chão + um) para habitação unifamiliar. Em cada lote edificável, a construção deverá respeitar o polígono de base de implantação indicado na planta de implantação, bem como os parâmetros de edificabilidade constantes no quadro de parcelamento.

### 3.5 DIAGNÓSTICO

No âmbito do PUO, foram identificados, sob a forma de análise SWOT, os pontos fortes e pontos fracos dos sistemas internos, assim como as oportunidades e ameaças, criadas pelos sistemas externos, que se resumem no Quadro seguinte.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento crescente do papel da cidade Ourém/Fátima em termos de equilíbrio territorial;</li><li>• Contexto histórico-cultural da cidade de Ourém;</li><li>• Património cultural, histórico, arquitetónico e arqueológico;</li><li>• Local de passagem de vários caminhos e rotas de peregrinos;</li><li>• Aumento da população residente e do número de famílias na cidade entre 2001 e 2011;</li><li>• Índice de envelhecimento na cidade consideravelmente inferior ao verificado no concelho e em Portugal;</li><li>• Dependência de Jovens superior à média do concelho;</li><li>• Taxa de desemprego bastante inferior à média nacional;</li><li>• Boa qualificação da população ativa residente;</li><li>• Boas condições de habitabilidade (acesso a abastecimento de água canalizada e saneamento);</li><li>• Vasta rede de equipamentos de utilização coletiva (em especial no centro cívico e na zona de expansão sul);</li><li>• Oferta comercial e de serviços diversificada;</li><li>• Presença da ribeira de Seiça, Parque Linear, e Mata Municipal de Ourém;</li><li>• Boa rede de espaços públicos de estadia, recreio e lazer no centro da cidade de Ourém e na Vila Medieval;</li><li>• Grande parte das deslocações pendulares são na freguesia;</li><li>• Número elevado de operações urbanísticas aprovadas ou de informações prévias favoráveis emitidas nos últimos anos;</li><li>• Vontade do Município em apostar na reabilitação urbana na cidade de Ourém;</li><li>• Contexto histórico-cultural da cidade de Ourém, com o seu Centro Histórico e a Vila Medieval.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disparidade morfológica e funcional entre os núcleos consolidados e o restante território;</li><li>• Decréscimo acentuado da construção de edifícios entre o período 2001-2011, quando comparado com a década anterior;</li><li>• Percentagem elevada de edifícios totalmente ou parcialmente devolutos na cidade, bem como de edifícios a evidenciar necessidades de intervenção a curto prazo;</li><li>• Aumento da população residente idosa na cidade em 2% e diminuição da população jovem na mesma proporção;</li><li>• Modelo de mobilidade urbana ainda muito assente no transporte individual;</li><li>• Insuficientes ligações de transportes coletivos à cidade;</li><li>• Distância significativa entre o centro cívico da cidade de Ourém e a Vila Medieval;</li><li>• Articulação deficitária entre o centro cívico da cidade de Ourém e a Vila Medieval;</li><li>• Alguns espaços públicos necessitam de intervenção;</li><li>• Carência de zonas de socialização nas áreas de menor densidade da malha urbana;</li><li>• Vários arruamentos pensados para o automóvel, em detrimento do peão.</li></ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>• Contexto favorável em termos de política urbana europeia, muito direcionada para a promoção e apoio eficaz a estratégias de desenvolvimento urbano sustentável e para o reforço do policentrismo;</li><li>• Prioridade atribuída, no quadro das políticas públicas nacionais e comunitárias, ao reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos territórios, nomeadamente nos sistemas de mobilidade e transportes;</li><li>• Incorporação de uma componente territorial nas políticas ativas de emprego;</li><li>• Aposta europeia nas políticas de reabilitação urbana e melhoria do ambiente urbano;</li><li>• Excelente localização no contexto regional e nacional, com proximidade a grandes vias e facilidade em chegar rapidamente aos principais centros urbanos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Declínio demográfico e económico no Médio Tejo;</li><li>• Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados;</li><li>• Dificuldade de atração de investidores externos;</li><li>• Aumento dos níveis de pobreza e de exclusão social, ligados ao desemprego, ao envelhecimento e à dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais.</li></ul>

Quadro 1: Análise SWOT para a área do PUO

### 3.6 OBJETIVOS DO PUO

Tendo como **visão para a cidade de Ourém** “*instituir um modelo de desenvolvimento sustentável, competitivo, atrativo, conetivo e resiliente capaz de vencer os desafios futuros e afirmar a Cidade de Ourém como um centro urbano de importância regional e exemplo de qualidade urbana*”, foram definidos os seguintes objetivos principais e específicos para o PUO:

#### **Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho:**

Oe1.1 - Promover um programa de equipamentos/funções urbanas de âmbito municipal e supramunicipal

#### **Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade:**

Oe2.1 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;

Oe2.2 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger, criando condições para a promoção e utilização turística;

Oe2.3 - Integração da Vila Medieval na rota do património urbano da Cidade;

Oe2.4 - Valorizar a arquitetura do edificado e do espaço público, sendo mais exigente na apreciação dos respetivos projetos;

Oe2.5 - Incremento da regeneração e reabilitação urbana;

**Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização:**

Oe3.1 - Reforçar a dotação dos espaços verdes urbanos enquanto espaços de utilização coletiva e de valorização ambiental e paisagística do meio urbano;

Oe3.2 - Assegurar a continuidade da estrutura verde, como integrante do sistema ecológico e conforto da mobilidade suave;

Oe3.3 - Integrar a Ribeira de Seiça e suas margens no parque urbano da cidade;

**Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda:**

Oe4.1 - Proposta de organização da circulação e estacionamento, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, especialmente ao IC9;

**Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação:**

Oe5.1 - Ordenar a cidade tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente, o respeito pela paisagem e a capacidade de carga do território;

Oe5.2 - Promover a reabilitação do edificado (ARU/ORU) e a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, incluindo a reabilitação dos equipamentos públicos degradados, ponderando a alteração dos usos que estiveram na sua origem;

**Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente;**

Oe6.1 - Desviar o tráfego de atravessamento, melhorando o ambiente urbano;

Oe6.2 - Densificar a arborização dos espaços públicos, incrementando a mobilidade suave e amenizando as temperaturas urbanas, numa lógica de adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas;

Oe6.3 - Reduzir o uso dominante do espaço público pelas vias de circulação automóvel;

Oe6.4 - Identificar os usos incompatíveis com a habitação, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades;

### **Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços:**

Oe7.1 - Promover a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável;

Oe7.2 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas;

Oe7.3 - Estabelecer programa para as áreas comerciais e fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas.

## 4. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Na primeira fase do procedimento da AAE do PUO, nomeadamente no Relatório de Definição do âmbito, foram definidos os Fatores Críticos para a Decisão, resultando de uma análise integrada, através do cruzamento das QE, do QRE e dos FA.

A análise dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas conduziu a um **ajuste da Definição do âmbito**, com a integração dos comentários e sugestões tecidos, sempre que se considerou adequado. Nesse sentido, as componentes/dimensões de análise que estruturam a avaliação sofreram ajustes, nomeadamente com a completagem do Quadro de Referência Estratégico e a redefinição dos indicadores propostos na fase anterior. No Anexo I apresenta-se um quadro-resumo que sintetiza o balanço dos contributos das ERAE, bem como a sua respetiva ponderação.

### 4.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

O **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** “*constitui o macro-enquadramento estratégico da AAE, criando um referencial para avaliação*”, englobando o conjunto de macro-objetivos da política ambiental e de sustentabilidade, constantes em documentos e estratégias desenvolvidos a nível internacional, europeu e nacional, que são relevantes para avaliação e são exigidos legalmente, assim como as ligações a outros planos e programas com os quais o objeto de avaliação estabelece relações, o que constitui também uma exigência legal.

No Relatório de Definição do âmbito foi estabelecido o QRE, ao qual foram ainda acrescentados alguns dos instrumentos sugeridos pelas entidades consultadas, apresentando-se, no Quadro seguinte, uma síntese da convergência entre os objetivos do PUO e os objetivos dos documentos estratégicos de referência, em termos ambientais e de sustentabilidade, e onde o grau de convergência foi classificado como: forte, média e fraco.

Verifica-se que todos os objetivos estabelecidos no PUO têm correspondência nos objetivos estabelecidos nos documentos considerados de planeamento estratégico, nacional, regional e local, e referenciados como quadro de referência estratégico. Destacam-se o Plano Diretor Municipal de Ourém (PDMO) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ourém (PEDU), por assumirem uma escala e objeto de análise similar, observando-se que os objetivos de desenvolvimento são partilhados, o que é francamente favorável para a continuidade da política de desenvolvimento preconizada a nível municipal. Quanto aos

restantes planos, verifica-se correspondência, embora nem sempre esta seja direta e clara, principalmente devido às diferenças de escala e setores de atuação dos referidos planos.

Quadro de Referência Estratégico (QRE)	Objetivos do PUO						
	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)							
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)							
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)							
Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)							
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR2020)							
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)							
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)							
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)							
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020 (PANCD)							
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) - Estratégia 2020-2030							
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020)							
Plano Nacional da Água (PNA 2015)							
Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE)							
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020)							
PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais							
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020, PERSU 2020+) e Diretiva-Quadro Resíduos							
Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)							
Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)							
Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão a 2020							
Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)							
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)							
Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020)							
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT)							
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)							

Quadro de Referência Estratégico (QRE)	Objetivos do PUO						
	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo (PGRH Tejo)							
Planos de Gestão dos Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste 2016/2021							
Plano Diretor Municipal de Ourém (PDMO)							
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ourém (PEDU)							
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAACMT)							
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém (PMEPC de Ourém)							
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourém 2018 - 2027							

Quadro 2 - Convergência do Quadro de Referência Estratégico com os objetivos do PUO

Forte correspondência
  Média correspondência
  Fraca correspondência

## 4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)

Tendo em consideração a caracterização do objeto de avaliação, a visão estabelecida, e os objetivos principais e específicos definidos pelo PUO, foram definidas as seguintes **Questões estratégicas** (QE) a considerar na avaliação ambiental:

**QE1 - Afirmação da cidade** no contexto municipal e supramunicipal, dotando-a de um conjunto de funções urbanas, promovendo a reabilitação do edificado, a criação e reabilitação de equipamentos, a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, e a ocupação dos espaços livres, numa lógica de contenção urbana.

**QE2 - Promoção do património cultural e natural** da Cidade, através da valorização e reabilitação do património construído, da proteção dos valores naturais, o respeito pela paisagem, como forma de enfatizar a identidade e melhorar a atratividade urbana.

**QE3 - Melhoria da acessibilidade** interna e externa, organizando a circulação, desviando o trânsito de atravessamento e promovendo um estacionamento mais adequado e a mobilidade suave,

**QE4 - Dinamização da atividade económica**, incentivando a instalação de empresas e serviços, estabelecendo programas para as áreas comerciais e promovendo a revitalização das atividades, com destaque para as tradicionais e de base produtiva.

**QE5 - Promover a qualidade de vida urbana e sustentabilidade ambiental,** reforçando a dotação dos espaços verdes urbanos, promovendo o espaço público de sociabilização, aumentando a arborização dos espaços públicos, assegurando a continuidade da estrutura verde, e contribuindo para adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas.

### 4.3 FATORES AMBIENTAIS

Os **Fatores ambientais** (FA) “*definem o âmbito ambiental relevante, orientado pela definição de fatores ambientais legalmente estabelecidos*”, contribuindo para os FCD”. Constituindo uma exigência legal, os FA foram definidos, tendo em consideração os fatores legalmente estabelecidos, nomeadamente os constantes na alínea e) do número 1 do artigo 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, que indica que “*os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados*”.

A partir dos fatores elencados, foi efetuada uma análise da sua relevância para o objeto de avaliação, escala e estratégia, tendo-se assim aferido ao conjunto de FA a considerar nesta AAE. O Quadro seguinte reflete a relação existente entre os FA e os objetivos do PUO, e onde se pode verificar que os fatores mais relevantes são: a População, os Bens materiais, o Solo, a Saúde humana, a Paisagem e os Fatores climáticos.

Fatores Ambientais	Objetivos do PUO						
	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Biodiversidade							
Fauna							
Flora							
Solo							
Água							
Atmosfera							

Fatores Ambientais	Objetivos do PUO						
	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
População							
Saúde humana							
Bens materiais							
Património cultural							
Paisagem							
Fatores climáticos							

Quadro 3 - Relação dos FA legalmente exigidos e os objetivos do PUO

#### 4.4 FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO (FCD)

Os **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”. Resultam de uma análise integrada, através do cruzamento das QE, do QRE e dos FA estipulados na legislação em vigor e adaptados à área de intervenção, escala e estratégia do PUO.

A Figura seguinte explicita a relação entre os FCD com as Questões estratégicas e os Fatores ambientais considerados.

Com o desenvolvimento da proposta de Plano, ocorreu também uma redefinição dos FCD, atendendo às dinâmicas da área de intervenção, as propostas efetuadas no PU, bem como as observações apresentadas pelas entidades consultadas.

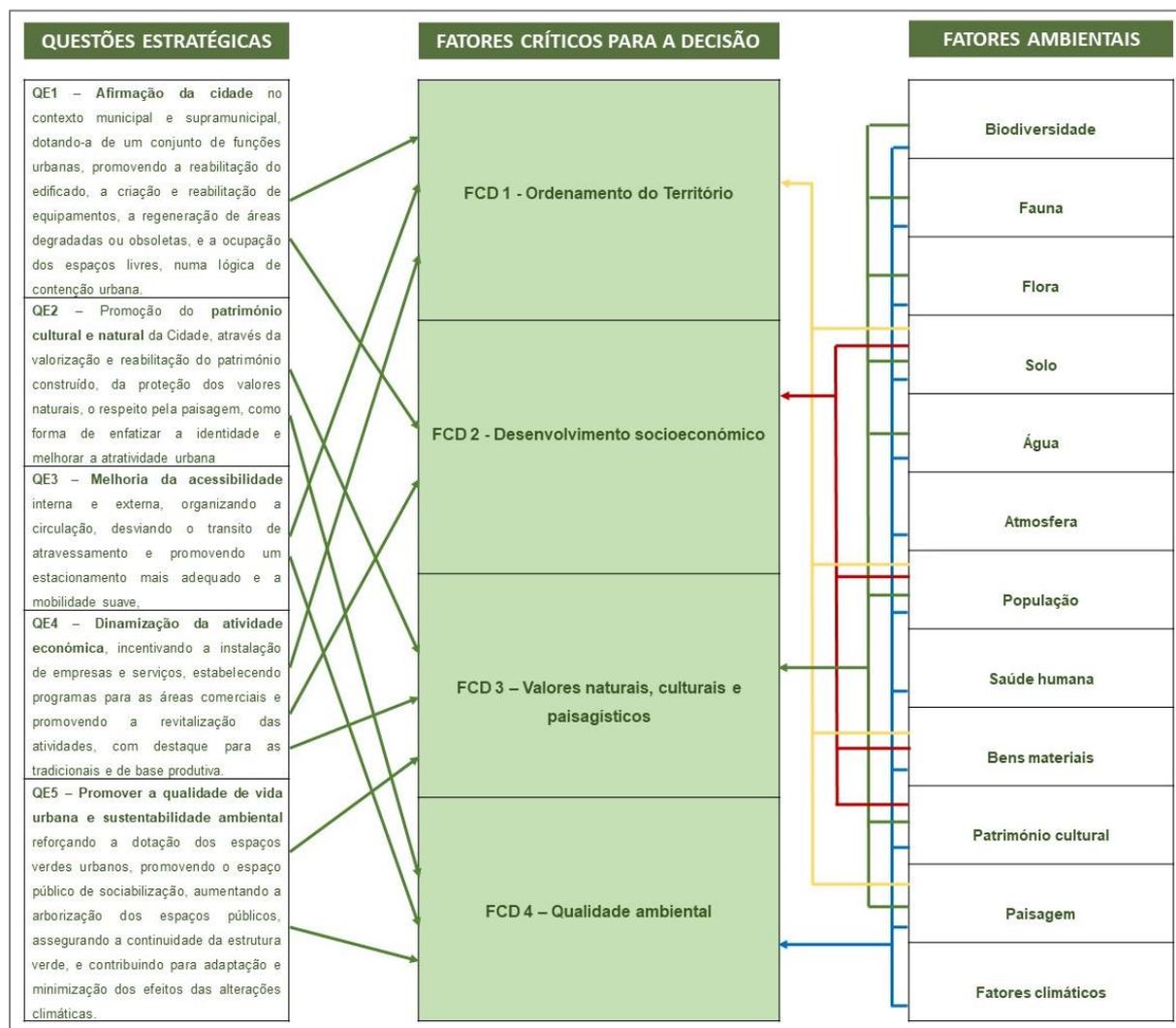


Figura 6: Relação entre os FCD, QE e FA

No âmbito da AAE do PUO, foram estipulados os seguintes FCD:

**FCD1 - Ordenamento do Território** – pretende avaliar a forma como o PUO contribui para o ordenamento da área de intervenção e articulação com a envolvente, nomeadamente com a reabilitação do edificado, criação e reabilitação de equipamentos, regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, ocupação dos espaços livres, e a qualificação da malha urbana.

**FCD2 - Desenvolvimento socioeconómico** – pretende avaliar a forma como o PUO contribui para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente com o incentivo à instalação de empresas e serviços, e a revitalização das atividades, com destaque para as tradicionais e de base produtiva, assim como a fixação da população residente.

**FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos** - pretende avaliar a forma como o PUO contribui para a promoção do património natural e cultural, através da reabilitação do património construído, da proteção dos valores naturais, e a valorização da paisagem

**FCD 4 - Qualidade ambiental** - pretende avaliar a forma como o PUO contribui para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente no que diz respeito ao sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais, qualidade do ar, ruído, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas.

No Quadro seguinte, são elencados os FCD a utilizar na AAE do PUO, com identificação dos respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir, bem como os indicadores propostos, os quais pretendem dar uma medida da progressão em direção ao objetivo estabelecido, relativamente ao aspeto crítico em análise.

Os indicadores foram revistos e ajustados, de forma a integrar as sugestões e comentários pertinentes das entidades consultadas, em conjugação com a disponibilidade de dados para efetuar o seu cálculo. No decurso da avaliação ambiental, o quadro de indicadores poderá sofrer alterações, nomeadamente sendo complementado e ajustado, de modo a constituir uma ferramenta sólida de monitorização.

Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>FCD 1 - Ordenamento do território</b>		
<b>Objetivo:</b> Visa analisar as questões relacionadas com a reabilitação e qualificação urbana, na perspetiva de promoção da coesão territorial, equidade de oportunidades e aumento de atratividade da área urbana, ao mesmo tempo que garantindo a segurança das pessoas e dos bens		
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	Revitalizar a cidade, melhorando o ambiente urbano	Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)
		Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)
		Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções
		Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções
<b>Coesão territorial</b>	Promover a mobilidade sustentável	Extensão de vias requalificadas (km) Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)
	Promover a dotação equitativa de equipamentos	População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)

Crítérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
	Garantir bons níveis de serviço dos transportes coletivos	Percentagem da área urbana do PU servida por transportes coletivos (%) Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)
<b>Risco</b>	Garantir a segurança das pessoas e dos bens	Índice de impermeabilização (existente e previsto) Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%) Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%) Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima- desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)
<b>FCD 2 - Desenvolvimento socioeconómico</b>		
<b>Objetivo:</b> Visa analisar os aspetos relacionados com a qualidade de vida da população, a revitalização económica e a dinâmica empresarial, assim como a inovação e aposta nas atividades tradicionais e de base produtiva		
<b>Condições sociais</b>	Atrair residentes	Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)
	Melhorar a qualidade de vida da população residente	Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º) Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)
<b>Dinâmica Empresarial</b>	Aumentar o número de empresas e atividades	Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)
		Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)
		Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	Promover as atividades económicas no concelho assentes principalmente nos recursos endógenos	Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º)
		Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)
<b>Promoção turística</b>	Fomentar o desenvolvimento turístico	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)
		Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)
		Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)
		Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)

Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação	
<b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos</b>			
<b>Objetivo:</b> Visa analisar os aspetos relacionados com a proteção e valorização dos recursos naturais e culturais, numa perspetiva de proteção dos sistemas ecológicos e promoção da história, cultura e paisagem como ativos territoriais			
<b>Conservação da natureza</b>	Proteger espécies de fauna, flora e habitats	Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha) Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º) Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha) Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º) Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha) Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %) Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %) Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha) Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)	
	Valorizar a estrutura arbórea urbana	Espécies arbóreas de interesse público (N.º) Vias arborizadas (Km)	
	Garantir a continuidade ecológica	Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha) Continuidade da EEM (Ha) Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%) Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m) Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)	
	<b>Solo</b>	Conservar e valorizar o recurso natural solo	Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)
			Percentagem de solo impermeabilizado (%)
			AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
			Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m <sup>2</sup> )

Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
		Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)
<b>Recursos hídricos</b>	Proteger e valorizar os recursos hídricos	Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º) Focos de degradação do meio hídrico (N.º) Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m <sup>2</sup> ) Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
<b>Recursos florestais</b>	Promover os espaços florestais na área do PU	Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha) Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º) Evolução da área florestal na área do PU (Ha) Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)
<b>Património Cultural</b>	Proteger e valorizar o património cultural	Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º) Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º) Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º) Rotas e caminhos existentes (N.º)
<b>Património Arqueológico</b>	Proteger e valorizar o património arqueológico	Sítios arqueológicos identificados (N.º) Sítios arqueológicos valorizados na área do PU (N.º)
<b>Paisagem</b>	Promover os valores paisagísticos	Área de espaços verdes público por habitante (m <sup>2</sup> / Hab.) Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha) Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)
<b>FCD 4 – Qualidade ambiental</b>		
<b>Objetivo:</b> Visa analisar a qualidade ambiental urbana, nomeadamente no que se refere à equidade de infraestruturas, a gestão sustentável e adequada dos resíduos, melhoria da eficiência energética, bem como o desenvolvimento de mecanismos de mitigação e adaptação às alterações climáticas		
<b>Infraestruturas de saneamento básico</b>	Fomentar a melhoria dos serviços de abastecimento e tratamento de águas residuais	Perdas de água do sistema de abastecimento (%) Eficiência de tratamento das ETAR (%) Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%)

Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
		Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%)
<b>Qualidade do ar</b>	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Índice da qualidade do ar Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (Ton/Km <sup>2</sup> )
<b>Ruído</b>	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Queixas apresentadas relativas a ruído na zona do PU (N.º) Níveis de ruído na área do PU e sua envolvente direta Áreas de conflito face aos novos usos existentes e previstos (N.º)
<b>Resíduos</b>	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Proporção de alojamentos com serviço de recolha seletiva disponibilizado pela entidade gestora (%) Pontos e elementos de recolha de resíduos (N.º) Quantidade de resíduos urbanos recolhidos (Ton) Quantidade de resíduos geridos e tipo de destino, desagregados por fluxo material (Ton) Quantidade de Biorresíduos recolhidos seletivamente (Ton) Quantidade de Biorresíduos a desviar de aterro para compostagem (Ton) Quantidade de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra (%)
<b>Energia</b>	Promover a eficiência energética, racionalizando os consumos energéticos	Classificação energética dos edifícios (%) Consumo de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos (kW/h) Proporção de utilização de energias renováveis na iluminação pública e nos edifícios públicos (%)
<b>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</b>	Reduzir a vulnerabilidade dos espaços naturais, agrícolas e florestais às alterações climáticas	Afetação das áreas da REN "com risco de erosão" (Ha) Área ocupada por espécies invasoras (Ha) Espécies invasoras identificadas (N.º) Área intervencionada com vista ao controlo de espécies invasoras (Ha) Área intervencionada com ações de arborização, rearboreção e de reconversão florestal (Ha)

Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
	Apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos	Edifícios com mecanismos de aproveitamento de FER (N.º)
		População afetada por tipo de ocorrência por ano (Hab.)
		Iniciativas de gestão municipal de adaptação às alterações climáticas (N.º)
	Reduzir os riscos Naturais e Tecnológicos	Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes
Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (nº), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos		

Quadro 4 - Fatores Críticos de Decisão, critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores de avaliação

## 5. QUADRO DE GOVERNANÇA

A **Câmara Municipal de Ourém**, enquanto entidade promotora do PUO, deverá estabelecer os devidos canais de comunicação com as restantes entidades intervenientes, assegurando a constante aferição da evolução do território com vista à concretização do Plano dentro dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Deverá também efetuar a divulgação dos resultados obtidos na monitorização, os quais deverão ser atualizados, no mínimo, anualmente.

No Quadro seguinte, apresentam-se os atores que deverão ser envolvidos na fase de seguimento e gestão do território, garantindo a constituição de um Quadro de Governança de sucesso.

Entidades	Diretrizes de governança
<b>Câmara Municipal de Ourém</b>	Assegurar a correta implementação do PUO, bem como a continuidade das políticas e princípios que estiveram na base da sua elaboração
	Assegurar o cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, ajustando-o e aplicando medidas corretivas quando necessário
	Coordenar a recolha dos dados junto das entidades e articular ações com estas, sempre que necessário
	Assegurar que os princípios que informam a governança, transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do PUO
	Assegurar a divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo
<b>Juntas de freguesia de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias</b>	Assegurar a correta implementação do PUO, nas suas áreas de atuação, nomeadamente na gestão do ambiente, gestão do espaço público, promoção económica, turística, cultural e desportiva, bem como o apoio social
	Colaborar na divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo
	Contribuir para a discussão dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas
<b>CCDR-LVT</b>	Disponibilizar dados para a monitorização
	Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional
	Contribuir para a discussão dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas
<b>Organismos setoriais da Administração Pública (APA, ICNF, DGPC, ARS-LVT, Turismo de Portugal, DGE, IP, ANEPC, LNEG, DRAPLVT ...)</b>	Disponibilizar dados para a monitorização
	Colaborar com a CMO e outras entidades na implementação e gestão do PUO

Entidades	Diretrizes de governança
<b>Empresários e associações empresariais</b>	Contribuir para a discussão dos problemas locais apontando soluções e colaborando na implementação das mesmas
	Contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, nomeadamente através das boas práticas na utilização dos recursos naturais
	Contribuir para a implementação do PUO, nomeadamente através de investimentos
<b>Operadores de transportes</b>	Criar incentivos ao planeamento integrado dos transportes e promover a sua utilização, bem como melhoria do acesso à população, ajustando os níveis de serviço com as alterações à rede viária e propostas do PUO
<b>Residentes e proprietários</b>	Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões
	Contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável, nomeadamente através das boas práticas na utilização dos recursos hídricos, na separação dos resíduos e na utilização eficiente da energia, e adotando estilos de vida mais sustentáveis
	Contribuir para o desenvolvimento sustentável, através das boas práticas das atividades ao ar livre e adoção de meios de mobilidade suaves e transportes públicos nas deslocações
<b>ONG e Associações locais</b>	Participar ativamente nas discussões públicas, apresentando as suas preocupações e sugestões
	Colaborar na divulgação, comunicação e formação junto dos públicos-alvo

Quadro 5: Quadro de governança

## 6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Este capítulo visa identificar, para cada FCD e respetivos objetivos ambientais relevantes, os aspetos chave da situação atual e a evolução esperada no âmbito de cada temática, assim como os efeitos esperados com a concretização do PUO, nomeadamente os riscos e oportunidades associados. Apresenta também o conjunto de medidas específicas consideradas necessárias para mitigar estes riscos e fomentar as potencialidades.

A análise e avaliação encontra-se estruturada pelos quatro FCD estabelecidos: Ordenamento do território; Desenvolvimento socioeconómico; Valores naturais, culturais e paisagísticos; e Qualidade ambiental. Para cada um deles, é efetuada uma análise de tendências, sintetizada numa análise SWOT, efetuada uma avaliação das opções estratégicas e definidas diretrizes para o seguimento.

A **análise de tendências** visa a recolha de dados, baseada nos critérios de avaliação, durante um período de tempo, com o objetivo de detetar um padrão ou uma tendência de desenvolvimento futuro. Permite aferir a evolução do território na ausência do plano, bem como perspetivar como este pode contribuir para a alteração dessa situação. Na análise de tendências, é essencial considerar as forças de mudança que podem influenciar as tendências futuras, sendo, por essa razão, uma análise dinâmica.

A **análise SWOT** constitui uma técnica de gestão estratégica que auxilia a tomada de decisão, ao identificar: os Pontos fortes dos sistemas internos, determinados pelas características próprias dos sistemas; os Pontos fracos dos sistemas internos, determinados pelas características próprias dos sistemas; as Oportunidades criadas pelos sistemas externos, pelas características do contexto; e as Ameaças criadas pelos sistemas externos, pelas características do contexto.

A **avaliação das opções estratégicas** visa avaliar as opções estratégicas para cada FCD, aferindo o seu contributo para os critérios de avaliação. São também identificados os riscos e oportunidades trazidos pela implementação do plano, sendo propostas diretrizes de planeamento e gestão, que visam minimizar os efeitos negativos, bem como potenciar os aspetos positivos.

Na definição de **diretrizes para o seguimento**, apresenta-se um conjunto de indicadores, em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, na fase de seguimento.

## 6.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

FCD1 - Ordenamento do território		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	Revitalizar a cidade, melhorando o ambiente urbano	Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)
		Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)
		Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções
		Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções
<b>Coesão territorial</b>	Promover a mobilidade sustentável	Extensão de vias requalificadas (km)
		Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)
	Promover a dotação equitativa de equipamentos	População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)
		Garantir bons níveis de serviço dos transportes coletivos
	Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)	
<b>Risco</b>	Garantir a segurança das pessoas e dos bens	Índice de impermeabilização (existente e previsto)
		Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
		Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
		Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima- desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)

Quadro 6: Critérios de avaliação, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores de avaliação para o FCD1 - Ordenamento do território

### 6.1.1 Análise de tendências

#### Reabilitação e requalificação urbana

No período decorrido entre 2001 e 2011, tanto a nível do concelho como da área do PUO, ocorreu um crescimento do parque habitacional, em que a maioria corresponde a alojamentos familiares de residência habitual. Apesar deste acréscimo na década considerada, o auge da construção no concelho ocorreu na década de 90, com um marcado protagonismo da freguesia de Fátima, que ainda hoje se mantém.

Na área do PUO, cerca de dois terços dos edifícios foram construídos entre 1961 e 2000 e um quinto do edificado apresenta mais de 59 anos. As zonas com maior concentração de edifícios localizam-se na Vila Medieval e no centro da Cidade de Ourém, sendo nesta última que se situam os principais usos e funções destinados ao público em geral, como os estabelecimentos de comércio e serviços e os equipamentos de utilização coletiva.

No tocante às condições de habitabilidade na área do PUO, existe uma resposta bastante satisfatória, com uma taxa de dotação superior a 99% nas situações de acesso a água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche. É também relevante referir que a grande maioria dos edifícios se encontra em Muito Bom, Bom e Razoável estado de conservação, e apenas 12% dos edifícios apresenta-se em Mau e Muito Mau estado, evidenciando necessidades de intervenção a curto prazo. Contudo, cerca de um quarto dos alojamentos existentes na área de PUO são de uso sazonal e 10% encontram-se vagos.

Visando a reabilitação urbana desta área, o Município de Ourém promoveu a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), numa área de 135,68 ha, dotando a cidade de uma política de estímulo à reabilitação urbana. Neste sentido, foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), integrando o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Ourém, que constitui um documento de natureza estratégica vocacionado para a reabilitação e regeneração urbana, que define um conjunto de ações que visam a reabilitação, tendo por objeto a intervenção em edifícios, as atividades económicas e os espaços urbanos e verdes públicos, que se organizam nos seguintes tipos de operações: Operação Qualificar e Dignificar | Edifícios; Operação Animar e Dinamizar | Atividades Económicas; Operação Equipar e Atrair | Equipamentos; Operação Viver e Conviver | Espaços urbanos e verdes públicos; e Operação Conectar e Comunicar | Infraestruturas urbanas.

No Quadro seguinte, elencam-se as intervencções propostas no PARU, assinalando-se as que se encontram em projeto, em obra e/ou executadas, evidenciando uma taxa de execução de 41%.

Intervenções do PARU	Tipologia	Executadas
V1 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira	Espaço público	
V2 - Reabilitação do Espaço Público do núcleo central	Espaço público	x
V3 - Reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira	Espaço público	X
V4 - Reabilitação do Espaço Público da Vila Medieval	Espaço público	x
Q1 - Reabilitação de 33 edifícios no Núcleo Histórico de Ourém	Edifícios	
Q2 - Reabilitação de 9 edifícios na Vila Medieval	Edifícios	

Intervenções do PARU	Tipologia	Executadas
E1 - Reabilitação do edifício do CRIO para Universidade Sénior e Academia Nacional de Futebol Feminino	Edifícios  Equipamentos	X
E2 - Reabilitação do antigo Mercado Municipal para Fórum Cultural	Edifícios  Equipamentos	
E3 - Reabilitação do Cine-Teatro Municipal	Edifícios  Equipamentos	X
E4 - Reabilitação do antigo Colégio Fernão Lopes para Pavilhão Multiusos	Edifícios  Equipamentos	
E5 - Reabilitação da antiga Azenha para Centro de Interpretação e de apoio ao Parque	Edifícios  Equipamentos	
E6 - Reabilitação do Castelo e Paço do Conde para Espaços Museológicos	Edifícios  Equipamentos	X
E7 - Reabilitação do Hospital de Santo Agostinho para Unidade de Cuidados Continuados	Edifícios  Equipamentos	X
E8 - Reabilitação de antiga quinta para equipamento de apoio ao Parque	Edifícios  Equipamentos	
A- Ações de gestão e animação da área urbana	Ações de gestão e animação da área urbana	
A2 - Promoção do comércio tradicional/de rua no núcleo histórico central	Ações de promoção da atividade económica	
A3 - Promoção do comércio tradicional/de rua na Vila Medieval	Ações de promoção da atividade económica	

Quadro 7: Ponto de situação das intervenções no âmbito do PEDU  
X – Executadas | x – Executadas parcialmente

No período entre 2004 e 2010, ocorreram 44 pedidos de licenciamento na área do PUO, dos quais a grande maioria corresponde a licenças de construção, verificando-se mesmo que nos últimos anos, existe uma tendência para o aumento da construção. A análise das utilizações mostra uma predominância do uso habitacional, seguido de outros usos (anexos, garagens, muros, etc.). Será expetável que a existência de um sistema de incentivos e a aplicação das normas legais de classificação do solo levem ao aumento das ações de reabilitação, conduzindo a um processo de regeneração da Cidade.

Tabela 1: Obras de edificação tituladas por alvará em vigor (Alvará de Construção)  
Fonte: Câmara Municipal de Ourém

Ano	Construção	Legalização	Ampliação	Alteração	Habitação	Habitação, comércio e serviços	Comércio e serviços	Equipamentos	Outros	Total
2004				1						1
2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
2006	5			1	4	1			1	6
2007	1	2	1	2	1				3	6
2008		1			1					1

Ano	Construção	Legalização	Ampliação	Alteração	Habitação	Habitação, comércio e serviços	Comércio e serviços	Equipamentos	Outros	Total
2009				1			1			1
2010		1	1	1	1			2		3
2011				1			1			1
2012				1					1	1
2013										0
2014	1			1	1				1	2
2015	2		2						2	2
2016	2			1	1				2	3
2017	3			1		4				4
2018	4		1		3		1		1	5
2019	4				3				1	4
2020	3				2	1				3
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>44</b>

### Coesão territorial

No âmbito da coesão territorial, foi analisada a dotação de equipamentos e as acessibilidades desta área. Nos últimos anos, foram requalificadas algumas vias, com intervenções na rede viária e pedonal, espaços verdes, estacionamento, mobiliário urbano e infraestruturas urbanas. Destaca-se a requalificação da Rua Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro, bem como a Avenida D. Nuno Álvares Pereira.

Apesar da existência, no município, do caminho pedestre localizado na localidade do Bairro (freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias), associado ao Monumento Natural das Pegadas dos Dinossauros da Serra de Aire e do percurso pedestre do Agroal, não existem vias pedonais dedicadas na área do PUO. No tocante a ciclovias, é de referir a existência de uma via adjacente à estrada de Minde (desde o perímetro de Fátima até à rotunda Sul, com cerca de 2,5 Km) e uma outra, já integrada na área do PUO, com cerca de 1 Km, localizada no Parque Linear da Cidade de Ourém. No âmbito do “Portugal Ciclável 2030”, os municípios de Ourém e Batalha apresentaram uma candidatura que visa a construção de uma ciclovias intermunicipal, fazendo a ligação entre as localidades de São Mamede (Batalha) e de Fátima (Ourém), com cerca de sete quilómetros de extensão. Verifica-se, assim, que a atual extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias na área do PUO é de 1 Km e no concelho de 2,5 Km.

No tocante à população servida pelos diferentes equipamentos, Ourém possui uma vasta rede de equipamentos de utilização coletiva que permite fornecer bens e serviços vários, respondendo às necessidades da população, nomeadamente: desportivos (4 equipamentos), educacionais (9 equipamentos), de saúde (1 equipamentos) e de apoio social (9 equipamentos). Na área do PUO, estes localizam-se predominantemente no centro cívico da cidade e na zona de expansão sul, correspondendo às áreas com mais população. De forma a avaliar o nível de cobertura dos equipamentos, procedeu-se à sua identificação geográfica, calculando-se, através das subseções estatísticas, o número de habitantes incluído no raio de cobertura de cada tipo de equipamento (que se estimou de 500 metros), calculando-se que atualmente um total de 5.636 indivíduos encontram-se servidos pelos diferentes equipamentos.

De acordo com os estudos de caracterização e diagnóstico do PDM de Ourém (acessibilidades, mobilidade e transportes), a nível de transportes coletivos, o concelho é servido por 29 carreiras de transporte coletivo rodoviário, com rotas de autocarros da Rede Nacional de Expressos (ligação entre Abrantes, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e vários outros concelhos do país) e Rodoviária do Tejo (ligação entre várias localidades do país e onze concelhos do Médio Tejo: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha). As carreiras da Rodoviária do Tejo servem a maior parte do concelho de Ourém, incluindo a área do PUO. Os horários das carreiras que servem o concelho estão interligados com o calendário escolar, assegurando o transporte dos alunos, sendo o número de serviços bastante superior em período escolar. A Rodoviária do Lis realiza o transporte de passageiros em carreiras interurbanas nos concelhos da Batalha, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós.

O concelho possui também ligações ferroviárias. A estação de Caxarias localiza-se a cerca de 12 Km do centro da Cidade de Ourém, correspondente a uma viagem de 20 minutos de carro. A partir desta, efetua ligação ao resto do país, através do Intercidades, destacando-se a ligação com Lisboa/Guarda, Porto e Guimarães. No concelho, existe também o apeadeiro de Seiça, onde passa o comboio regional, que efetua viagens diárias entre Entroncamento e Coimbra.

Além destes, Ourém encontra-se servida pelo Transporte a Pedido (TaP) no Médio Tejo, que constitui um serviço de transporte público realizado por táxis identificados pelo dístico do TaP, que complementa a rede de transportes existente, proporcionando uma oferta em áreas e/ou

períodos do dia ou ano onde esta não existe ou é deficitária. Na área do PUO, destacam-se os circuitos de ligação ao Mercado de Ourém, que ocorrem às quintas-feiras.

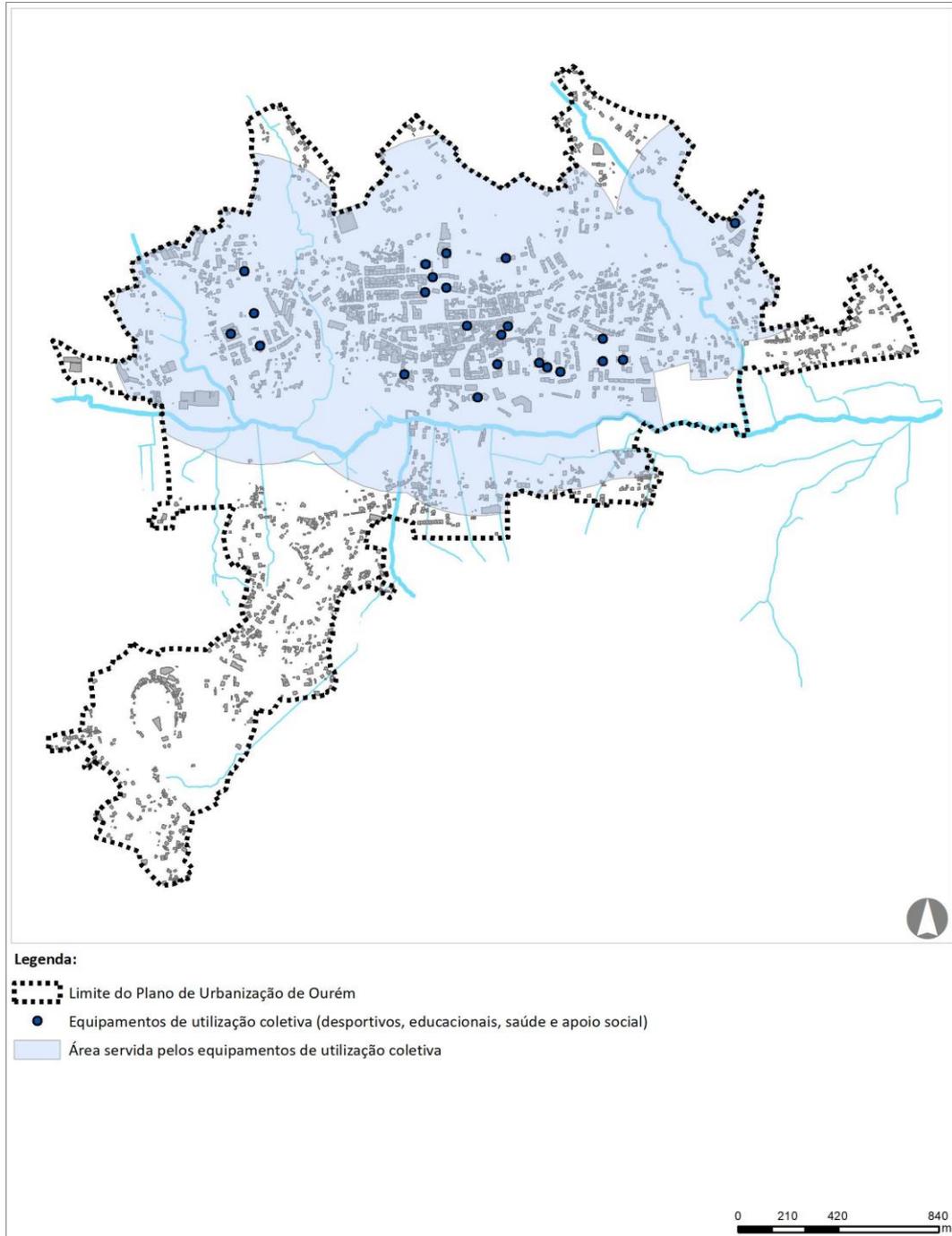


Figura 7. Área servida pelos equipamentos de utilização pública na área do PUO

A percentagem de área urbana do PUO servida por transportes coletivos foi calculada através da localização das rotas de autocarros, com um raio de abrangência de 300 metros (distância

de 5 minutos a pé), verificando-se que 92% da área do PUO se encontra servida por transportes coletivos.

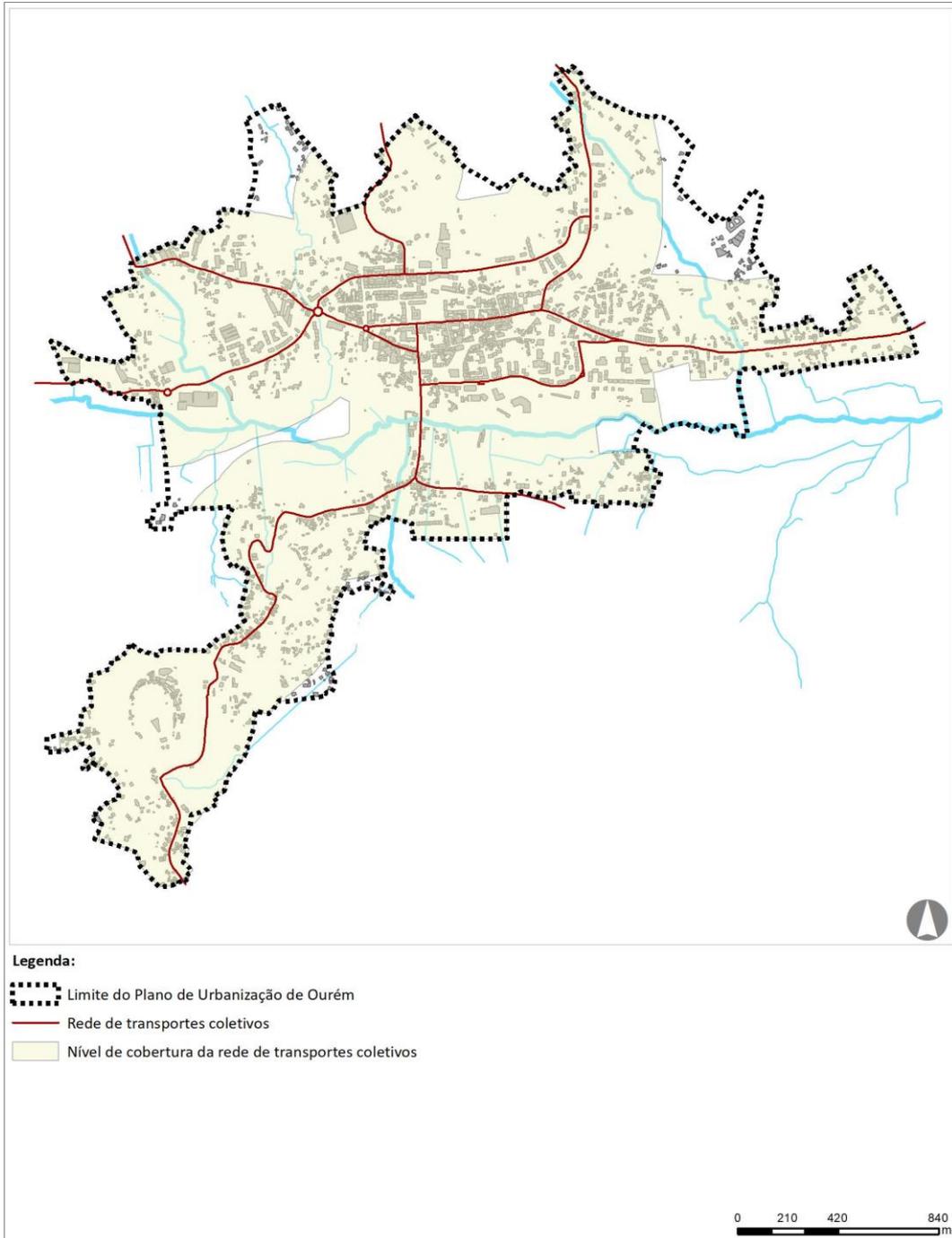


Figura 8: Área servida por transportes coletivos na área do PUO

De acordo com dados do Censos 2011, a população que entra no município para trabalhar ou estudar é de 5.049 indivíduos, sendo um pouco superior às pessoas que se deslocam para

fora do município (5.763). Nos movimentos pendulares, destaca-se a relação com a Região de Leiria, para onde ocorrem 31% das suas saídas, e o Médio Tejo (destino de 17% das saídas). A análise dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares evidencia a clara predominância do veículo automóvel, que demonstrou mesmo uma subida no período 2001-2011. As deslocações a pé, assim como a utilização dos motociclos ou bicicletas mostram um elevado decréscimo para cerca de metade. Na Figura seguinte, apresenta-se a percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares no concelho de Ourém, para os anos 2001 e 2011.

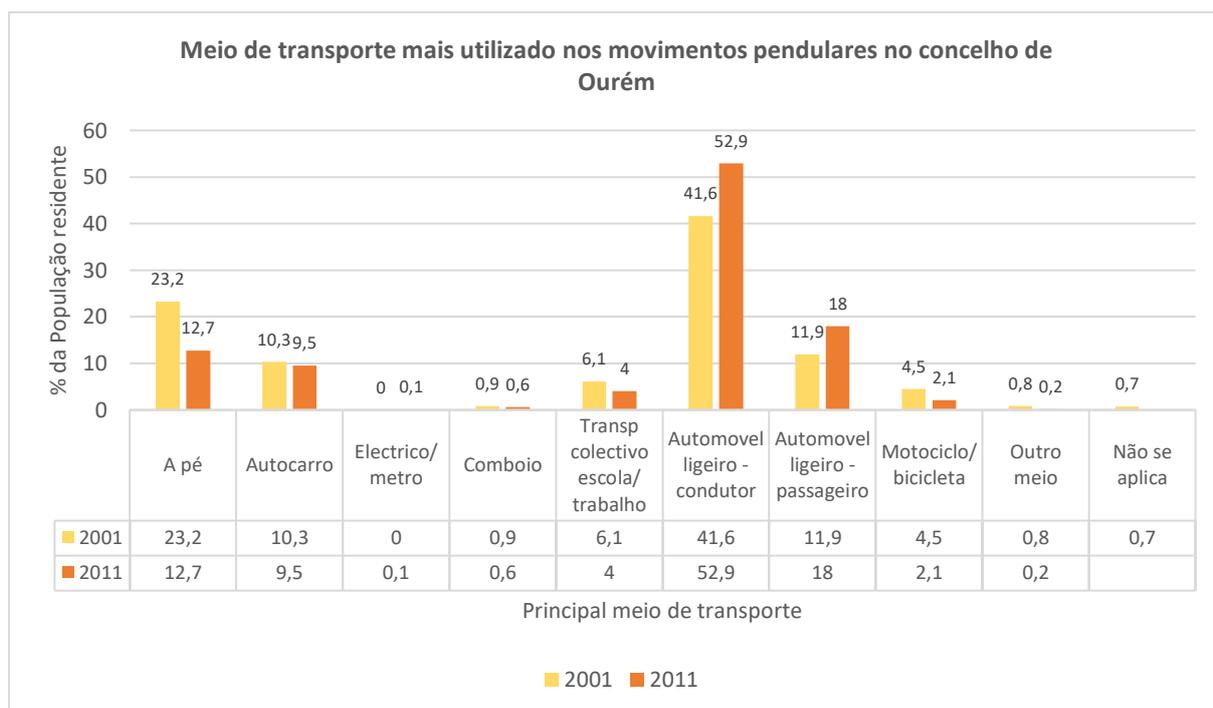


Figura 9: Meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares no concelho de Ourém, em 2001 e 2011

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No âmbito dos transportes, prevê-se uma tendência global do aumento da mobilidade suave, com destaque para as deslocações a pé e bicicleta, embora esta tendência não surja ainda nos dados do INE, mas numa consciência geral da população para estilos de vida mais saudáveis, sendo reforçada pelas ações previstas e executadas nos últimos anos pelo município. Com as políticas de mobilidade, será espectável uma aposta nos transportes coletivos (como já se verifica na região do Médio Tejo, em particular com o TaP). Também a nível de equipamentos coletivos, verifica-se uma boa cobertura relativamente à população

abrangida, embora não se verifique uma distribuição equitativa no território, o que terá implicações na distribuição da população.

## Risco

A análise do risco incidiu sobretudo no estudo das áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e a compatibilidade de usos, bem como o índice de impermeabilização.

As Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC) são as “*áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água e leito dos estuários devido à ocorrência de caudais elevados e à ação combinada de vários fenómenos hidrodinâmicos característicos destes sistemas*”. Na área do PUO, as zonas ameaçadas pelas cheias ocupam 37,95 hectares. Nestas áreas, podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções: Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens; Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas; Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas; Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa; e Manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

O PDM de Ourém, no art.º 28.º do Regulamento, indica como usos e atividades interditas: (a) a realização de obras de construção nova ou a execução de obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas; (b) o aumento de impermeabilização do solo, com exceções; (c) a construção de edifícios sensíveis, como equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, lares de idosos, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de armazenamento de produtos perigosos e poluentes ou de novos estabelecimentos industriais perigosos ou qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações; (d) o vazamento de entulhos, lixo ou sucata; (e) a destruição do revestimento vegetal ou a alteração do relevo natural, com exceções; e (f) a realização de intervenções suscetíveis de aumentar o risco de inundação.

As Áreas de instabilidade de vertentes (AIV) são as “*áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos*”. Na área do PUO, as áreas de instabilidade de vertentes ocupam 1,86 hectares, não se verificando incompatibilidade de usos. Nestas áreas, podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa,

cumulativamente, as seguintes funções: estabilidade dos sistemas biofísicos; salvaguarda face a fenómenos de instabilidade e de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo; e prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens.

O PDM de Ourém, no art.º 29.º do regulamento, indica que as ações que resultem em “alterações do coberto vegetal, da topografia do terreno com recurso a escavação ou aterro ou da drenagem de águas pluviais só serão autorizadas desde que seja devidamente demonstrado não provocarem movimentos de massa em vertentes” e “a construção de novas estruturas deve ser precedida da respetiva estabilização dos taludes”.

No Quadro seguinte apresentam-se o Índice de impermeabilização e Área máxima de impermeabilização para as categorias do solo do PDMO com incidência na área do PUO.

Categorias do solo		Índice (%) / Área máxima (m <sup>2</sup> ) de impermeabilização
Solo urbano	Espaços Centrais de Nível I – Cidade de Ourém	80%
	Espaços Habitacionais de Tipo I, II e III	I - 80%; II - 70%; III - 60%
	Espaços de Atividades Económicas – Núcleos Empresariais	80%
	Espaços Verdes	10%
	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	50%
	Espaços de Equipamentos Estruturantes	75%
Solo rústico	Espaços Agrícolas de Produção	Atividades agrícolas, florestais e pecuárias – 750 Empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural – 600 Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola – 750 Equipamentos intrinsecamente associados às funções de solo rústico ou que sejam incompatíveis com o solo urbano – 600 Atividades de animação turística, de recreio e lazer e de animação ambiental – 600 Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola – 1000 Atividades de animação turística, de recreio e lazer e de animação ambiental - 50
	Espaços Florestais de Produção	Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade florestal – 2000 Equipamentos – 600 Atividades de animação turística, de recreio e lazer e de animação ambiental - 50
	Espaços Florestais de Conservação	Equipamentos – 200 Atividades de animação turística, de recreio e lazer e de animação ambiental - 50
	Espaços Florestais Mistos	Habitação – 400 Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola e florestal – 2000 Equipamentos - 500

Categorias do solo		Índice (%) / Área máxima (m <sup>2</sup> ) de impermeabilização
	Espaços Naturais e Paisagísticos	-
	Espaços de Equipamentos e Infraestruturas Estruturantes	-

Quadro 8: Índice e Área máxima de impermeabilização para as categorias do solo do PDMO

Fonte: Câmara Municipal de Ourém

A nível de riscos, a ocupação e utilização atual do solo apresenta, em geral, usos compatíveis com as funções de proteção, não se perspetivando grandes alterações que possam colocar em risco estas áreas, bem como as suas funções inerentes.

### 6.1.2 Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tendência de crescimento do parque habitacional</li> <li>• Boas condições de habitabilidade (água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche)</li> <li>• Bom estado de conservação da maioria dos edifícios</li> <li>• Tendência para o aumento da construção, em especial para uso habitacional</li> <li>• Acesso da população aos equipamentos e transportes coletivos</li> <li>• Área de ZAC e AIV ocupada com usos incompatíveis é bastante diminuta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cerca de um quarto dos alojamentos existentes na área de PUO são de uso sazonal e 10% encontram-se vagos</li> <li>• Poucas vias pedonais dedicadas e ciclovias</li> <li>• Fraca dotação de equipamentos coletivos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) na zona Sul</li> <li>• Transportes públicos muito condicionados ao período escolar, existindo uma carência generalizada</li> <li>• Movimentos pendulares bastante dependentes do transporte individual</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposta na requalificação urbana, com a reabilitação dos edifícios em pior estado de conservação</li> <li>• Aposta na qualificação do espaço público</li> <li>• Promoção de usos e funções (serviços e comércio) mais adaptados às necessidades atuais da população</li> <li>• Reforço da atratividade da Cidade de Ourém e o seu papel como sede do concelho</li> <li>• Aposta na mobilidade suave</li> <li>• Programas e instrumentos disponíveis a nível da habitação e reabilitação urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de conectividade da Cidade de Ourém a nível de transporte público, dificultando a adoção de meios suaves de deslocação ao mesmo tempo que diminuindo a atratividade para viver e investir</li> </ul>

Quadro 9: Análise SWOT do FCD1 - Ordenamento do território

### 6.1.3 Propostas do PUO

A proposta de PUO promove a **reabilitação e requalificação urbana** e a **coesão territorial** de várias formas, preocupação que se espelha nos sistemas que sustentam a organização territorial pretendida para a Cidade de Ourém.

No âmbito do sistema urbano, o PUO pretende privilegiar políticas de contenção urbana, promovendo a regeneração de espaços vazios/ desocupados e a reabilitação e refuncionalização de edifícios degradados. Considerando os dois núcleos urbanos existentes (Centro cívico e Vila Medieval), o PUO pretende promover as complementaridades funcionais, apostando no potencial histórico e disponibilidade de equipamentos, reforçando-os com um conjunto de centralidades presentes em cada Unidade Territorial, de modo a tornar acessível à população um conjunto de atividades e serviços essenciais à sua vivência. Visa a requalificação e ampliação da rede de equipamentos coletivos, privilegiando a ocupação de edifícios devolutos ou pouco utilizados, numa lógica de reabilitação e revitalização. O PUO prevê dez Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG), que se assumem como projetos urbanos, onde se procura aferir, com maior pormenor, o nível de construção e desenho urbano do território.

No âmbito do sistema conectividade, o PUO visa a aproximação dos dois núcleos, bem como garantir uma maior relação com os principais centros urbanos do concelho, nomeadamente com Fátima, através da criação e requalificação de vias distribuidoras (principais e secundárias) e privilegiando os modos suaves. Pretende, assim, garantir uma melhor gestão do trânsito pedonal e automóvel, assegurando um bom nível de serviço na circulação e acesso às várias zonas da cidade.

Das ações propostas pelo PUO, destacam-se as seguintes, que dizem respeito ao Ordenamento do território:

Eixo	Objetivo	Ação
<b>EIXO 1 - AFIRMAR A CIDADE NO SISTEMA URBANO MUNICIPAL E SUPRAMUNICIPAL</b>	1. Requalificação e reperfilamento de vias	SC1 - Intersecção da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes com a Rua das Serradas e prolongamento da Rua Eng. Adelino Amaro da Costa
		SC2 - Requalificação da Rua Dr. Justiniano da Luz Preto e estruturação, com recurso a rotunda, do entroncamento da Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto com a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira
		SC3 - Requalificação da Rua D. Afonso (IV Conde Ourém) com nó a estudar no Largo da Cruz
		SC4 - Requalificação urbana da EN113
		SC5 - Requalificação da Avenida D. Nuno Alvares Pereira entre a Rotunda dos Alamos e a Rotunda do Ribeirinho

Eixo	Objetivo	Ação
		SC6 - Requalificação/ Reperfilamento da Rua de Castela, da Rua Armando Herique Reis Vieira e de ruas evolventes
		SC7 - Requalificação da Rua 5 de Outubro
		SC8 – Requalificação do espaço público da Vila Medieval (Rua de S. João, Rua de S. José, Rua D. Afonso IV, Rua da Saudade, Calçada de Gonçalo Hermingues e largos Nossa Sra. das Misericórdias, Santa Tereza de Ourém e Pelourinho)
	2. Promover a continuidade da rede viária através da criação de novas vias	SC9 - Variante Rua dos Namorados - Rua de Ourém
		SC10 - Ponte sobre a Ribeira de Seiça, alternativa à Ponte dos Namorados
		SC11 - Arranque da variante Estrada do Carregal - ER349
		SC12 - Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves/ antiga EN113 - Avenida dos Bombeiros Voluntários/ antiga ER349 e Arruamento de ligação da rotunda da Rua 5 de outubro/ Avenida Dom Nuno Álvares Pereira até entroncar com a Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves - Avenida dos Bombeiros Voluntários
		SC13 - Dar continuidade à Rua José Honório dos Santos Ribeiro até entroncar com a Avenida D. Nuno Alvares Pereira e com a Rua Dionísio Oliveira Reis
	3. Promover a mobilidade suave	SC14 - Nova ligação da Rua Capitão Salgueiro Maia à Rua 1.º de Dezembro
		SC15 - Acesso Mecânico à Vila Medieval
<b>EIXO 2 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	1. Requalificação dos espaços verdes existente	SA1 - Requalificação ecológica e paisagística da Mata Municipal
	2. Criação de novos espaços verdes	SA2 – Expansão do Parque da Cidade/ Parque Dr. António Teixeira
		SA3 - Agroparque
		SA4 - Espaço verde junto ao Centro de Saúde
	3. Conservação das áreas e valores naturais existentes	SA5 - Valorização da Ribeira de Seiça e respetivas margens, incluindo a integração de percursos pedonais e cicláveis - criação de um corredor verde
		SA6 - Valorização do Ribeiro da Caridade e respetivas margens
		SA7 - Espaço verde associado ao Complexo Desportivo da Caridade
		SA8 - Valorização do Ribeiro do Lagarinho e respetivas margens
		SA9 - Valorização do Ribeiro do Matadouro e respetivas margens
		SA10 - Valorização do Ribeiro do Vale da Aveleira e respetivas margens
<b>EIXO 3 – DINAMIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA</b>	1. Reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural	SP1 - Reabilitação do parque edificado do Núcleo Histórico de Vila Nova de Ourém para habitação, comércio e serviços, associada à promoção do comércio tradicional
		SP2 - Reabilitação do parque edificado da Vila Medieval para habitação, comércio e serviços, associada à promoção do comércio tradicional

Eixo	Objetivo	Ação
<b>EIXO 4 – PRIVILEGIAR POLÍTICAS DE CONTENÇÃO URBANA</b>	2. Criação ou requalificação de espaços de utilização coletiva de referência	SP3 - Valorização do Largo Prof. Egas Moniz, da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida e do Largo Dr. Vitorino de Carvalho
		SP4 - Requalificação do Largo da Cruz
		SP5 - Porta do corredor ribeirinho da Caridade
		SP6 - Porta do corredor ribeirinho do Lagarinho
		SP7 - Porta central do Agroparque
	1. Reabilitação de equipamentos de cariz patrimonial e cultural	SU1 - Fórum Cultural de Ourém, Nova Biblioteca Municipal e Terminal Rodoviário
		SU2 - Equipamento de cariz cultural/ museológico/ educativo (antigo Colégio Fernão Lopes)
		SU3 - Equipamento cultural (antiga Escola Básica de N. Sra. das Misericórdias)
		SU4 - Sinagoga de Ourém - Espaço Museológico
	2. Criação e reabilitação de equipamentos desportivos	SU5 - Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém
		SU6 - Campos de Padel e Tênis
	3. Criação e reabilitação de equipamentos de educação	SU7 - Requalificação do Campo Polidesportivo de Ourém
		SU8 - Ampliação do Agrupamento de Escolas de Ourém e respetivo estacionamento
	4. Assegurar um acesso equitativo a outros equipamentos	SU9 - Futura Academia de Música da Banda de Ourém (AMBO)
		SU10 - Ampliação do Cemitério de Ourém
SU11 - Equipamento de Administração Municipal (Antiga Casa dos Magistrados)		
SU12 - Pavilhão Multiusos de Ourém (reconversão do Centro Municipal de Exposições)		
SU13 - Requalificação do Centro de Saúde de Ourém		
SU14 - Ampliação do Cemitério de N.S. das Misericórdias		
SU15 - Ampliação da Junta de Freguesia de N. Sra. das Misericórdias e Residência Artística		

Quadro 10: Ações propostas pelo PUO com relevância do FCD1 – Ordenamento do território

#### 6.1.4 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

No Quadro seguinte apresenta-se a relação das opções estratégicas propostas pelo PUO com os critérios de sustentabilidade definidos no âmbito do FCD1 – Ordenamento do território.

Opções estratégicas	FCD1 - Ordenamento do território		
	1 - Reabilitação e requalificação urbana	2 - Coesão territorial	3 - Risco
<b>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</b>			
Oe1.1 - Promover um programa de equipamentos/ funções urbanas de âmbito municipal e supramunicipal			

Opções estratégicas	FCD1 - Ordenamento do território		
	1 - Reabilitação e requalificação urbana	2 - Coesão territorial	3 - Risco
<b>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</b>			
Oe2.1 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;			
Oe2.2 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger, criando condições para a promoção e utilização turística			
Oe2.3 - Integração da Vila Medieval na rota do património urbano da Cidade			
Oe2.4 - Valorizar a arquitetura do edificado e do espaço público, sendo mais exigente na apreciação dos respetivos projetos			
Oe2.5 - Incremento da regeneração e reabilitação urbana			
<b>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</b>			
Oe3.1 - Reforçar a dotação dos espaços verdes urbanos enquanto espaços de utilização coletiva e de valorização ambiental e paisagística do meio urbano			
Oe3.2 - Assegurar a continuidade da estrutura verde, como integrante do sistema ecológico e conforto da mobilidade suave			
Oe3.3 - Integrar a ribeira de Seiça e suas margens no parque urbano da cidade			
<b>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda</b>			
Oe4.1 - Proposta de organização da circulação e estacionamento, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, especialmente ao IC9			
<b>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação</b>			
Oe5.1 - Ordenar a cidade tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente, o respeito pela paisagem e a capacidade de carga do território			
Oe5.2 - Promover a reabilitação do edificado (ARU/ORU) e a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, incluindo a reabilitação dos equipamentos públicos degradados, ponderando a alteração dos usos que estiveram na sua origem			

Opções estratégicas	FCD1 - Ordenamento do território		
	1 - Reabilitação e requalificação urbana	2 - Coesão territorial	3 - Risco
<b>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</b>			
Oe6.1 - Desviar o tráfego de atravessamento, melhorando o ambiente urbano			
Oe6.2 - Densificar a arborização dos espaços públicos, incrementando a mobilidade suave e amenizando as temperaturas urbanas, numa lógica de adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas			
Oe6.3 - Reduzir o uso dominante do espaço público pelas vias de circulação automóvel			
Oe6.4 - Identificar os usos incompatíveis com a habitação, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades			
<b>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</b>			
Oe7.1 - Promover a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável			
Oe7.2 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas			
Oe7.3 - Estabelecer programa para as áreas comerciais e fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas			

Quadro 11: Avaliação das opções estratégicas do PUO para os critérios de sustentabilidade do FCD1 - Ordenamento do território

Contributo: ■ Muito positivo ■ Positivo ■ Neutro ■ Negativo

Verifica-se que nenhuma das medidas apresentadas pelo PUO possui um contributo negativo para os critérios que integram o FCD1, destacando-se o reforço o papel da Cidade como sede administrativa do concelho e a contenção da sua expansão desgarrada, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação. As ações relacionadas com a requalificação e reperfilamento de vias e Reabilitação de equipamentos de cariz patrimonial e cultural são as que apresentam maior impacto para os critérios de sustentabilidade.

A análise das oportunidades e riscos que podem ser potenciados ou minimizados pela concretização do PUO mostra que para este FCD não existem riscos significativos advindos da implementação do plano. Pelo contrário, todas as medidas apresentam-se como

oportunidades a nível de ordenamento do território, já que resultarão, de modo direto ou indireto, na requalificação urbana, coesão territorial, e diminuição do risco, assegurando uma maior eficiência de infraestruturas, utilização dos recursos e melhoria das condições de vida da população. No Quadro seguinte, apresentam-se oportunidades e riscos identificados, bem como as diretrizes de planeamento e gestão que permitirão a potenciação dos aspetos positivos, bem como a mitigação das ameaças.

FCD1 - Ordenamento do território				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	<p>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</p> <p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p>	<p>Promoção da requalificação urbana, através da reabilitação do parque edificado, com a rentabilização das infraestruturas construídas, contribuindo para o correto ordenamento e ocupação sustentável do território</p> <p>Dinamização e revitalização do espaço público, promovendo a multifuncionalidade dos espaços e a sua utilização</p>	Não se prevê riscos significativos	<p>Promover soluções mais adequadas de requalificação do parque edificado, com a diminuição dos edifícios em mau e péssimo estado de conservação e decrescendo o número de alojamentos vagos</p> <p>Promover uma rede de espaços públicos coerente, equitativa, atrativa e com conectividade, acessível a todos</p>
<b>Coesão territorial</b>	<p>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p>	<p>Promoção de usos e funções (serviços e comércio) mais adaptados às necessidades atuais da população</p> <p>Fomento de uma organização mais equitativa dos equipamentos e espaços públicos com o reforço e criação de novas centralidades</p> <p>Reforço da atratividade da Cidade de Ourém e o seu papel como sede do concelho</p>	Não se prevê riscos significativos	<p>Promover a dinamização do comércio e serviços</p> <p>Garantir o acesso de toda a população residente aos equipamentos e serviços públicos</p> <p>Promover as ligações rodoviárias, requalificando e criando novas vias e apostando na mobilidade suave</p>

FCD1 - Ordenamento do território				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente  Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços	Promoção da mobilidade em transportes públicos e incentivo à mobilidade suave		Promover a cobertura total dos transportes públicos, fomentando as relações intraconcelhias e a ligação com a rede ferroviária
<b>Risco</b>	Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização	Proteção das áreas de risco  Valorização das funções ecológicas das áreas de índole natural	Não se prevê riscos significativos	Condicionar e impedir a ocupação não adequada das áreas de risco  Definir Índices de impermeabilização do solo

Quadro 12: Diretrizes de planeamento e gestão das oportunidades e riscos identificados no FCD1 - Ordenamento do território

### 6.1.5 Diretrizes para o seguimento

Apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores, identificados em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, constituindo a fase de seguimento.

FCD1 - Ordenamento do território					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)	41 %	100	CMO	Anual
	Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)	Ver tabela 1	N.A.	CMO	Anual
	Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções (%/%)	Indicador de seguimento	1	CMO	Anual
	Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções (N.º/N.º)	Indicador de seguimento	1	CMO	Anual
<b>Coesão territorial</b>	Extensão de vias requalificadas (km)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual

FCD1 - Ordenamento do território					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)	1 km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)	5.636 Hab.	Toda a população da área do PUO	CMO	Anual
	Percentagem da área urbana do PU servida por transportes coletivos (%)	92 %	100%		Anual
	Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)	Ver figura 8	Aumento	CMO INE	Anual
	Índice de impermeabilização (existente e previsto)	Ver Quadro	Diminuição	CMO	Anual
<b>Risco</b>	Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual
	Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual
	Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima-desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual

Quadro 13: Diretrizes de monitorização para o FCD1 - Ordenamento do território

## 6.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

FCD 2 – Desenvolvimento socioeconómico		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Condições sociais</b>	Atrair residentes	Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)
	Melhorar a qualidade de vida da população residente	Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º) Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)
<b>Dinâmica Empresarial</b>	Aumentar o número de empresas e atividades	Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)
		Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)
		Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	Promover as atividades económicas no concelho assentes principalmente nos recursos endógenos	Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º) (*)
		Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)
<b>Promoção turística</b>	Fomentar o desenvolvimento turístico	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)
		Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)
		Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)
		Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)

Quadro 14: Critérios de Avaliação, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores de avaliação para o FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico

### 6.2.1 Análise de tendências

#### Condições sociais

Verifica-se que a população residente na área do PUO, era, em 2011, de 5.716 habitantes, registando um incremento de 367 indivíduos (correspondente a um aumento de 7%), face a 2001. Também o número de famílias clássicas denota um aumento (12%) neste período temporal. Porém a dimensão média do agregado tem vindo a diminuir, apresentando os valores de 3,2 (em 1991), 2,8 (em 2001) e 2,6 (em 2011).

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, que integra a zona norte do PUO, demonstra o mesmo padrão evolutivo da Cidade de Ourém, com um incremento populacional de 505

indivíduos residentes no período 2001-2011 (correspondente a um aumento populacional de 7,5%), bem como um acréscimo no número de famílias clássicas (11,6%), embora a dimensão do agregado populacional se situe um pouco acima da área do PUO (2,7).

A Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, que integra a zona Sul do PUO, mostra já um ligeiro decréscimo populacional entre 2001 e 2011, de cerca de 3% (130 indivíduos), embora o número de famílias tenha vindo a aumentar, ainda que de forma bastante ténue, registando o valor de 32 (1,8%) em apenas uma década. A dimensão do agregado populacional situava-se, em 2011, nos 2,8, um pouco acima da situação registada tanto para o concelho, como para a freguesia vizinha e a área do PUO.

Igualmente numa situação de recuo demográfico, o Concelho de Ourém registou em decréscimo de 284 indivíduos, no período homólogo, embora inferior a 1%. Contudo, o município viu o número de famílias clássicas aumentar em cerca de 4% (mais 624 famílias), que se reflete num decréscimo da dimensão média do agregado para 2,6.

	Concelho de Ourém		Freguesia de Nossa Senhora da Piedade		Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		PU Ourém	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
População residente (nº)	46.216	45.932	6.712	7.217	5.207	5.077	5.349	5.716
Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )	110,9	110,2	324,25	348,65	128,25	125,05	796,0	850,6
Famílias clássicas (nº)	16.366	16.990	2.429	2.712	1.767	1.799	1.930	2.176
Dimensão média do agregado (nº)	2,8	2,7	2,8	2,7	2,9	2,8	2,8	2,6

Quadro 15: População residente, famílias e dimensão dos agregados nos anos de 2001 e 2011 para o Concelho de Ourém, Freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias e área do PUO

Fonte: INE, Dados Censitários 2001 e 2011

Segundo dados do Censos 2011 (INE), no concelho de Ourém, existiam nesse ano 7 famílias em alojamentos não clássicos (institucionais) na área do PUO, num total de 126 a nível concelhio. Destas, 1 família localiza-se na freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias (com um total de 3 famílias) e 6 famílias na freguesia de Nossa Senhora da Piedade (num total de 8 famílias).

No âmbito das condições de habitabilidade dos alojamentos na área do PUO, verifica-se que a grande maioria possui água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche, sendo a proporção de alojamentos sem estas condições inferior a 1%.

	Água canalizada	Instalações Sanitárias (retrete/ esgotos)	Instalações de Banho ou Duche
Alojamentos de Residência Habitual (%)	99,5%	99,5%	99,1%

Quadro 16: Dotação de infraestruturas básicas nos alojamentos de residência habitual na área do PUO, em 2011  
Fonte: INE, Dados Censitários 2011

Pelos dados acima apresentados, verifica-se que a população residente na área do PUO tem vindo a aumentar, pelo que será expectável que continue esta tendência no futuro. No que se refere às freguesias que integram esta área, será também expectável que a população residente na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, e onde se encontra o centro cívico, venha também a aumentar, à semelhança dos últimos anos. A Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias mostra um ligeiro decréscimo populacional no período 2001-2011. Contudo, quando se recua a 1991, verifica-se que as duas freguesias têm demonstrado um aumento populacional, embora desigual. Assim prevê-se que continue a tendência crescente de evolução populacional nestas duas freguesias.

A análise demográfica do concelho de Ourém mostra que, apesar do aumento populacional em 15% no período 1991-2001 (6.031 Indivíduos residentes), na década seguinte, ocorreu um decréscimo da população, embora muito ligeiro, inferior a 1%. Contudo, verifica-se que esta tendência regressiva tem vindo a evidenciar-se desde esse ano e até 2019, tendo-se registado um contínuo decréscimo populacional. Assim, prevê-se que a população concelhia venha a decrescer ligeiramente ou a estabilizar.

### **Dinâmica empresarial**

Na área do PUO, as áreas com mais comércio e serviços localizam-se no Centro cívico de Ourém, muitas vezes ocupando o rés-do-chão dos edifícios, com funções habitacionais nos pisos superiores. Além destas, há a referir os grandes supermercados que se localizam principalmente na parte noroeste do PUO (como o Intermarché, Lidl, e Continente Modelo).

A análise dos dados relativos aos licenciamentos efetuados nos últimos anos mostra que, entre 2004 e 2018, foram efetuados 7 pedidos de licenciamento de obras de edificação destinadas a comércio e serviços, sendo 3 de alteração, 2 de ampliação, 1 de construção, e 1 de legalização. Dados do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia mostram que em 2018 foram constituídas 166 pessoas coletivas e entidades, sendo o valor mais alto desde 2014, e verificando-se que 2019 seguiu a mesma tendência com 164 empresas criadas.

Ainda segundo o INE, existiam 5.558 empresas em Ourém em 2018, registando um ligeiro decréscimo (inferior a 1%), desde 2009. Os maiores incrementos neste período registaram-se nos setores das atividades administrativas e dos serviços de apoio (aumento de 141 empresas); agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (98 empresas); e atividades de saúde humana e apoio social (aumento de 83 empresas). Pelo oposto, as maiores quebras registaram-se a nível da construção (decrécimo de 249 empresas); comércio por grosso e a retalho (decrécimo de 171 empresas); e indústrias extrativas (decrécimo de 71 empresas).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2009-2018
<b>Total Ourém</b>	5.571	5.402	5.287	5.122	4.902	5.002	5.154	5.251	5.433	5.558	-13
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	112	109	104	114	140	188	220	192	223	210	98
Indústrias transformadoras	8	7	6	6	7	6	7	7	7	8	0
Indústrias extrativas	513	492	479	453	437	453	451	457	434	442	-71
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	1	3	3	4	4	13	16	16	15
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	4	4	3	4	3	6	7	6	6	6	2
Construção	1.056	988	935	866	771	760	758	763	784	807	-249
Comércio por grosso e a retalho (...)	1.549	1.501	1.483	1.463	1.403	1.374	1.374	1.390	1.381	1.378	-171
Transporte e armazenagem	150	147	141	126	109	112	111	113	115	112	-38
Alojamento, restauração e similares	490	472	469	457	447	453	466	493	521	537	47
Atividade de Informação e comunicação	33	31	30	28	28	31	40	43	47	52	19
Atividades imobiliárias	191	190	176	185	163	156	168	192	195	207	16
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	366	369	370	357	351	365	377	394	415	423	57
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	319	338	327	315	296	302	352	362	426	460	141
Educação	193	198	193	164	179	187	185	190	209	205	12
Atividades de saúde humana e apoio social	243	244	261	267	271	287	306	308	305	326	83

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2009-2018
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	111	93	88	91	83	94	101	89	102	107	-4
Outras atividades de serviços	232	218	221	223	211	224	227	239	247	262	30

Quadro 17: Evolução das empresas não financeiras em Ourém por sector de atividade económica

Fonte: INE

No tocante aos níveis de qualificação dos recursos humanos, quase um quinto da população detém apenas o 1.º ciclo do ensino básico, mas cerca de 35% possui o 3.º ciclo e ensino secundário, e 13,4% possui ensino superior, evidenciando valores superiores à média do concelho.

	Concelho de Ourém	PU Ourém
não sabe ler nem escrever	6,5	3,0
sem nenhum nível de ensino completo	15,8	5,7
1º ciclo ensino básico	26,8	19,3
2º ciclo ensino básico	13,8	12,7
3º ciclo ensino básico	15,7	18,4
ensino secundário	12,1	16,7
ensino pós-secundário	1,0	1,2
ensino superior	8,3	13,4

Quadro 18: Nível de qualificação da população residente em 2011 (%)

Fonte: INE, Dados Censitários 2011

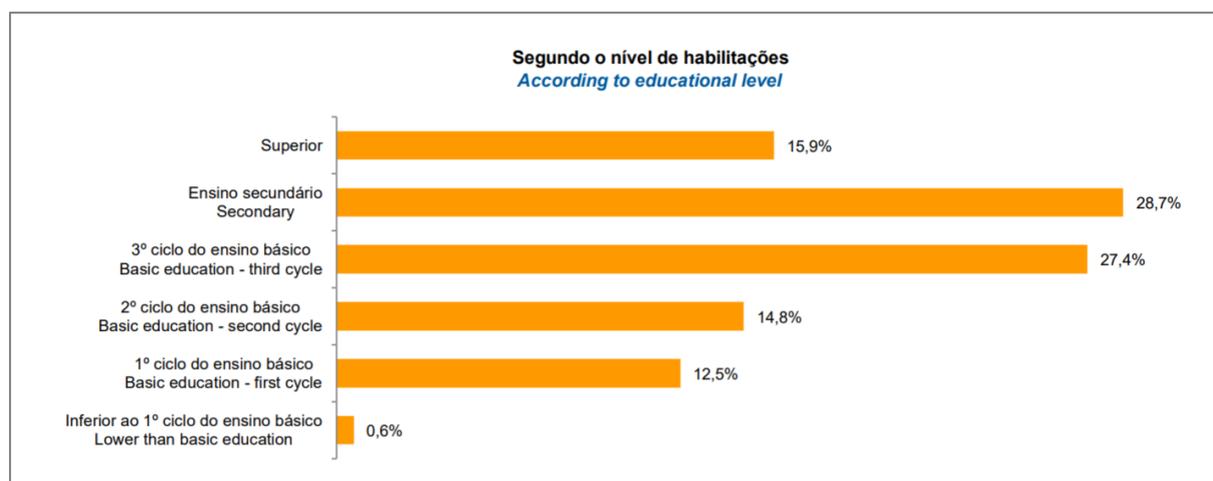


Figura 10: Trabalhadores por conta doutrem no concelho de Ourém, segundo o nível de habilitações

Fonte: Ministério da Economia

Na área do PUO, cerca de metade da população encontra-se empregada, sendo o setor terciário o mais representativo, empregando, em 2011, 2.136 trabalhadores (34,6%). Segue-se o setor secundário, com 737 trabalhadores (11,9% da população), sendo que apenas trabalham no setor primário 24 indivíduos residentes (representando 0,4% da população residente total da área do PUO).

	Concelho de Ourém	PU Ourém
População empregada	19.066	2.897
Setor primário	266	24
Setor secundário	6.772	737
Setor terciário	12.028	2.136

Quadro 19: População residente por atividade económica em 2011

Fonte: INE, Dados Censitários 2011

A análise dos postos de trabalho criados por setores de atividade mostra que, em 2011, havia 19.066 indivíduos residentes empregados, mas registando uma quebra de 3% relativamente a 2001. Tendo os setores da construção e indústrias transformadoras sido os que perderam mais postos de trabalho, houve setores que geraram mais postos de trabalho, destacando-se as atividades de saúde humana e apoio social (630 postos de trabalho), atividades imobiliárias, alugueres, consultoria, científicas, técnicas, administrativas e dos serviços de apoio (445 postos de trabalho), alojamento, restauração e similares (244 postos de trabalho), e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, e outras atividades de serviços (223 postos de trabalho).

Tabela 2: População empregada por setor de atividade económica, no concelho de Ourém

Fonte: INE

	2001	2011	2001 - 2011
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	610	266	-344
Indústrias extrativas	97	85	-12
Indústrias transformadoras	4302	3417	-885
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	100	244	144
Construção	3853	3026	-827

	2001	2011	2001 - 2011
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3877	3645	-232
Transportes e armazenagem, informação e comunicação	647	748	101
Alojamento, restauração e similares	1410	1654	244
Atividades financeiras e de seguros	226	233	7
Atividades imobiliárias, alugueres, consultoria, científicas, técnicas, administrativas e dos serviços de apoio	644	1089	445
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	872	795	-77
Educação	1203	1347	144
Atividades de saúde humana e apoio social	886	1516	630
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, e outras atividades de serviços	528	751	223
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	445	249	-196
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	1	0
<b>Total</b>	<b>19701</b>	<b>19066</b>	<b>-635</b>

### Atividades tradicionais e de base produtiva

O concelho de Ourém apresenta diversos produtos locais. A nível de gastronomia, destacam-se os pratos típicos: pão de milho, enchidos (chouriço, farinheira e morcela), friginada ou tachada, queijo de cabra, merendeiras salgadas, migas de broa com couves, mexudas, chicharos, feijão com abóbora, carneiro guisado, merendeiras doces, filhós/ velhoses, bolo de arco, bolinhos dos Santos, figos secos, pinhões, e doce de marmelo.

No âmbito dos produtos de qualidade certificada existentes no concelho, verifica-se que Ourém encontra-se na área geográfica de três produtos Denominação de Origem Protegida (DOP):

- O mel do Ribatejo Norte é produzido nos municípios de Alcanena, Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Vila Nova de Barquinha e Torres Novas, apresentando quatro variedades: Serra d'Aire (pólen de alecrim, lavanda e menta); Albufeira de Castelo de Bode (pólen de urze, murta e castanha); Bairro (pólen de cardo, *Rubus*, *Echium* e *Trifolium*); Alto Nabão (principalmente pólen de eucalipto).
- A pera rocha do Oeste é produzida de acordo com métodos locais relacionados com a escolha dos solos e a implantação e condução dos pomares, possuindo grande

capacidade de conservação. Caracteriza-se por “*ter cor branca e ser macia, fundente, granulosa, doce, não ácida, muito sucosa e de perfume ligeiramente acentuado*”.

- Os azeites do Ribatejo são de baixa a muito baixa acidez, ligeiramente espessos, frutados, derivado de solo é principalmente calcário, o que juntamente com o clima mediterrânico providencia as condições ideais de cultivo.

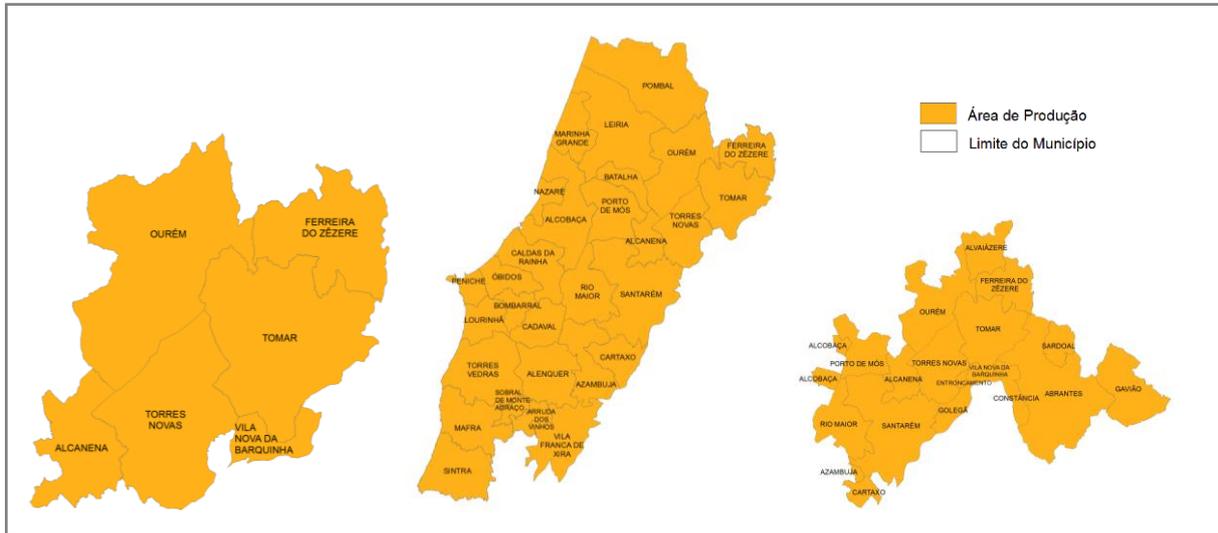


Figura 11: Área de produção dos produtos mel do Ribatejo Norte; pera rocha do Oeste; e azeites do Ribatejo

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

É também de referência o Vinho Medieval de Ourém, protegido pela Portaria 167/2005, de 11 de fevereiro, integrado na denominação de origem (DO) Encostas d’Aire. Trata-se de um vinho de origem medieval, com 800 anos de história e feito com base em critérios ancestrais e rigorosos no que ao processo de vinificação.

O município de Ourém tem realizado diversas ações de promoção dos produtos locais, destacando-se: a reativação da Ucharia do Conde (espaço de degustação e comercialização de produtos locais), a Feira dos Produtos da Terra, o mercado Ecorural, o projeto “aTerra” (capacitação e integração de pequenos agricultores do concelho de Ourém com uma intervenção na área da educação para o desenvolvimento junto das escolas do concelho), e o programa comemorativo do Dia Mundial do Turismo em 2018, integrando uma mostra de produtos locais e regionais, entre outros

### Promoção turística

No concelho de Ourém existem 298 estabelecimentos de alojamento turístico, dos quais a grande maioria localiza-se na freguesia de Fátima, em especial na Cova da Iria. Destes, 64 são estabelecimentos turísticos (correspondentes a 21% do total) e os restantes alojamentos locais (79%), destacando-se a categoria de apartamentos, à qual pertencem mais de um terço do total de alojamentos existentes. Na Figura seguinte, pode observar-se a forma como os estabelecimentos de alojamento turístico encontram-se distribuídos pelas várias categorias, no concelho de Ourém.

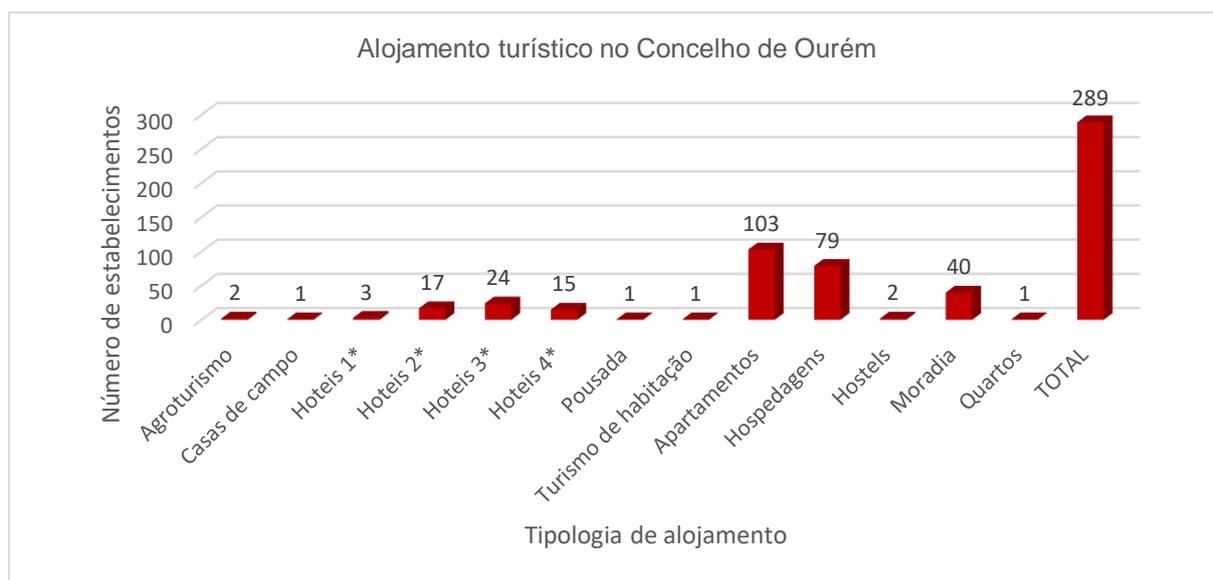


Figura 12: Tipologias de estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Ourém  
 Fonte: SIGTUR, Turismo de Portugal, fevereiro 2021

Nas freguesias que integram o PUO (Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias) verifica-se a existência de 19 estabelecimentos, dos quais a grande maioria (em número de 11) são moradias. Existem também 3 hospedagens, 1 alojamento de agroturismo, 1 pousada, 1 estabelecimento de turismo de habitação, 1 apartamento, e um estabelecimento com quartos.

A análise mais detalhada à área do PUO mostra que se localizam aqui 8 estabelecimentos de alojamento turístico, sendo a maioria de alojamento local, constando de 1 apartamento, 2 estabelecimentos de hospedagem, 3 moradias e 1 aluguer de quartos. Acresce ainda a pousada que se localiza na Vila medieval.

Ainda segundo dados do SIGTUR, a capacidade de alojamento turístico total do concelho é de 10.815 camas/utentes, sendo 7.733 referentes a empreendimentos turísticos (72%) e

3.082 referentes a alojamento local (28%). Nas freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias, contabilizam-se 149 camas/utentes em unidades de alojamento local (representando cerca de 5% do total concelhio) e 88 camas nos três empreendimentos turísticos existentes (apenas 1% do total a nível do concelho), num total de capacidade de 237 camas, que corresponde a uma pequena fração do alojamento disponível no concelho, sendo que a maioria se localiza em Fátima.

Na área do PUO, encontram-se 8 estabelecimentos turísticos, representativos de quatro categorias de alojamento local e uma categoria de empreendimento turístico, que apresentam um total de 136 camas (representando 57% do total das 2 freguesias).

Tabela 3: Capacidade de alojamento turístico na área do PUO  
Fonte: SIGTUR, Turismo de Portugal, fevereiro 2021

Tipologia/Categoria	N.º de estabelecimentos	N.º de camas / utentes
Pousada	1	58
Apartamentos	1	4
Hospedagens	2	34
Moradias	3	30
Quartos	1	10
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>136</b>

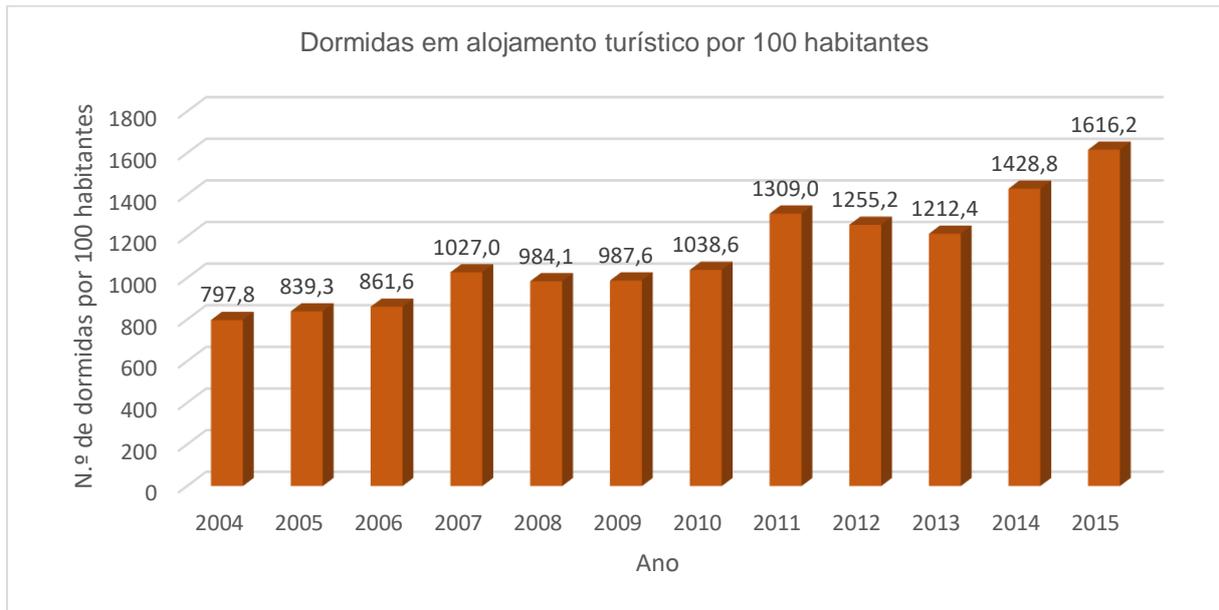


Figura 13: Número de dormidas em alojamentos turísticos por 100 habitantes, no concelho de Ourém

Fonte: INE

A análise do número de dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes, de acordo com dados fornecidos pelo INE, mostra que no período entre 2004 e 2015, mostra que este valor tem vindo a aumentar para cerca do dobro, o que evidencia a constante procura turística do concelho de Ourém.

Ainda de acordo com dados do Turismo de Portugal, em 2017, registou-se um pico do número de dormidas no concelho, em resultado da vinda do Papa Francisco a Fátima, e do aumento da disponibilidade de alojamento. Contudo, no ano seguinte, e embora a disponibilidade de alojamento tenha continuado a aumentar intensamente, o número de dormidas sofreu um decréscimo, para, em 2019, ter vindo a recuperar. Contudo, em 2019, verificou-se uma nova quebra (de 77,6%), em virtude do cenário de pandemia que ainda hoje vivenciamos.

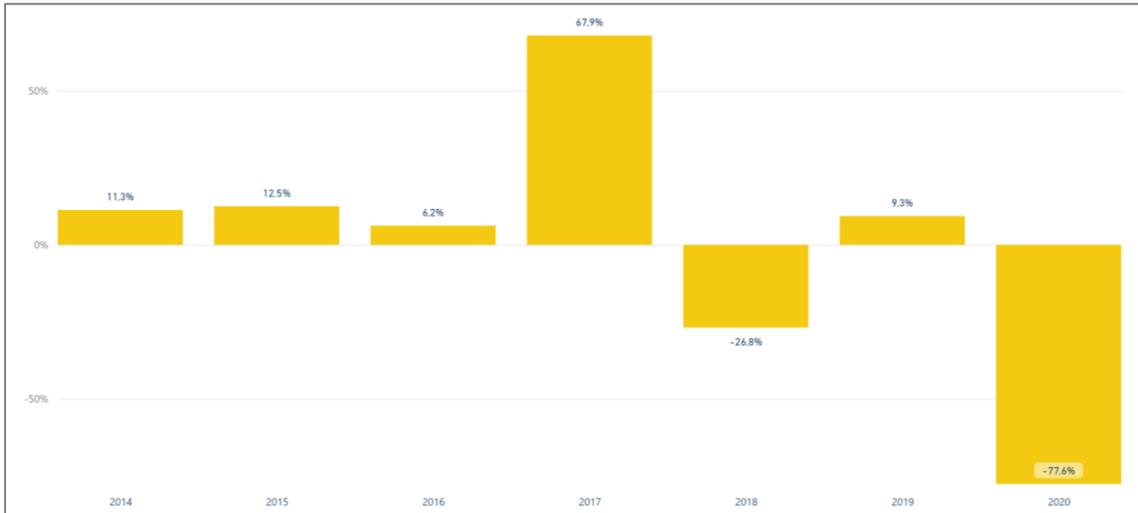


Figura 14: Variação das dormidas nos alojamentos turísticos, por ano, no concelho de Ourém (%)

Fonte: Turismo de Portugal

É também relevante analisar a taxa de sazonalidade, podendo-se observar, a título de exemplo, para o ano de 2019, onde ocorrem sobretudo dois períodos de maior procura turística: em maio e outubro, decorrente das celebrações de Fátima e período de férias.

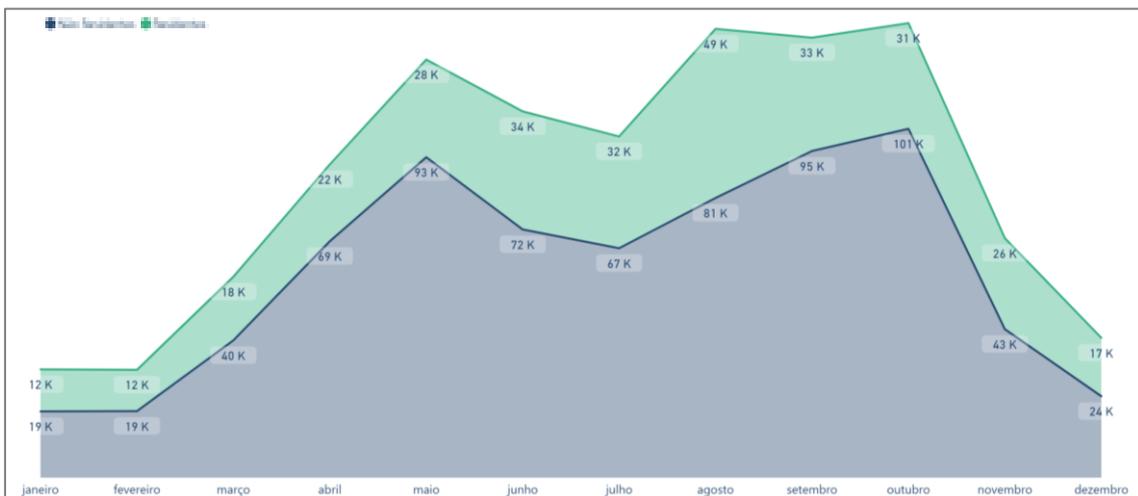


Figura 15: Número de dormidas por mês, nos alojamentos turísticos, no ano de 2019, no concelho de Ourém

Fonte: Turismo de Portugal

Analisando a taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%), nomeadamente através da taxa líquida de ocupação de cama nos estabelecimentos hoteleiros, verifica-se

que, no período 2009-2013, este valor ronda apenas cerca de um terço da ocupação máxima do estabelecimento e sendo superior nos hotéis de 4 estrelas. Apesar de ter aumentado entre 2009 e 2011, tem, desde essa data, vindo a decrescer.

Tabela 4: Taxa líquida de ocupação de camas nos estabelecimentos hoteleiros

Fonte: INE

Ano	Hotéis	4Estrelas	3Estrelas	2Estrelas	1Estrela	Pensões	Total
<b>2009</b>	26,5	27,2	-	-	0	-	<b>25,1</b>
<b>2010</b>	29,3	40,1	27,2	26,9	-	-	<b>26,9</b>
<b>2011</b>	30,8	-	-	26,9	-	22,2	<b>29,7</b>
<b>2012</b>	26,2	33,9	24,3	-	-	-	<b>26,1</b>
<b>2013</b>	25,2	-	24	20,5	-	-	<b>24,2</b>

A análise da evolução do número de alojamentos turísticos por datas mostra que o alojamento mais antigo do concelho (localizado em Fátima) foi inaugurado em 1949, denotando-se uma evolução constante do alojamento. O período entre 2016 e 2020 foi bastante relevante, tendo sido inaugurados 183 alojamentos, correspondente a mais de metade dos alojamentos atualmente existentes. É também relevante referir que no presente ano, foram já inaugurados 2 alojamentos no concelho, nas freguesias de Fátima e Seiça. Embora com uma menor expressão, as freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias, bem como a área do PUO, apresentam a mesma tendência evolutiva do concelho. Neste sentido, prevê-se que ocorra um aumento nos quatro indicadores considerados (estabelecimentos de alojamento turístico no concelho; capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento; dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes; e taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos), sendo espectável que esta seja bastante superior no concelho e na freguesia de Fátima, tendo uma menor expressão nas freguesias e área do PUO.

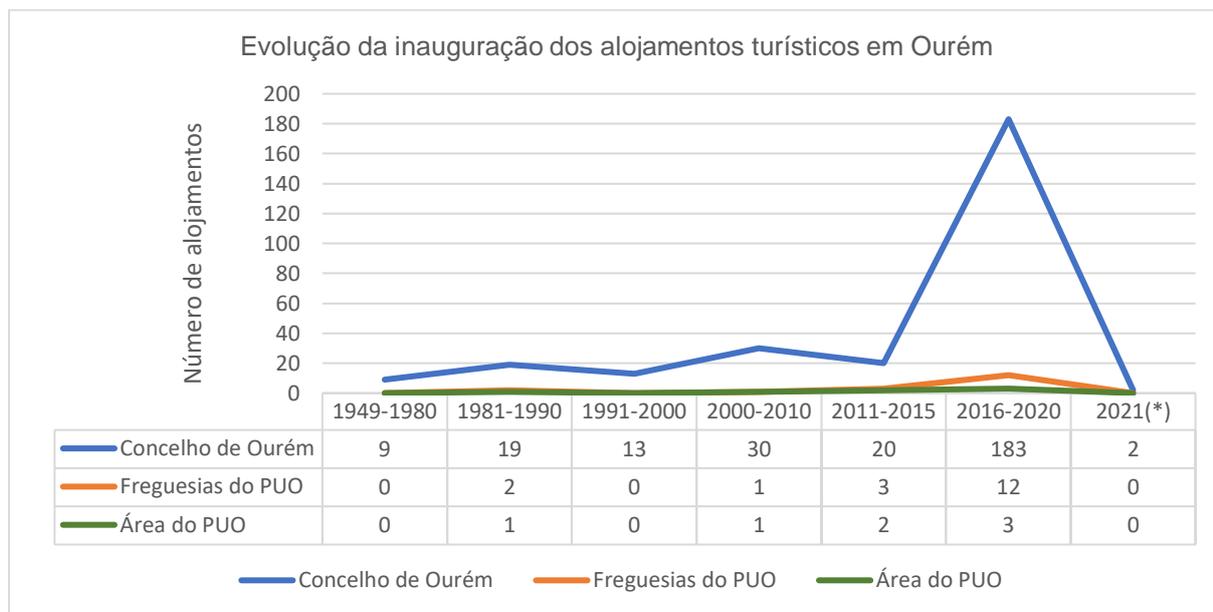


Figura 16: Evolução dos alojamentos turísticos no concelho de Ourém, freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias e área do PUO

Fonte: SIGTUR, Turismo de Portugal, fevereiro 2021 (\* - até 28/02/2021)

A capacidade de alojamento turístico total do concelho é de 10.815 camas/utentes, sendo nas freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias, apenas de 237 camas, que corresponde cerca de 2% da capacidade concelhia. Na área do PUO, encontram-se 8 estabelecimentos turísticos, representativos de quatro categorias de alojamento local e uma categoria de empreendimento turístico, que apresentam um total de 136 camas (representando 57% do total das 2 freguesias). Prevê-se que, no futuro, estes valores venham a aumentar para a área do PUO e freguesias que a integram, mas de forma bastante ligeira.

Na ausência do PUO, é expectável o aumento da população na área do PUO e na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade e Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, assim como um ligeiro decréscimo/estabilização da população no Concelho de Ourém. Prevê-se que ocorra um aumento do número de estabelecimentos turísticos no concelho, embora a nível das duas freguesias e da área do PUO este aumento seja muito ligeiro.

Similarmente, o número de dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes evidencia um aumento no concelho, perspetivando-se que futuramente continue a evoluir de forma positiva, embora para a área do PUO e as duas freguesias consideradas, este aumento não seja tão nítido. No tocante à taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos, tem-se assistido a

uma diminuição deste valor, sendo expectável que este venha a diminuir ligeiramente ou a estabilizar.

### 6.2.2 Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da população residente na área do PUO nos últimos anos</li> <li>• Aumento do número de famílias clássicas na área do PUO</li> <li>• Boas condições de habitabilidade dos alojamentos de residência habitual</li> <li>• Bom nível de qualificação da população residente</li> <li>• Cerca de metade da população encontra-se empregada na área do PUO</li> <li>• Existência de três produtos Denominação de Origem Protegida (DOP), bem como um Vinho Medieval de Ourém (DO)</li> <li>• Papel ativo do município na promoção dos produtos locais</li> <li>• Grande oferta de estabelecimentos de alojamento turístico no município</li> <li>• Número de dormidas em alojamentos turísticos por 100 habitantes no concelho de Ourém tem vindo a aumentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligeiro decréscimo populacional a nível do concelho</li> <li>• Existência de algumas famílias em alojamentos não clássicos (institucionais) na área do PUO</li> <li>• Ligeiro decréscimo do número de empresas em Ourém nos últimos anos</li> <li>• Ligeira quebra na criação de postos de trabalho</li> <li>• Parca oferta de estabelecimentos de alojamento turístico na área do PUO, embora diversa</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da atividade da Cidade de Ourém para viver e visitar</li> <li>• Promoção da economia local, através do comércio tradicional e produtos locais</li> <li>• Promoção turística e melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém, através da valorização do património natural e cultural existente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de dinamização do tecido empresarial</li> </ul>

Quadro 20: Análise SWOT do FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico

### 6.2.3 Propostas do PUO

A proposta de PUO promove uma melhoria das **condições sociais, uma revitalização da dinâmica empresarial, a promoção dos produtos locais, bem como uma aposta no turismo assente nos recursos endógenos**, com particular destaque para o património histórico e cultural. A nível dos sistemas definidos pelo PUO, existe uma clara evidência do Sistema patrimonial que visa dinamizar a atividade económica, mas também o Sistema urbano, em que se privilegiam as políticas de contenção urbana.

No âmbito do sistema patrimonial, o PUO visa dinamizar a atividade económica, dando ênfase especial à valorização do património como mecanismo para aumentar a atratividade turística, apostando na reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural existente na Vila Medieval e no núcleo histórico (antiga Vila Nova de Ourém) e dos espaços públicos associados.

Neste sentido, prevê-se a reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural existente nestas áreas, para habitação, comércio e serviços, garantindo boas condições de habitabilidade, dinamizando a economia e garantindo a existência de espaços e equipamentos disponíveis para a população, ao mesmo tempo que assegurando a preservação e a valorização dos elementos de interesse arquitetónico.

Neste FCD, o sistema patrimonial assume uma estreita relação com o sistema urbano que, assentando nas duas centralidades existentes, pretende potenciar o carácter histórico e patrimonial da Vila Medieval e a funcionalidade do centro cívico da cidade, mantendo e reforçando estas identidades complementares. A requalificação e ampliação da rede de equipamentos coletivos permitirá a prestação de um amplo serviço à população, tornando esta área mais atrativa para habitar, como também investir e visitar, possuindo claros benefícios a nível socioeconómico.

Das ações propostas pelo PUO, verifica-se que todas se relacionam, quer direta ou indiretamente, com o Desenvolvimento socioeconómico:

Eixo	Objetivo	Ação
<b>EIXO 1 - AFIRMAR A CIDADE NO SISTEMA URBANO MUNICIPAL E SUPRAMUNICIPAL</b>	1. Requalificação e reperfilamento de vias	SC1 - Intersecção da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes com a Rua das Serradas e prolongamento da Rua Eng. Adelino Amaro da Costa
		SC2 - Requalificação da Rua Dr. Justiniano da Luz Preto e estruturação, com recurso a rotunda, do entroncamento da Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto com a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira
		SC3 - Requalificação da Rua D. Afonso (IV Conde Ourém) com nó a estudar no Largo da Cruz
		SC4 - Requalificação urbana da EN113
		SC5 - Requalificação da Avenida D. Nuno Alvares Pereira entre a Rotunda dos Alamos e a Rotunda do Ribeirinho
		SC6 - Requalificação/ Reperfilamento da Rua de Castela, da Rua Armando Henrique Reis Vieira e de ruas evolventes
		SC7 - Requalificação da Rua 5 de Outubro
		SC8 - Requalificação do espaço público da Vila Medieval (Rua de S. João, Rua de S. José, Rua D. Afonso IV, Rua da Saudade, Calçada de Gonçalo Hermingues e largos Nossa Sra. das Misericórdias, Santa Tereza de Ourém e Pelourinho)
		SC9 - Variante Rua dos Namorados - Rua de Ourém

Eixo	Objetivo	Ação
	2. Promover a continuidade da rede viária através da criação de novas vias	SC10 - Ponte sobre a Ribeira de Seiça, alternativa à Ponte dos Namorados
		SC11 - Arranque da variante Estrada do Carregal - ER349
		SC12 - Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves/ antiga EN113 - Avenida dos Bombeiros Voluntários/ antiga ER349 e Arruamento de ligação da rotunda da Rua 5 de outubro/ Avenida Dom Nuno Álvares Pereira até entroncar com a Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves - Avenida dos Bombeiros Voluntários
		SC13 - Dar continuidade à Rua José Honório dos Santos Ribeiro até entroncar com a Avenida D. Nuno Álvares Pereira e com a Rua Dionísio Oliveira Reis
		SC14 - Nova ligação da Rua Capitão Salgueiro Maia à Rua 1.º de Dezembro
		SC15 - Acesso Mecânico à Vila Medieval
	3. Promover a mobilidade suave	SC16 Vias a privilegiar como corredor verde para modos suaves
<b>EIXO 2 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	1. Requalificação dos espaços verdes existente	SA1 - Requalificação ecológica e paisagística da Mata Municipal
	2. Criação de novos espaços verdes	SA2 – Expansão do Parque da Cidade/ Parque Dr. António Teixeira
		SA3 - Agroparque
	SA4 - Espaço verde junto ao Centro de Saúde	
4. Promover a sustentabilidade ambiental das redes de infraestruturas	SA11 - Garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de abastecimento de água, completando e/ou substituindo a rede existente	
	SA12 - Garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de saneamento, completando e/ou substituindo a rede existente	
<b>EIXO 3 – DINAMIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA</b>	1. Reabilitação do edifício de cariz histórico e cultural	SP1 - Reabilitação do parque edificado do Núcleo Histórico de Vila Nova de Ourém para habitação, comércio e serviços, associada à promoção do comércio tradicional
		SP2 - Reabilitação do parque edificado da Vila Medieval para habitação, comércio e serviços, associada à promoção do comércio tradicional
<b>EIXO 4 – PRIVILEGIAR POLÍTICAS DE CONTENÇÃO URBANA</b>	1. Reabilitação de equipamentos de cariz patrimonial e cultural	SU1 - Fórum Cultural de Ourém, Nova Biblioteca Municipal e Terminal Rodoviário
		SU2 - Equipamento de cariz cultural/ museológico/ educativo (antigo Colégio Fernão Lopes)
		SU3 - Equipamento cultural (antiga Escola Básica de N. Sra. das Misericórdias)
		SU4 - Sinagoga de Ourém - Espaço Museológico
		SU5 - Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém
	2. Criação e reabilitação de equipamentos desportivos	SU6 - Campos de Padel e Ténis
		SU7 - Requalificação do Campo Polidesportivo de Ourém
	3. Criação e reabilitação de equipamentos de educação	SU8 - Ampliação do Agrupamento de Escolas de Ourém e respetivo estacionamento
		SU9 - Futura Academia de Música da Banda de Ourém (AMBO)
	4. Assegurar um acesso equitativo a outros equipamentos	SU10 - Ampliação do Cemitério de Ourém
		SU11 - Equipamento de Administração Municipal (Antiga Casa dos Magistrados)

Eixo	Objetivo	Ação
		SU12 - Pavilhão Multiusos de Ourém (reconversão do Centro Municipal de Exposições)
		SU13 - Requalificação do Centro de Saúde de Ourém
		SU14 - Ampliação do Cemitério de N.S. das Misericórdias
		SU15 - Ampliação da Junta de Freguesia de N. Sra. das Misericórdias e Residência Artística

Quadro 21: Ações propostas pelo PUO com relevância do FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico

### 6.2.4 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

No Quadro seguinte apresenta-se a relação das medidas e ações propostas pelo PUO, no âmbito do FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico.

Opções estratégicas	FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico			
	1 - Condições sociais	2 - Dinâmica empresarial	3 - Atividades tradicionais e de base produtiva	4 - Promoção turística
<b>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</b>				
Oe1.1 - Promover um programa de equipamentos/ funções urbanas de âmbito municipal e supramunicipal				
<b>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</b>				
Oe2.1 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;				
Oe2.2 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger, criando condições para a promoção e utilização turística				
Oe2.3 - Integração da Vila Medieval na rota do património urbano da Cidade				
Oe2.4 - Valorizar a arquitetura do edificado e do espaço público, sendo mais exigente na apreciação dos respetivos projetos				

Opções estratégicas	FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico			
	1 - Condições sociais	2 - Dinâmica empresarial	3 - Atividades tradicionais e de base produtiva	4 - Promoção turística
Oe2.5 - Incremento da regeneração e reabilitação urbana				
<b>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</b>				
Oe3.1 - Reforçar a dotação dos espaços verdes urbanos enquanto espaços de utilização coletiva e de valorização ambiental e paisagística do meio urbano				
Oe3.2 - Assegurar a continuidade da estrutura verde, como integrante do sistema ecológico e conforto da mobilidade suave				
Oe3.3 - Integrar a ribeira de Seiça e suas margens no parque urbano da cidade				
<b>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda</b>				
Oe4.1 - Proposta de organização da circulação e estacionamento, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, especialmente ao IC9				
<b>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação</b>				
Oe5.1 - Ordenar a cidade tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente, o respeito pela paisagem e a capacidade de carga do território				
Oe5.2 - Promover a reabilitação do edificado (ARU/ORU) e a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, incluindo a reabilitação dos equipamentos públicos degradados, ponderando a alteração dos usos que estiveram na sua origem				

Opções estratégicas	FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico			
	1 - Condições sociais	2 - Dinâmica empresarial	3 - Atividades tradicionais e de base produtiva	4 - Promoção turística
<b>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</b>				
Oe6.1 - Desviar o tráfego de atravessamento, melhorando o ambiente urbano				
Oe6.2 - Densificar a arborização dos espaços públicos, incrementando a mobilidade suave e amenizando as temperaturas urbanas, numa lógica de adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas				
Oe6.3 - Reduzir o uso dominante do espaço público pelas vias de circulação automóvel				
Oe6.4 - Identificar os usos incompatíveis com a habitação, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades				
<b>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</b>				
Oe7.1 - Promover a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável				
Oe7.2 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas				
Oe7.3 - Estabelecer programa para as áreas comerciais e fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas				

Quadro 22: Avaliação das opções estratégicas do PUO para os critérios de sustentabilidade do FCD1 - Ordenamento do território

Contributo: ■ Muito positivo ■ Positivo ■ Neutro ■ Negativo

Para o FCD 2 – Desenvolvimento socioeconómico, tal como para o anterior, pode observar-se que as medidas apresentadas pelo PUO não contribuem negativamente para os critérios de sustentabilidade. Destaca-se o critério Condições sociais, para o qual a grande maioria das opções estratégicas propostas pelo PUO contribuem, sendo as mais impactantes as que se relacionam com as políticas de contenção urbana e melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, para este FCD, são mais significativas as medidas relacionadas com a dinamização da atividade económica, nomeadamente com a criação de políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços, e o claro impacto a nível de promoção turística.

A análise das oportunidades e riscos que podem ser potenciados ou minimizados pela concretização do PUO mostra que para este FCD, não existem riscos significativos para a maioria dos critérios de avaliação, com exceção da dinâmica empresarial, que poderá acarretar um aumento da emissão de efluentes residuais e poluentes atmosféricos, devendo ocorrer uma integração paisagística das áreas de atividades económicas.

A nível de oportunidades, destacam-se as relacionadas com a melhoria das condições de habitabilidade e de investimento, com influência na população residente, as suas qualificações, bem como a multifuncionalidade do centro, oferecendo mais serviços, comércio, acessos, espaços públicos e equipamentos. É também bastante relevante a questão dos recursos endógenos (de índole natural ou cultural), que estão a ser promovidos, quer com a requalificação e valorização do património arquitetónico, quer com a valorização dos corredores verdes associados às linhas de água, tendo um impacto para a população local, mas também em termos de turismo e visitação. No Quadro seguinte, apresentam-se oportunidades e riscos identificados, bem como as diretrizes de planeamento e gestão que permitirão a potenciação dos aspetos positivos, bem como a mitigação das ameaças no âmbito do FCD2 – Desenvolvimento económico.

FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>Condições sociais</b>	Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho	Aumento da atividade da Cidade de Ourém para viver e visitar  Melhoria das condições do edificado e do espaço público	Não se prevê riscos significativos	Estimular iniciativas de inclusão e inserção social

FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	<p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>Melhoria das condições de habitabilidade</p>		
<b>Dinâmica empresarial</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>Promoção da multifuncionalidade da Cidade, promovendo uma maior dinâmica empresarial e da economia local, através do comércio serviços e empresas</p> <p>Promoção da dinamização empresarial</p> <p>Promoção turística e melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém, através da valorização do património natural e cultural existente</p>	<p>A possibilidade de instalação de novas atividades económicas poderá contribuir para o aumento da emissão de efluentes residuais e poluentes atmosféricos</p>	<p>Estimular iniciativas de criação de serviços</p> <p>Garantir disposições relativas à integração paisagística de áreas de atividades económicas (como arborização de ruas e criação de espaço público) como forma de minimizar os possíveis impactes das atividades aí desenvolvidas</p>
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>Promoção da economia local, através do comércio tradicional e produtos locais</p> <p>Valorização dos recursos endógenos, como forma de potenciar o crescimento económico sustentável</p>	<p>Não se prevê riscos significativos</p>	<p>Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial</p>

FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>Promoção turística</b>	<p>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</p> <p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>Promoção do turismo e visitação</p> <p>Melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém</p>	<p>Não se prevê riscos significativos</p>	<p>Desenvolver ações de promoção e divulgação</p> <p>Providenciar apoios para o alojamento turístico, bem como o fornecimento de serviços e sua divulgação</p>

Quadro 23: Diretrizes de planeamento e gestão das oportunidades e riscos identificados no FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico

### 6.2.5 Diretrizes para o seguimento

Apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores, identificados em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, constituindo a fase de seguimento.

FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Condições sociais</b>	Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)	<p>Área do PUO: aumento de 7%</p> <p>Freguesia de NS Piedade: aumento de 7,5%</p>	Aumento	CMO INE	Anual

FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
		Freguesia de NS Misericórdias: decréscimo de 3% Concelho de Ourém: decréscimo de 1% (entre 2001 e 2011)			
	Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º)	7 famílias em alojamentos não clássicos (em 2011)	0	CMO INE	Anual
	Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)	1% (em 2011)	0	CMO INE	Anual
<b>Dinâmica empresarial</b>	Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)	7 pedidos de licenciamento (entre 2004 e 2018)  Ver Quadro 17	Aumento	CMO	Anual
	Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)	Ver Quadro 18	Aumento	CMO	Anual
	Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)	Ver Tabela 2	Aumento	CMO	Anual
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º) (*)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)	3 Produtos DOP 3 Produtos DO	Aumento	DGADR	Anual
<b>Promoção turística</b>	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)	298 estab. no concelho 8 estab. na área do PUO	Aumento	CMO SIGTUR	Anual
	Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)	Ver Tabela 3	Aumento	CMO SIGTUR	Anual
	Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)	Ver Figura 12	Aumento	CMO INE	Anual
	Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)	Ver tabela 4	Aumento	CMO INE	Anual

Quadro 24: Diretrizes de monitorização para o FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico

### 6.3 VALORES NATURAIS, CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Conservação da natureza</b>	Proteger espécies de fauna, flora e habitats	Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha)
		Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º)
		Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha)
		Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º)
		Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha)
		Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %)
		Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %)
		Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha) (*)
		Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)
	Valorizar a estrutura arbórea urbana	Espécies arbóreas de interesse público (N.º)
		Vias arborizadas (Km)
	Garantir a continuidade ecológica	Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha)
		Continuidade da EEM (Ha)
Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%)		
Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m)		
Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)		
<b>Solo</b>	Conservar e valorizar o recurso natural solo	Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)
		Percentagem de solo impermeabilizado (%)
		AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
		Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m2)
		Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Recursos hídricos</b>	Proteger e valorizar os recursos hídricos	Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º)
		Focos de degradação do meio hídrico (N.º)
		Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m <sup>2</sup> )
		Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)
<b>Recursos florestais</b>	Promover os espaços florestais na área do PU	Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)
		Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º)
		Evolução da área florestal na área do PU (Ha)
		Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)
<b>Património Cultural</b>	Proteger e valorizar o património cultural	Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º)
		Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º)
		Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º)
		Rotas e caminhos existentes (N.º)
<b>Património arqueológico</b>	Proteger e valorizar o património arqueológico	Sítios arqueológicos identificados (N.º)
		Sítios arqueológicos valorizados na área do PUO (N.º)
<b>Paisagem</b>	Promover os valores paisagísticos	Área de espaços verdes público por habitante (m <sup>2</sup> / Hab.)
		Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha)
		Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)

Quadro 25: Critérios de avaliação, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores de avaliação para o FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

### 6.3.1 Análise de tendências

#### Conservação da natureza

A área do PUO não se encontra abrangida por áreas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas ou áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000. Contudo, a caracterização efetuada a nível da biodiversidade mostra a possível existência de um conjunto de habitats naturais de interesse comunitário que ocorrem ao longo da ribeira de Seiça, e que têm probabilidade de existir na cidade de Ourém, em especial junto aos cursos de água. São estes:

Habitats		Descrição
3 – HABITATS DE ÁGUA DOCE	31 – Águas Paradas	3130 – Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoeto-Nanojuncetea</i> <b>3170*</b> – Charcos temporários mediterrânicos
	32 – Águas Correntes	3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i> 3290 – Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
6 – FORMAÇÕES HERBBÁCEAS NATURAIS E SEMINATURAIS	64 – Pradarias Húmidas Seminaturais de Ervas Altas	6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas <i>Molinio-Holoschoenion</i>
9 – FLORESTAS	91 – Florestas da Europa temperada	91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i> <b>91E0*</b> – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> ( <i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i> )
	92 – Florestas mediterrânicas caducifólias	92A0 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
	93 – Florestas esclerófilas mediterrânicas	9340 – Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

Quadro 26: Habitats Rede Natura constantes na ZEC Sicó/Alvaiázere (\* - habitats prioritários)  
Fonte: ICNF

Não existindo cartografia de habitats naturais e seminaturais para a área do PUO, foi efetuada uma análise da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) 2018, tendo-se identificado as áreas ocupadas por bosques ripícolas, pastagens espontâneas, matos e áreas agrícolas com espaços naturais, que totalizam uma área de 61,43 hectares, correspondente a 13,4% da área do PUO.

Tabela 5: Áreas com habitats naturais e seminaturais no PUO

Fonte: COS 2018

Uso do solo	Área (Hectares)
Bosques ripícolas	28,46
Pastagens espontâneas	3,02
Matos	15,09
Agricultura com espaços naturais	14,87
<b>TOTAL</b>	<b>61,43</b>

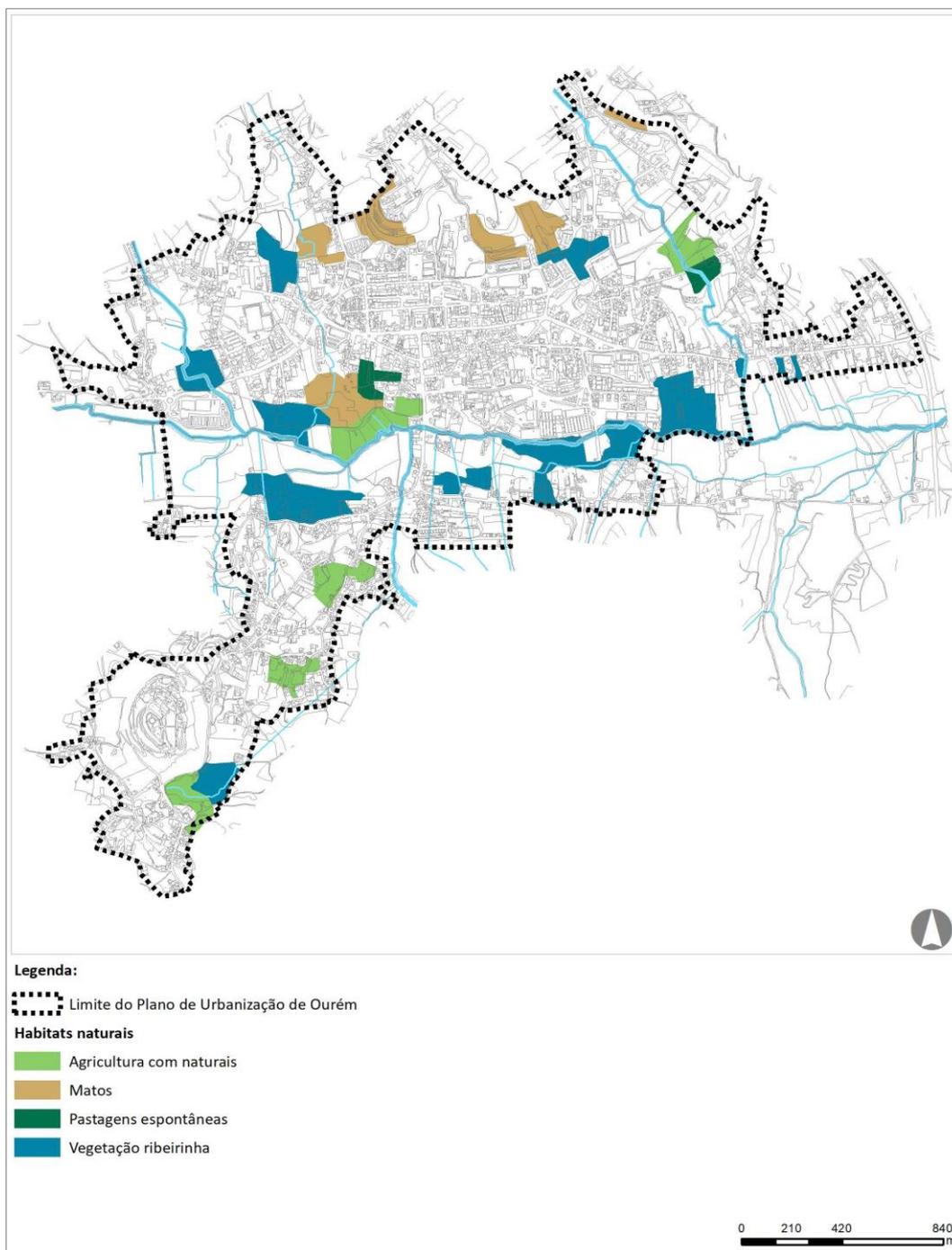


Figura 17. Habitats naturais e seminaturais na área do PUO  
Fonte: COS 2018

No tocante às espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PUO, foi igualmente analisado o relatório de caracterização da proposta de PUO, onde surgem citadas as espécies constantes no Quadro seguinte, sendo num total de 27: 10 espécies de flora e 17 espécies de fauna. É importante referir que esta listagem de espécies apenas menciona as mais relevantes

para esta área, tais como espécies com estatuto especial de conservação e de proteção ou normalmente associados a habitats naturais e seminaturais.

Espécies de flora	Espécies de fauna
<i>Silene longicilia</i>	<i>Chioglossa lusitanica</i> (Salamandra-lusitânica)
<i>Juncus valvatus</i>	<i>Chondrostoma lusitanicum</i> (Boga-portuguesa)
<i>Populus nigra</i> (Choupo-negro)	<i>Lacerta schreiberi</i> (Lagarto-de-água)
<i>Populus alba</i> (Choupo-branco)	<i>Lampetra auremensis</i> (Lampreia-do-Nabão)
<i>Alnus glutinosa</i> (Amieiro)	<i>Mauremys leprosa</i> (Cágado-mediterrâneo)
<i>Fraxinus angustifolia</i> (Freixo)	<i>Squalius alburnoides</i> (Bordalo)
<i>Salix sp.</i> (Salgueiros)	<i>Lampetra planeri</i> (Lampreia-de-riacho)
<i>Quercus suber</i> (Sobreiro)	<i>Neomys anomalus</i> (Musaranho-aquático)
<i>Quercus ilex</i> (Azinheira)	<i>Accipiter gentilis</i> (Açor)
<i>Pinus pinaster</i> (Pinheiro-bravo)	<i>Caprimulgus europeus</i> (Noitibó-cinzento)
	<i>Emberiza citrinella</i> (Escrevedeira-amarela)
	<i>Falco subbuteo</i> (Ógea)
	<i>Nycticorax nycticorax</i> (Goraz)
	<i>Cettia cetti</i> (Rouxinol-bravo)
	<i>Gallinula chloropus</i> (Galinha-de-água)
	<i>Motacilla cinerea</i> (Alvéola-amarela)
	<i>Alcedo atthis</i> (Guarda-rios)
<b>10 espécies</b>	<b>17 espécies</b>

Quadro 27: Principais espécies de flora e de fauna com probabilidade de ocorrência da área do PUO  
Fonte: PUO - Proposta do Plano

Para a análise da evolução da área com vegetação ribeirinha, foi comparada a área de florestas de outras folhosas constante na COS para os anos 1995, 2010, 2015 e 2018, verificando-se que nesse período ocorreu um aumento da área ocupada para mais do dobro. Apesar de se considerar que possa existir uma diferença derivada do método de identificação dos vários tipos de uso de solo em cartografia ao longo dos anos, esta diferença pode também resultar da falta de utilização destas áreas que marginam as linhas de água e que tiveram ocupação agrícola e florestal, mas que gradualmente a falta de gestão resultou no seu abandono e posterior crescimento de vegetação autóctone.

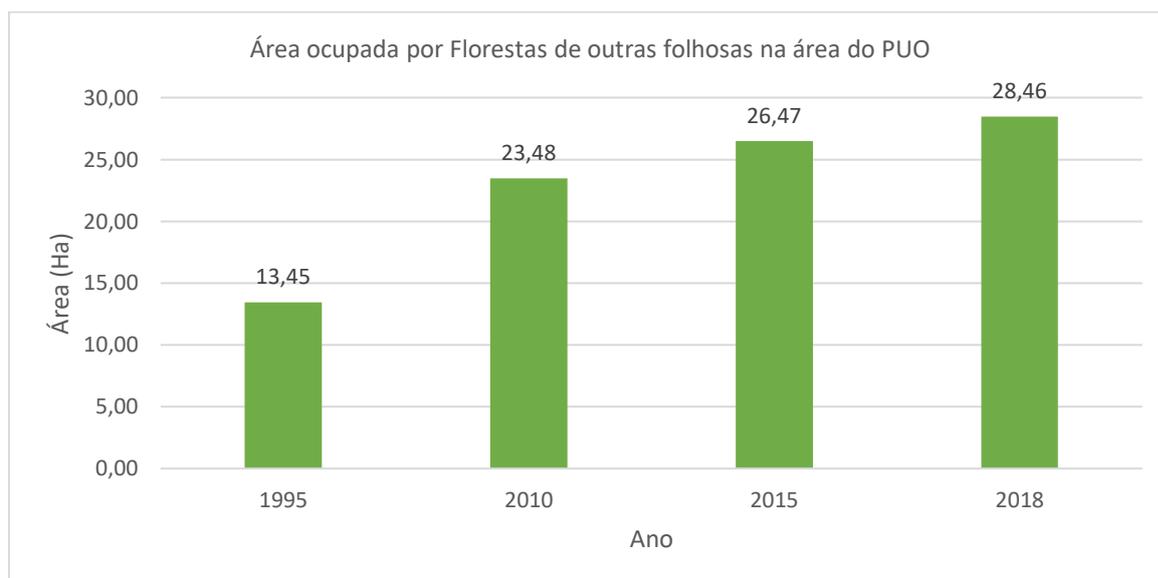


Figura 18: Área ocupada por Florestas de outras folhosas na área do PUO

Fonte: COS 1995, 2010, 2015, 2018

Quanto aos povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PUO, verifica-se a presença de duas áreas, nomeadamente uma zona com azinheiras no seu setor nordeste e de sobreiros na área envolvente sul/poente do complexo desportivo. As duas áreas totalizam 2,3 hectares.

Tabela 6: Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PUO

Fonte: PUO - Proposta do Plano

Tipo de povoamento	Localização	Área (Hectares)
Azinheira	Setor nordeste	2
Sobreiro	Envolvente do campo de jogos	1,3
<b>TOTAL</b>		<b>2,3</b>

No concelho de Ourém, encontram-se classificadas duas árvores de interesse público, estando-se uma situada na área do PUO. Trata-se de um plátano, com cerca de 100 anos, que se localiza no Largo da Cruz.

A nível de vegetação, é também significativo efetuar a análise das vias arborizadas e arborização urbana, tendo sido consultado um inventário da vegetação efetuada para o centro da Cidade. Apesar deste não incidir na totalidade da área do PUO, constitui uma importante

base de análise que permite inferir a situação para a restante área, adequando às características de cada unidade territorial.

Espécie	Nome Comum	Idade	Descrição	Classificação	Processo	Localização
<i>Platanus x acerifolia</i>	Plátano-vulgar	100	Árvore isolada	D.G. nº 123 II Série de 28/05/1943	KNJ 1/49	Largo da Cruz do Regato, Nossa Senhora da Piedade
<i>Quercus ilex ssp. rotundifolia</i>	Azinhreira	100	Árvore isolada	Aviso nº 1 de 02/01/2007	KNJ1/473	Cova da Iria, Fátima

Quadro 28: Árvores de interesse público na área do PUO  
Fonte: Elaboração própria

No tocante à continuidade da Estrutura Arbórea Urbana, a análise foi efetuada para o centro da Cidade, área que apresenta o levantamento de espécies arbóreas, tendo sido identificadas 6.102 espécies. Através da análise dos exemplares, aferiu-se um valor médio para a copa com diâmetro de 5 metros, resultando numa área de canópia de 11,43 hectares.

A análise das vias arborizadas para a área do PUO mostra que estas totalizam cerca de 8.564 metros, ou seja, 8,6 Km, incidindo sobretudo no centro cívico.

Quanto à continuidade da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), verifica-se que esta abrange uma área de 215,3 ha, correspondendo a 47% da área total do PUO. Trata-se de um sistema que apresenta bastante continuidade, tanto devido às extensas áreas integradas (com destaque para as zonas agrícolas, naturais e recreativas ao longo do corredor da ribeira de Seiça, e seus afluentes principais, bem como a encosta da Lourinha e morro do Castelo), em conjugação com o sistema de conexão, formado pelas várias rotas e vias a privilegiar como corredores verdes.

Ao longo das linhas de água, as zonas com vegetação ripícola surgem de forma principalmente fragmentada, não denotando uma verdadeira continuidade. A análise do COS 2018 mostra que, ao longo da ribeira de Seiça ocorrem 3 manchas de galerias ripícolas, que totalizam 901,6 metros (239,1 + 334,1 + 328,4), enquanto ao longo da ribeira da Caridade, existe uma mancha com uma extensão de 301,0 m, e junto ao ribeiro do Ribeirinho uma mancha de vegetação ripícola com 105,9 m de extensão. Estas áreas totalizam 1.308,5 metros de linhas de água com galeria ripícola.

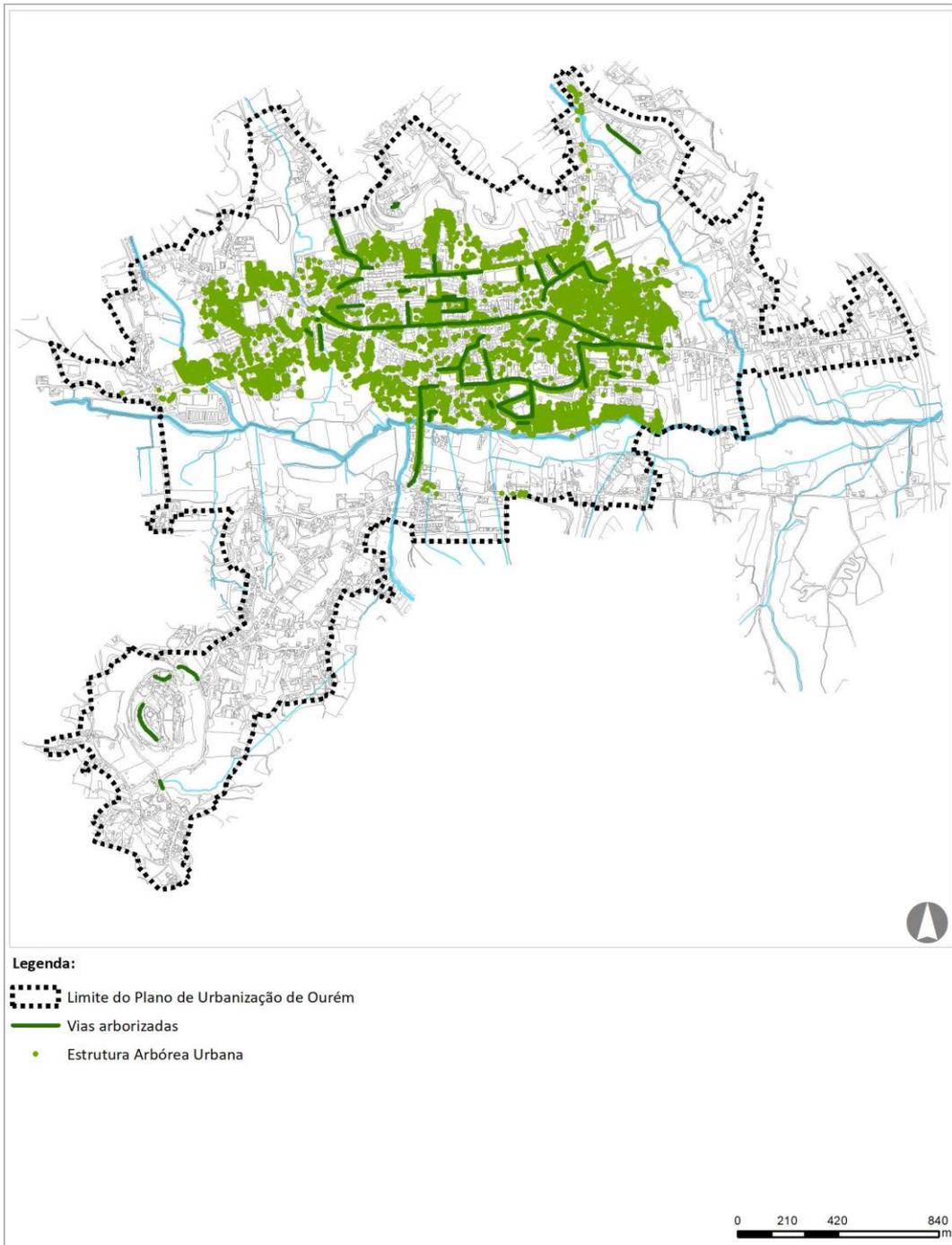


Figura 19. Vias arborizadas e Estrutura Verde Arbórea da Cidade de Ourém  
Fonte: Câmara Municipal de Ourém

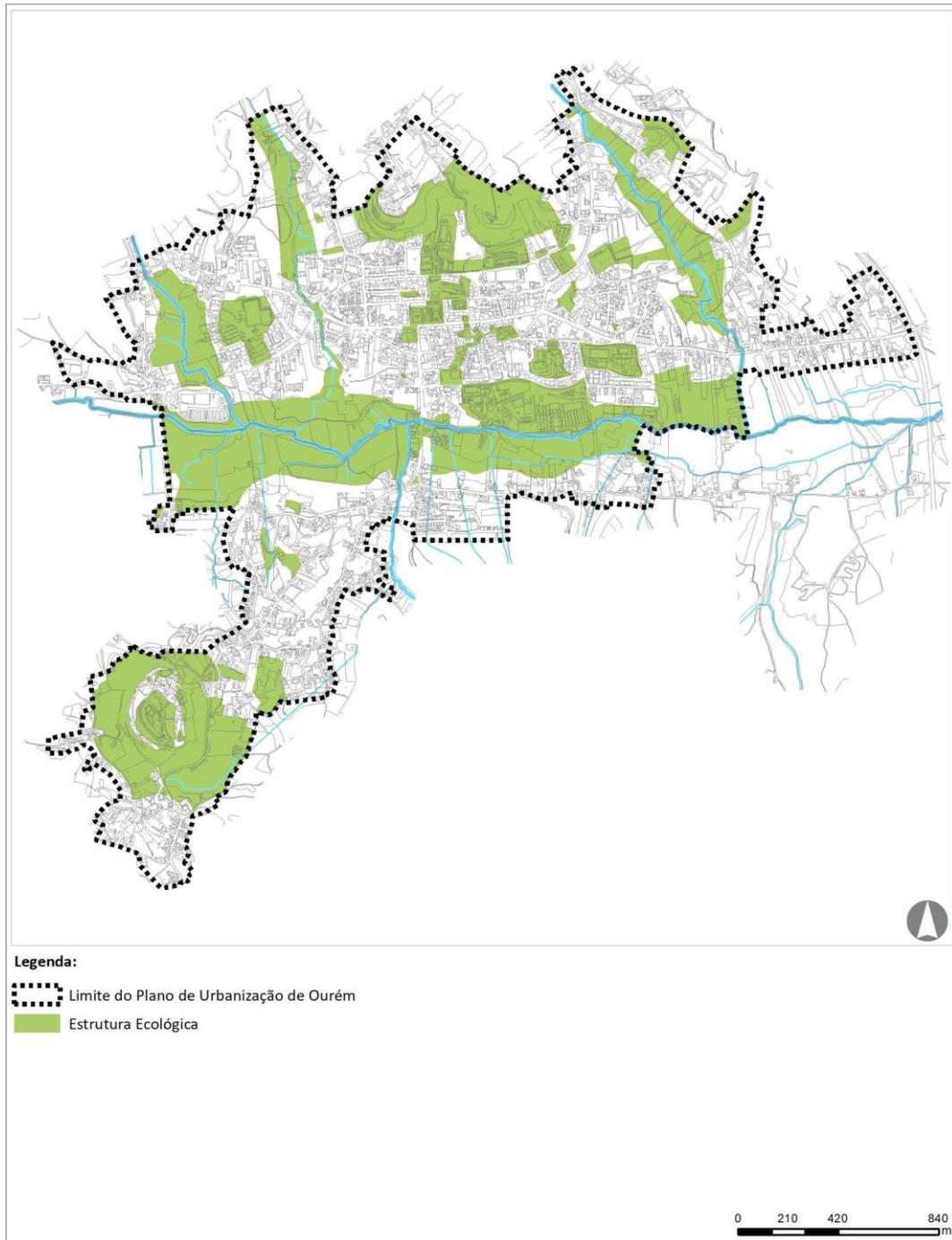


Figura 20. Estrutura Ecológica do PUO

## Solo

No âmbito da análise do solo, como recurso natural, foi analisada a área de Reserva Agrícola Nacional (RAN) na área do PUO, a qual corresponde a 79,17 hectares, correspondendo a 17% da área total do PUO. A análise cartográfica do COS 2018 mostra que a maior parte

desta área encontra-se afeta a usos agrícolas (71%), sendo que apenas 23,04 hectares se encontram afetos a outros usos, embora a área de RAN impermeabilizada seja muito residual, já que a grande parte dos usos não agrícolas que se verificam nas áreas de RAN são áreas florestais, correspondendo, regra geral a áreas de vegetação autóctone (bouças e galerias ripícolas) que surgem associadas à atividade agrícola.

	Área (Hectares)
Área RAN afeta a usos agrícolas	56,13
Área RAN afeta a usos não agrícolas	23,04
Área agrícola não integrada em RAN	95,00

Quadro 29: Comparação das áreas agrícolas e áreas de RAN na área do PUO

O solo impermeabilizado, na área do PUO, ocorre numa área de 225,23 hectares, que corresponde a 49,2% da área total do PUO, exibindo uma maior concentração no centro cívico e sua envolvente imediata, e surgindo de forma mais fragmentada na parte sul.

As Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS) são as “*áreas que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial*”. De acordo com o Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, nestas áreas “*podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:*

- i) Conservação do recurso solo;*
- ii) Manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos;*
- iii) Regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial;*
- iv) Redução da perda de solo, diminuindo a colmatação dos solos a jusante e o assoreamento das massas de água”.*

Na área do PUO, estas áreas correspondem a 11% da área total do PUO (46,17 ha). Verifica-se que a maior parte encontra-se com ocupação agrícola e florestal e matos. Relativamente a áreas edificadas, estas são muito residuais, constando de alguns edifícios isolados que surgem de forma pontual.

## Recursos hídricos

A análise da superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano foi efetuada com recurso ao COS, verificando-se que:

- No período 1995 - 2010: Aumento de 282.564,3 m<sup>2</sup> de área impermeabilizada (acréscimo de 14,1%);

- No período 2010-2018: Diminuição de 28.549,78 m<sup>2</sup> de área impermeabilizada (acréscimo de 1,3%).

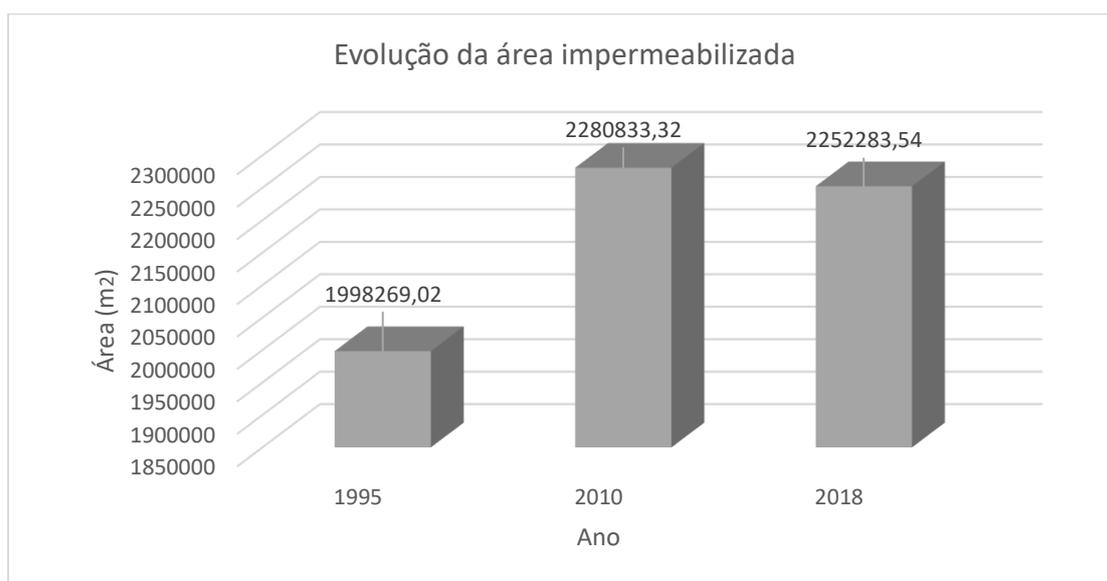


Figura 21: Evolução da área impermeabilizada na área do PUO, entre 1995 e 2018

Na análise da área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis, procedeu-se novamente à análise da REN, nomeadamente a categoria Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM), em que as margens “correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais”. De acordo com o Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, “nos leitos e nas margens dos cursos de água podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Assegurar a continuidade do ciclo da água;
- ii) Assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água;
- iii) Drenagem dos terrenos confinantes;

iv) *Controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola;*

v) *Prevenção das situações de risco de cheias, impedindo a redução da secção de vazão e evitando a impermeabilização dos solos;*

vi) *Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;*

vii) *Interações hidrológico -biológicas entre águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente a drenância e os processos físico-químicos na zona hiporreica”.*

Considerando as áreas de CALM delimitadas, verifica-se que estas ocupam uma área de 11,34 hectares, dos quais apenas pequenos troços apresentam usos incompatíveis, numa área de 1,96 hectares, correspondendo a 17% da área total de CALM. Estas áreas possuem maior incidência na proximidade da ribeira de Seiça, em particular ao longo da Estrada N349.

### Recursos florestais

Na área do PUO, a superfície florestal em 2018 ocupava 63,28 hectares, registando mesmo um aumento face a 1995, quando ocupava 50,72 hectares (acrécimo de cerca de 25% da área). Contudo, este aumento deve-se sobretudo ao decréscimo da atividade agrícola, tendo estas áreas sido convertidas as áreas florestais.

Relativamente ao número de incêndios, nos últimos 10 anos na área do PUO, verifica-se que houve 5 ocorrências, numa área total ardida de 2.872,06 hectares. Destes, 3 incêndios tiram uma área inferior a 1 hectare.

	N.º de incêndios	Área (m2)
2011	2	1096,17
		540,12
2012	2	1102,79
		10,97
2013	1	122,01
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2.872,06</b>

Quadro 30: Número de incêndios e áreas ardidas nos últimos 10 anos

## Património cultural

### Arquitetónico

Na área do PUO, foram identificados 36 bens imóveis, dos quais 5 são classificados: 1 Monumento Nacional (Castelo de Ourém) e 4 Imóveis de Interesse Público (Antiga Vila de Ourém, Cripta e Túmulo do Marquês de Valença, Pelourinho de Ourém, e Casa do Administrador de Ourém). Estes cinco elementos estão concentrados na Vila Medieval e centro cívico.

	Tipologia	Denominação	IPA
<b>Conjuntos arquitetónicos (2)</b>	-	Centro Histórico de Ourém Núcleo Histórico da Cidade de Ourém	00006324 00030989
<b>Património classificado (5)</b>	Monumento Nacional	Castelo de Ourém	00006401
	Imóvel de Interesse Público	Antiga Vila de Ourém	00006324
		Cripta e Túmulo do Marquês de Valença	00006323
		Pelourinho de Ourém Casa do Administrador de Ourém	00001951 00035809
<b>Património arquitetónico inventariado (32)</b>	Religioso	Igreja Matriz	00021818
		Capela de Santo Amaro	00021824
		Antiga Igreja Colegiada	00006323
		Ermida de Nossa Senhora da Conceição	00021826
		Alminha de Ourém	00022220
		Cruzeiro do Regato	00021823
		Cruzeiro da Mulher Morta	00031854
		Jazigo do Barão de Alvaiázere	00022465
		Jazigo da Oficina Korrodi	00022465
		Civil	Paços do Concelho
	CTT de Ourém		00021212
	Casa da Música / Antiga Casa dos Magistrados		00016763
	Edifício Sede do Museu Municipal de Ourém		00021822
	Antigo Hospital de Santo Agostinho		00021892
	Paço do Conde		00006401
	Casa do Alcaide		00021891
	Quinta da Caridade		
	Casa Tenente-Coronel Moreira Lopes		00021894
	Casa do Barão de Alvaiázere		
	Quinta dos Namorados		
Casa Brasonada	00021830		
Colégio Fernão Lopes			
Ponte dos Namorados	00022450		
Calçada da Mulher Morta	00031855		
Fonte do Ribeirinho	00022220		
Fonte de Santa Teresa			
Fonte dos Cavalos			
Fonte Gótica	00010145		
Fonte da Mulher Morta	00031856		
Moinhos (3)			

Quadro 31: Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU

Dos elementos arquitetónicos patrimoniais inventariados, 2 referem-se a Conjuntos arquitetónicos (Centro Histórico de Ourém e Núcleo Histórico da Cidade de Ourém). Os restantes 32 elementos dizem respeito a património religioso (Capela/ Igreja/ Ermida, Cruzeiros/ Oratórios/ Via Sacra e Funerário) e património civil (Político-Administrativo, Quinta/ Arquitetura Erudita, Educativo e Cultural, Viário/ Calçada/ Ponte, e Fonte). Os elementos inventariados, apesar de uma localização mais abrangente, possuem predomínio no centro cívico e Vila Medieval, confirmando a importância histórica e cultural da área em que se encontram.

### Arqueológico

O património arqueológico aqui existente permite perceber que a ocupação humana de Ourém remonta, pelo menos, à Idade do Bronze, fixando-se continuamente desde a Idade Média até aos nossos dias. Este facto torna expectável que as intervenções a realizar ao nível do edificado e do solo/ subsolo venham a revelar vestígios e elementos caracterizadores de anteriores ocupações, sendo necessário acautelar a sua inventariação e preservação, tal como expresso na Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de setembro, na sua redação atual).

Do património arqueológico concelhio, revelador dos sucessivos períodos de ocupação humana, e depositário de diversos tipos de elementos arqueológicos, constam 8 sítios arqueológicos na área do PUO, tal como apresentados de seguida.

	Período	Denominação	CNS
<b>Vestígios de Superfície</b>	Idade do Bronze; Idade do Ferro; Romano	Campo de futebol/ Campo de futebol da Corredoura	25229
<b>Achado(s) Isolado(s)</b>	Neolítico	Quinta da Boa Vista	25796
<b>Vestígios diversos</b>	Idade Média; Moderno	V. N. de Ourém: R. Beato S. Lopes/ Largo Sé Colegiada Ourém: Rua da Saudade/ Rua de São João	21528 34574
<b>Núcleo de Povoamento</b>	Idade do Ferro; Moderno	Ourém: Calçada Gonçalo Hermingues	27483
<b>Castelo</b>	Idade do Bronze; Medieval Cristão; Moderno; Idade do Ferro; Romano	Castelo de Vila Nova de Ourém/ Ourém Velho	17509
<b>Calçada</b>	Romano; Idade Média	Estrada dos Cavalos/ Carapita Mulher Morta	25223 25215

Quadro 32: Sítios arqueológicos identificados na área do PUO

Os 8 Sítios arqueológicos identificados concentram-se na zona Oeste, nomeadamente associados ao morro do Castelo ou no vale da ribeira da Caridade, referindo-se, neste último caso, a vestígios de superfície e achados isolados (a descrição dos sítios arqueológicos consta do relatório do plano - páginas 140 a 142).

### Outro

No tocante a estruturas hidráulicas tradicionais identificadas, localiza-se, na área do PUO, o Sistema Agro-Hidráulico da ribeira de Seiça, delimitado com base na estrutura hidráulica natural, seminatural e artificial no vale da ribeira de Seiça, agregando um conjunto de 7 sistemas identificados que, embora parcialmente descaracterizados e abandonados, detém grande importância cultural: Sistema do Casal de São João (CSJ); Sistema do Lagarinho (Lag); Sistema das Azenhas do Carregal (Car); Sistema Ferraria-Brejo-Praças-Sapateira (FBPS); Sistema Regato-Matadouro (ReMa); Sistema da Corredoura (Cor); e Sistema dos Namorados (Nam).

A área do PUO é atravessada por várias rotas e caminhos, criados e usados com propósitos religiosos, lúdicos, turísticos ou de lazer. Os Caminhos de Fátima constituem percursos de peregrinação que visam criar alternativas mais seguras e interessantes para os peregrinos. A nível concelhio, existem 5 caminhos (2 dos quais na área do PUO), prevendo-se a criação de mais três. O Caminho do Norte e Rota Carmelita atravessam a área do PUO, percorrendo a Avenida Dom Nuno Álvares Pereira, em toda a sua extensão, sendo que este último percurso passa também na Vila Medieval:

- O Caminho do Norte desenvolve-se entre Valença e Fátima, um cenário onde alternam a paisagem natural e urbana.
- A Rota Carmelita é um percurso com origem em Coimbra, passando por diversos concelhos até culminar no Santuário de Fátima.

Além destes, esta área é atravessada por mais três rotas que percorrem o concelho de Ourém:

- A Rota dos Monumentos pretende dar a conhecer o rico património existente no concelho de Ourém, ligando 4 pontos específicos, o Santuário de Fátima, a Cidade de Ourém, o Centro Histórico/ Vila Medieval e o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios.
- A Rota da Religião passa pelos principais pontos religiosos do concelho de Ourém.

- A Rota do Centro Histórico situa-se na Vila Medieval de Ourém, iniciando no Terreiro de São Tiago e no Castelo Medieval, e percorrendo os principais arruamentos intramuralhas.

## Paisagem

Existem, na área do PUO, 18 espaços verdes públicos, nas categorias de parque urbano, jardim público, espaço verde de enquadramento, Largo e Praça, totalizando uma área de 186.571,3 m<sup>2</sup>, que corresponde a uma disponibilidade de 32.64 m<sup>2</sup> por habitante.

Embora em número reduzido, os parques urbanos correspondem a mais de metade da área total de espaços verdes na área do PUO. As praças e largos são mais numerosas, mas apresentam menores dimensões, e correspondendo apenas a um quinto da área total. Encontram-se embebidos na malha urbana, concentrando-se sobretudo no centro cívico e Vila Medieval.

Tabela 7: Espaços verdes públicos na área do PUO

	Denominação	Área
Parque urbano	Parque Linear	65206,88
	Mata Municipal de Ourém	31583,37
Jardim público	Jardim Plessis Trevisé (Antiga Praça do Comércio)	10980,87
Espaço verde de enquadramento	Área verde do Castelo de Ourém	3689,51
	Campo de Jogos do Atlético Clube Ouriense	37110,67
Largo	Largo Professor António Oliveira	1094,15
	Largo Doutor Vitorino de Carvalho	502,99
	Largo Professor Egas Moniz	743,29
	Largo da Cruz	668,41
	Largo Santa Tereza de Ourém	404,29
	Largo da Igreja de Nossa Senhora das Misericórdias	1018,88
	Largo do Pelourinho	258,04
	Largo Doutor Oliveira Santos	162,37
Praça	Praça do Município	13518,88
	Praça Mouzinho de Albuquerque	1059,53
	Praça Doutor Agostinho Albano de Almeida	1406,57
	Praça da República	1823,39
	Praça do Mercado	15339,16
		<b>186571,3</b>

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) abrange uma área de 215,3 ha, correspondendo a 47% da área total do PUO, e integrando a rede hidrográfica; zonas inundáveis; espaços naturais e paisagísticos; áreas com elevada aptidão agrícola; áreas florestais de conservação e/ou proteção; espécies protegidas; árvore de interesse público; património cultural; equipamentos estruturantes e dinamizadores; espaços de sociabilização; espaços verdes de utilização coletiva; ligações a privilegiar como corredor verde e para modos suaves; corredores ribeirinhos; e rotas e caminhos existentes.

### 6.3.2 Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorrência de áreas de habitats, bem como a probabilidade de espécies de fauna e flora de elevado valor ecológico</li> <li>• Importância da ribeira de Seiça a nível ecológico (habitat e corredor ecológico)</li> <li>• Área com vegetação ribeirinha tem vindo a aumentar</li> <li>• Existência de povoamentos de sobreiros e azinheiras e uma árvore de interesse público</li> <li>• Existência de algumas ruas arborizadas</li> <li>• EEM abrange cerca de 47% da área total do PUO</li> <li>• Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, margens das linhas de água e áreas de RAN têm, em geral, usos adequados</li> <li>• Poucas ocorrências de incêndios</li> <li>• Existência de 36 elementos patrimoniais, dos quais 5 são classificados, 7 sistemas hidráulicos, e 8 Sítios arqueológicos identificados</li> <li>• Existência de rotas e caminhos de índole turística e cultural</li> <li>• Existência de diversos espaços verdes, assegurando uma disponibilidade de 32,64 m<sup>2</sup> por habitante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de conectividade na estrutura arbórea urbana</li> <li>• Falta de conectividade nas áreas naturais e seminaturais da área do PUO</li> <li>• Fragmentação das galerias ripícolas</li> <li>• Pouca valorização das áreas ribeirinhas</li> <li>• Quase metade da área encontra-se em solo impermeabilizado</li> <li>• Aumento das áreas florestais, em detrimento das áreas agrícolas</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção dos recursos naturais e valorização das funções ecológicas inerentes</li> <li>• Promoção de um <i>continuum</i> ecológico através da ribeira de Seiça e ruas arborizadas</li> <li>• Criação de espaços de recreio associados às linhas de água, complementando o recreio com a proteção ambiental</li> <li>• Valorização do património cultural como forma de impulsionar o turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão urbana com a impermeabilização do solo permeável</li> <li>• Abandono das áreas destinadas à produção agrícola e florestal</li> <li>• Degradação dos elementos de património natural e cultural</li> </ul>

Quadro 33: Análise SWOT do FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos

## 6.2.6 Propostas do PUO

A proposta do PUO no âmbito na **proteção e promoção dos valores naturais, culturais e paisagísticos** articula-se com os sistemas patrimonial, mas sobretudo com o sistema ambiental.

No âmbito do sistema patrimonial, pretende dinamizar a atividade económica assentando nos recursos endógenos existentes, nomeadamente na valorização do património como forma de incrementar a atratividade turística. Neste sentido, é dado ênfase aos dois núcleos históricos existentes, os quais detêm um elevado valor cultural, histórico e patrimonial, patente nos elementos patrimoniais classificados e inventariados, mas também as várias rotas e caminhos que percorrem esta área. Este objetivo de proteção do património cultural é ainda apoiado pela estratégia definida para a ARU, visando regeneração e valorização do Centro Cívico/ antiga Vila Nova de Ourém, da Vila Medieval/ antiga Vila de Ourém e do vale da Ribeira de Seiça. Neste âmbito, destacam-se as ações relacionadas com a reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural e a criação ou requalificação de espaços de utilização coletiva de referência.

No âmbito do sistema ambiental, o PUO visa promover a sustentabilidade ambiental desta área, com a implementação e reforço dos espaços verdes de proximidade e a valorização dos corredores verdes e azuis, garantindo melhores condições de encontro e sociabilização da população, ao mesmo tempo que induz estilos de vida mais saudáveis, com melhor qualidade ambiental e maior contacto com a natureza. Os corredores ribeirinhos constituem elementos fundamentais nesta proposta, cuja valorização apresenta não apenas objetivos ambientais e ecológicos (biodiversidade, preservação do solo, mitigação de riscos e gestão da água) como também económicos (relacionados com a produção agrícola) e sociais, com elevado potencial para recreio e lazer. Estes espaços são complementados pela criação e requalificação de espaços verdes, a uma escala de proximidade, gerando uma variedade de oportunidades e maior equidade no acesso da população.

Das ações propostas pelo PUO, destacam-se as seguintes, que dizem respeito aos Valores naturais, culturais e paisagísticos.

Eixo	Objetivo	Ação
<b>EIXO 1 - AFIRMAR A CIDADE NO SISTEMA URBANO MUNICIPAL E SUPRAMUNICIPAL</b>	3. Promover a mobilidade suave	SC15 - Acesso Mecânico à Vila Medieval
		SC16 Vias a privilegiar como corredor verde para modos suaves
	1. Requalificação dos espaços verdes existentes	SA1 - Requalificação ecológica e paisagística da Mata Municipal

Eixo	Objetivo	Ação	
<b>EIXO 2 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	2. Criação de novos espaços verdes	SA2 – Expansão do Parque da Cidade/ Parque Dr. António Teixeira	
		SA3 - Agroparque	
		SA4 - Espaço verde junto ao Centro de Saúde	
	3. Assegurar a conservação das áreas e valores naturais existentes	SA5 - Valorização da Ribeira de Seiça e respetivas margens, incluindo a integração de percursos pedonais e cicláveis - criação de um corredor verde	
		SA6 - Valorização do Ribeiro da Caridade e respetivas margens	
		SA7 - Espaço verde associado ao Complexo Desportivo da Caridade	
		SA8 - Valorização do Ribeiro do Lagarinho e respetivas margens	
		SA9 - Valorização do Ribeiro do Matadouro e respetivas margens	
		SA10 - Valorização do Ribeiro do Vale da Aveleira e respetivas margens	
		<b>EIXO 3 – DINAMIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA</b>	1. Reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural
SP2 - Reabilitação do parque edificado da Vila Medieval para habitação, comércio e serviços, associada à promoção do comércio tradicional			
2. Requalificação dos espaços públicos de referência	SP3 - Valorização do Largo Prof. Egas Moniz, da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida e do Largo Dr. Vitorino de Carvalho		
	SP4 - Requalificação do Largo da Cruz		
	SP5 - Porta do corredor ribeirinho da Caridade		
	SP6 - Porta do corredor ribeirinho do Lagarinho		
	SP7 - Porta central do Agroparque		
3. Promoção das rotas existentes	SP8 - Requalificação e Valorização dos Caminhos da Fé e da Cultura		
<b>EIXO 4 – PRIVILEGIAR POLÍTICAS DE CONTENÇÃO URBANA</b>	1. Reabilitação de equipamentos de cariz patrimonial e cultural		SU1 - Fórum Cultural de Ourém, Nova Biblioteca Municipal e Terminal Rodoviário
			SU2 - Equipamento de cariz cultural/ museológico/ educativo (antigo Colégio Fernão Lopes)
		SU3 - Equipamento cultural (antiga Escola Básica de N. Sra. das Misericórdias)	
		SU4 - Sinagoga de Ourém - Espaço Museológico	
		SU5 - Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém	

Quadro 34: Ações propostas pelo PUO com relevância no FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

### 6.3.3 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

No Quadro seguinte apresenta-se a relação das opções estratégicas propostas pelo PUO com os critérios de sustentabilidade definidos no âmbito do FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos.

Opções estratégicas	FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos						
	1 - Conservação da natureza	2 - Solo	3 - Recursos hídricos	4 - Recursos florestais	5 - Património Cultural	6 - Património arqueológico	7 - Paisagem
<b>Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho</b>							
Oe1.1 - Promover um programa de equipamentos/ funções urbanas de âmbito municipal e supramunicipal							
<b>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</b>							
Oe2.1 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;							
Oe2.2 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger, criando condições para a promoção e utilização turística							
Oe2.3 - Integração da Vila Medieval na rota do património urbano da Cidade							
Oe2.4 - Valorizar a arquitetura do edificado e do espaço público, sendo mais exigente na apreciação dos respetivos projetos							
Oe2.5 - Incremento da regeneração e reabilitação urbana							
<b>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</b>							

Opções estratégicas	FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos						
	1 - Conservação da natureza	2 - Solo	3 - Recursos hídricos	4 - Recursos florestais	5 - Património Cultural	6 - Património arqueológico	7 - Paisagem
Oe3.1 - Reforçar a dotação dos espaços verdes urbanos enquanto espaços de utilização coletiva e de valorização ambiental e paisagística do meio urbano							
Oe3.2 - Assegurar a continuidade da estrutura verde, como integrante do sistema ecológico e conforto da mobilidade suave							
Oe3.3 - Integrar a ribeira de Seiça e suas margens no parque urbano da cidade							
<b>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda</b>							
Oe4.1 - Proposta de organização da circulação e estacionamento, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, especialmente ao IC9							
<b>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação</b>							
Oe5.1 - Ordenar a cidade tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente, o respeito pela paisagem e a capacidade de carga do território							
Oe5.2 - Promover a reabilitação do edificado (ARU/ORU) e a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, incluindo							

Opções estratégicas	FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos						
	1 - Conservação da natureza	2 - Solo	3 - Recursos hídricos	4 - Recursos florestais	5 - Património Cultural	6 - Património arqueológico	7 - Paisagem
a reabilitação dos equipamentos públicos degradados, ponderando a alteração dos usos que estiveram na sua origem							
<b>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</b>							
Oe6.1 - Desviar o tráfego de atravessamento, melhorando o ambiente urbano							
Oe6.2 - Densificar a arborização dos espaços públicos, incrementando a mobilidade suave e amenizando as temperaturas urbanas, numa lógica de adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas							
Oe6.3 - Reduzir o uso dominante do espaço público pelas vias de circulação automóvel							
Oe6.4 - Identificar os usos incompatíveis com a habitação, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades							
<b>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</b>							

Opções estratégicas	FCD3 - Valores naturais, culturais e paisagísticos						
	1 - Conservação da natureza	2 - Solo	3 - Recursos hídricos	4 - Recursos florestais	5 - Património Cultural	6 - Património arqueológico	7 - Paisagem
Oe7.1 - Promover a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável							
Oe7.2 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas							
Oe7.3 - Estabelecer programa para as áreas comerciais e fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas							

Quadro 35: Avaliação das opções estratégicas do PUO para os critérios de sustentabilidade do FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

Contributo: ■ Muito positivo ■ Positivo ■ Neutro ■ Negativo

As opções estratégicas do PUO não induzem efeitos negativos para os critérios de sustentabilidade definidos, embora se mostrem mais específicas para alguns destes, destacando-se a conservação da natureza, o património cultural e a paisagem. As opções estratégicas do PUO que mais contribuem para a proteção e valorização dos valores naturais, culturais e paisagísticos relacionam-se com a Promoção do património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade, a promoção do espaço público, a contenção da expansão desgarrada da cidade, e a melhoria da qualidade de vida da população.

A análise das oportunidades e riscos que podem ser potenciados ou minimizados pela concretização do PUO mostra que para este FCD, as medidas apresentadas contribuem bastante para a proteção e valorização do património natural e cultural existente, bem como

para a valorização da identidade da paisagem da Cidade de Ourém. Destacam-se as medidas relacionadas com a ocupação dos espaços livres e proteção dos espaços naturais, numa ótica de multifuncionalidade, articulando as funções de proteção da natureza, com a produção e o recreio e lazer. Os principais riscos encontram-se relacionados com a gestão dos recursos naturais, o aumento da impermeabilização do solo e a fragmentação das áreas de índole natural, com uma diminuição da conectividade da EEM.

No Quadro seguinte, apresentam-se oportunidades e riscos identificados, bem como as diretrizes de planeamento e gestão que permitirão a potenciação dos aspetos positivos, bem como a mitigação das ameaças.

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>Conservação da natureza</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>Proteção dos recursos naturais e valorização das funções ecológicas inerentes</p> <p>Promoção de um continuum ecológico através da ribeira de Seiça e ruas arborizadas</p>	<p>Não se prevê riscos significativos</p>	<p>Criação e colmatação dos corredores arborizados, para interligação das diferentes áreas integrantes da Estrutura Ecológica</p> <p>Dar preferência a espécies autóctones nas ações de arborização</p>
<b>Solo</b>	<p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p>	<p>Proteção do recurso natural solo, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade/ fertilidade</p> <p>Proteção das áreas de RAN com usos compatíveis</p> <p>Revitalização das atividades tradicionais e a diversificação da base produtiva,</p>	<p>Aumento da impermeabilização do solo</p> <p>Fragmentação das áreas com interesse agrícola</p>	<p>Na execução das vias propostas, e sempre que estas afetem áreas integradas em RAN, os projetos devem preferencialmente ser implantados em caminhos existentes ou nos limites das parcelas de modo a evitar/ minimizar a fragmentação dos espaços agrícolas</p>

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	<p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>combinando a gestão do solo com o desenvolvimento socioeconómico sustentável</p> <p>Articulação das funções produtivas com o uso agrícola</p>		<p>Fomentar a conservação das áreas agrícolas em meio urbano</p>
<b>Recursos hídricos</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>Criação de espaços de recreio associados às linhas de água, complementando o recreio com a proteção ambiental</p> <p>Inclusão de corredores ripícolas na EE, como forma de salvaguarda e manutenção dos ecossistemas associados e contribuindo para a qualidade dos recursos hídricos superficiais</p> <p>Incentivar à utilização eficiente da água</p>	<p>Aumento do consumo de recursos hídricos e produção de águas residuais, constituindo efeitos</p>	<p>Arborizar e criar/requalificar os espaços verdes recorrendo preferencialmente a espécies autóctones com baixas necessidades hídricas</p> <p>Valorizar os vales das principais linhas de água, com a regulamentação destes espaços e a sua promoção através da utilização lúdica e recreativa pela população</p> <p>Promover a limpeza, manutenção e desobstrução das linhas de água e erradicação de espécies invasoras</p> <p>Promover, nas novas construções e espaços públicos, a inclusão de mecanismos de uso eficiente da água, através da integração de equipamentos e mecanismos adequados e reutilização de águas pluviais e de águas tratadas</p>
<b>Recursos florestais</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p>	<p>Promoção da floresta multifuncional e preservação das áreas com vegetação autóctone</p>	<p>Não se prevê riscos significativos</p>	<p>A arborização das áreas verdes deverá privilegiar as espécies autóctones</p> <p>Promover uma gestão sustentável</p>

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	<p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>			<p>dos espaços florestais, com uma diminuição do risco de incêndio</p>
<b>Património Cultural</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>Salvaguarda e valorização do património cultural</p> <p>Requalificação e reabilitação dos elementos com valor histórico, patrimonial e identitário</p>	<p>Perda dos valores identitários, caso não seja acautelada a sua proteção</p>	<p>Promover as rotas e roteiros do património</p> <p>Acautelar a proteção dos valores inventariados através de normas regulamentares</p> <p>Desenvolver ações de identificação do património cultural, divulgação e dinamização e monitorização do seu estado de conservação</p>
<b>Património arqueológico</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p>	<p>Salvaguarda e valorização do património arqueológico</p>	<p>Perda dos valores identitários, caso não seja acautelada a sua proteção</p>	<p>Promover as rotas e roteiros do património</p> <p>Acautelar a proteção dos valores inventariados através de normas regulamentares</p> <p>Desenvolver ações de identificação do património cultural, divulgação e dinamização e monitorização do</p>

FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
				seu estado de conservação
<b>Paisagem</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p> <p>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</p>	<p>Promover a imagem da área do PUO, fomentando a arborização dos espaços e a utilização de espécies nativas</p> <p>Fomentar a integração paisagística dos espaços com atividades industriais e empresariais</p>	Possíveis impactes na paisagem originados pela colmatação das áreas livres e execução das áreas programadas	<p>Garantir disposições relativas à integração paisagística de novas áreas de atividades económicas ou equipamentos</p> <p>Promover medidas de controlo de espécies exóticas invasoras, quando se verifique a sua presença, e interditar a sua introdução nas áreas verdes</p> <p>Prever arborização ao longo de todas as novas vias propostas. Nas vias existentes a arborização deverá ser promovida, sempre que possível e adequado</p>

Quadro 36: Diretrizes de planeamento e gestão das oportunidades e riscos identificados no FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

### 6.3.4 Diretrizes para o seguimento

Apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores, identificados em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, constituindo a fase de seguimento.

FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Conservação da natureza</b>	Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha)	61,43 ha	Aumento	CMO ICNF	Anual
	Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º)	Ver Quadro 27	Aumento	CMO ICNF	Anual

FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha)	Ver Figura 17	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
	Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha)	2,3 Ha	Aumento	CMO	Anual
	Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Espécies arbóreas de interesse público (N.º)	2 no concelho 1 na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Vias arborizadas (Km)	8,6 Km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha)	11,43 Ha (no centro da Cidade)	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da EEM (Ha)	215,3 ha	Aumento	CMO	Anual
	Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)	1.308,5 metros de linhas de água com galeria ripícola	Aumento	CMO	Anual
<b>Solo</b>	Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)	23,04 hectares (em 2018)	0	CMO DRAP - LVT	Anual
	Percentagem de solo impermeabilizado (%)	49,2%	0	CMO	Anual
	AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Residual	0	CMO	Anual

FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos					
CrITÉRIOS de avaliaÇÃO	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m <sup>2</sup> )	Indicador de seguimento	Toda a área	CMO	Anual
	Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)	11%	N.A.	CMO	Anual
Recursos hídricos	Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO ICNF	Anual
	Focos de degradação do meio hídrico (N.º)	Indicador de seguimento	0	APA	Anual
	Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m <sup>2</sup> )	Ver Figura 20	0	CMO	Anual
	Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	17%	0	CMO	Anual
Recursos florestais	Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)	Ver Quadro 30	0	CMO ICNF	Anual
	Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º)	3 (últimos 10 anos)	0		Anual
	Evolução da área florestal na área do PU (Ha)	50,72 hectares (1995) 63,28 hectares (2018)	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
Património Cultural	Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º)	5 elementos classificados 32 elementos inventariados	Aumento	CMO DGPC	Anual
	Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
	Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º)	7 sistemas identificados	N.A.	CMO	Anual
	Rotas e caminhos existentes (N.º)	8 caminhos no concelho	Aumento	CMO	Anual
Património arqueológico	Sítios arqueológicos identificados (N.º)	8 sítios identificados	Aumento	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
	Sítios arqueológicos valorizados na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
Paisagem	Área de espaços verdes público por habitante (m <sup>2</sup> /Hab.)	32,64 m <sup>2</sup> por habitante	Aumento	CMO	Anual

FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos					
Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha)	215,3 ha	Manter	CMO	Anual
	Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual

Quadro 37: Diretrizes de monitorização para o FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos

## 6.4 QUALIDADE AMBIENTAL

FCD4 – Qualidade ambiental		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Infraestruturas de saneamento básico</b>	Fomentar a melhoria dos serviços de abastecimento e tratamento de águas residuais	Perdas de água do sistema de abastecimento (%)
		Eficiência de tratamento das ETAR (%)
		Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%)
		Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%)
<b>Qualidade do ar</b>	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Índice da qualidade do ar
		Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (ton/km <sup>2</sup> )
<b>Ruído</b>	Assegurar níveis de ruído compatíveis com o ambiente acústico saudável	Queixas apresentadas relativas a ruído na zona do PU (N.º)
		Níveis de ruído na área do PU e sua envolvente direta
		Áreas de conflito face aos novos usos existentes e previstos (m <sup>2</sup> )
<b>Resíduos</b>	Assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados	Proporção de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos (a uma distância máxima de cerca de 200 m) e/ou porta a porta, disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção (%)
		Pontos e elementos de recolha de resíduos (N.º)
		Quantidade de resíduos urbanos recolhidos (Ton)
		Quantidade de resíduos geridos e tipo de destino, desagregados por fluxo material (Ton)
		Quantidade de Biorresíduos recolhidos seletivamente (Ton)
		Quantidade de Biorresíduos a desviar de aterro para compostagem (Ton)
		Quantidade de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra (%)
<b>Energia</b>	Promover a eficiência energética, racionalizando os consumos energéticos	Classificação energética dos edifícios (%)
		Consumo de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos (kW/h)
		Proporção de utilização de energias renováveis na iluminação pública e nos edifícios públicos (%)

FCD4 – Qualidade ambiental		
Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores de avaliação
<b>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</b>	Reduzir a vulnerabilidade dos espaços naturais, agrícolas e florestais às alterações climáticas	Afetação das áreas da REN com risco de erosão (Ha)
		Área ocupada por espécies invasoras (Ha)
		Espécies invasoras identificadas (N.º)
		Área intervencionada com vista ao controlo de espécies invasoras (Ha)
		Área intervencionada com ações de arborização, rearborização e de reconversão florestal (Ha)
	Apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos	Edifícios com mecanismos de aproveitamento de FER (N.º)
		População afetada por tipo de ocorrência por ano (Hab.)
		Iniciativas de gestão municipal de adaptação às alterações climáticas (N.º)
	Reduzir os riscos Naturais e Tecnológicos	Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes
		Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (nº), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos

Quadro 38: Critérios de avaliação, Objetivos de sustentabilidade e Indicadores de avaliação para o FCD4 – Qualidade ambiental

#### 6.4.1 Análise de tendências

##### Infraestruturas de saneamento básico

Em Ourém, o abastecimento de água e o sistema de saneamento é da responsabilidade da empresa intermunicipal Tejo Ambiente, que, além de Ourém e Tomar, gere igualmente os sistemas de saneamento e abastecimento de água dos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha. A Be Water, S.A. – Águas de Ourém tem a concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do concelho de Ourém.

De acordo com dados do Relatório Anual 2019 Águas de Ourém (Be Water), a taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água no concelho é de 96%, encontrando-se todas as povoações servidas com rede pública. O abastecimento público faz-se a partir de 19 captações que, com exceção da freguesia de Fátima e uma parte da freguesia de Nossa Senhora da Misericórdias, depende exclusivamente da captação de água do subsolo, a partir de furos de captação municipais com profundidades que variam entre 25 e 160 metros e

caudais entre 13 m<sup>3</sup>/h e 90 m<sup>3</sup>/h. A água captada (subterrânea) é tratada em 11 estações de tratamento de água (ETA) existentes no concelho. As freguesias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora das Misericórdias encontram-se integradas nas zonas de abastecimento Fátima, Fátima – Caridade, e Pinheiro.

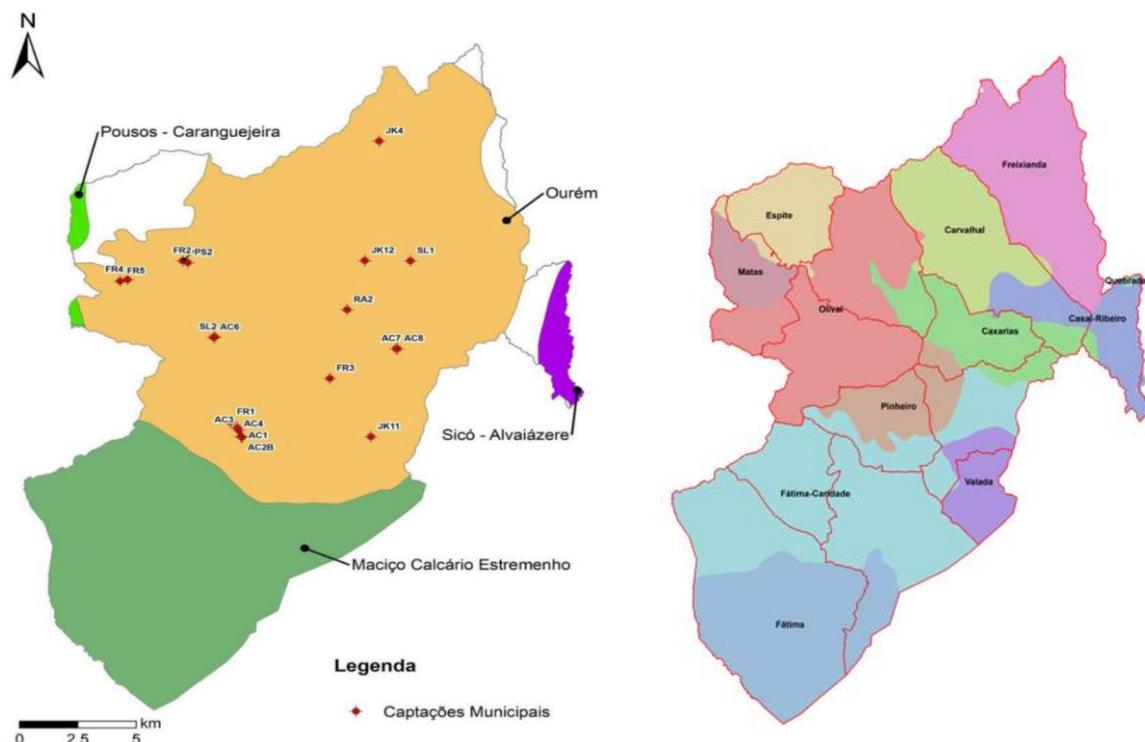


Figura 22: Captações municipais de água e zonas de abastecimento de água em Ourém  
 Fonte: Be Water

De acordo com dados do INE, as perdas nos sistemas de abastecimento de água no concelho de Ourém foram, em 2019, de 610.235 m<sup>3</sup>, valor que tem vindo a decrescer, em geral, ao longo dos anos.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m<sup>3</sup>)</b>	709725	598591	779850	792813	846731	724616	743247	665475	610235

Quadro 39: Perdas nos sistemas de abastecimento de água em Ourém, entre 2011 e 2019

Fonte: INE

As águas residuais são encaminhadas para as estações de tratamento de águas residuais (ETAR) de Fátima, Alto Nabão e de Seiça. A ETAR de Fátima, inaugurada em 2009, encontra-

se dimensionada para receber os efluentes domésticos de 33.120 habitantes-equivalentes e tratar cerca de 5.193 m<sup>3</sup>/ dia de efluentes líquidos. Prevê-se a reabilitação das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) situadas junto ao Nabão, num projeto promovido pelos municípios de Ourém e Tomar.

A análise do nível de tratamento das águas residuais mostra que, em 2018, a quantidade de águas tratadas foi de 2.665.632, evidenciando um claro aumento relativamente ao ano anterior, embora inferior a 2014. Nas ETAR, as águas residuais sofrem vários tipos de tratamentos:

a) Tratamento Primário – Após o tratamento preliminar, quando são filtrados e separados os resíduos de maior dimensão, as águas residuais passam pela Decantação Primária, onde as partículas sólidas em suspensão são eliminadas por ação da gravidade.

b) Tratamento Secundário - As águas residuais sofrem um tratamento biológico, com bactérias que digerem a matéria orgânica existente. A seguir, passam pela Decantação Secundária, que permite o depósito das lamas resultantes da ação das bactérias.

c) Tratamento Terciário - As águas residuais são submetidas a uma desinfeção e remoção de nutrientes, bactérias, sólidos em suspensão, nutrientes em excesso e os compostos tóxicos específicos.

A percentagem de águas residuais que sofrem o nível terciário de tratamento em 2018 foi de 91,8%, verificando-se um aumento desde 2014.

Níveis de tratamento das águas residuais	2014	2016	2017	2018
Primário	0	0	0	0
Secundário	7.200	86.400	86.400	219.000
Terciário	2.705.753 (99,7%)	1.718.188 (95,2%)	1.499.907 (83,8%)	2.446.632 (91,8%)
Ignorado / não especificado	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2.712.953</b>	<b>1.804.588</b>	<b>1.789.086</b>	<b>2.665.632</b>

Quadro 40: Quantidade e nível de tratamento das Águas residuais tratadas em estações de tratamento de águas residuais (m<sup>3</sup>)

Fonte: INE

Para Ourém, a Portaria n.º 248/2014, de 26 de novembro aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de águas subterrâneas destinada ao abastecimento público localizada no concelho, nomeadamente através da: zona de proteção imediata, zona de

proteção intermédia e zona de proteção alargada. Os perímetros de proteção visam prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas, nomeadamente, por infiltração de águas pluviais lixiviantes e de águas excedentes de rega e de lavagens, potenciar os processos naturais de diluição e de autodepuração, prevenir, reduzir e controlar as descargas accidentais de poluentes e, por último, proporcionar a criação de sistemas de aviso e alerta para a proteção dos sistemas de abastecimento de água proveniente de captações subterrâneas, em situações de poluição accidental destas águas. Existem 11 polos de captação com perímetros de proteção implementados.

Designação	Captação
Polo de captação de Caridade	AC1, AC2, AC3, AC4 e FR1
Polo de captação do Olival	AC5, AC6,
Polo de captação de Caxarias	AC7, AC8, RA2
Polo de captação de Vale Sobreiro	FR2 e PS2
Polo de captação de Casal dos Crespos	FR3
Polo de captação de Fonte Santa	FR4 e FR5
Polo de captação de Valada	JK11
Polo de captação de Carvalhal	JK12
Polo de captação de Vale da Meda	JK4
Polo de captação da Menchada	P1, P4
Polo de captação de Casal do Ribeiro	SL1

Quadro 41: Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados  
Fonte: CMO

## Qualidade do ar

De acordo com dados da Qualar, Ourém possui, em geral, boa qualidade do ar, sendo o principal poluente o O<sub>3</sub>, que apresentou desde 2003 a 2018 uma qualidade muito má. Porém, como se pode verificar no Quadro seguinte, para os restantes poluentes, ocorreu uma muito boa qualidade do ar em quase todos os anos.

	NO2 Anual	PM10 Anual	O3 8 horas_3A	SO2 Diário	PM2,5 Anual
2003	10%	54%	117%		
2004	13%		112%		
2005	16%	65%	113%		58%
2006	17%	56%	113%		
2007	19%	49%	110%		44%
2008	18%	40%	105%		30%

	NO2 Anual	PM10 Anual	O3 8 horas_3A	SO2 Diário	PM2,5 Anual
2009	19%	40%	103%	4%	35%
2010	17%	41%	107%	6%	36%
2011	16%	42%	110%	6%	37%
2012	14%	38%	106%	4%	
2013	15%	39%	106%	8%	34%
2014	14%	37%	102%	3%	30%
2015	14%	40%	102%	5%	41%
2016	12%	36%	100%	6%	29%
2017	12%	41%	102%	6%	33%
2018	12%	38%	103%	4%	27%
2019	11%	33%	98%	4%	27%

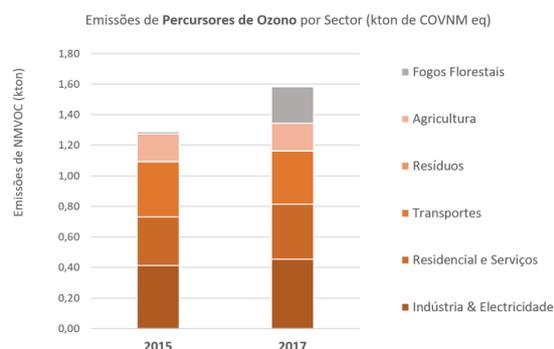
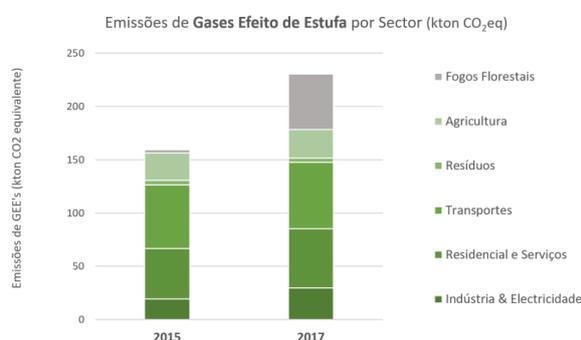
Quadro 42: Índice anua de qualidade do ar para os vários poluentes, na Estação Chamusca



NO2 - Óxidos de azoto | PM10 - Partículas em suspensão com diâmetro aerodinâmico < 10 µm | O3 – Ozono (6ºMáximo diário das médias de 8 horas médio dos últimos 3 anos) | SO2 - Dióxido de enxofre | PM2,5 - Partículas em suspensão com diâmetro aerodinâmico < 2,5 µm

Fonte: CCDR LVT / QualAr

A análise da evolução das emissões, por poluentes atmosféricos, e para os anos 2015 e 2017 permite ainda verificar as elevadas emissões de Co2, registando um aumento de 57% no período entre os dois anos (aqui importa atender ao peso que os incêndios florestais tiveram nesse último ano), bem como a tendência para a manutenção de emissões de NH3, Pb, PCDD/PCDF e N2O.



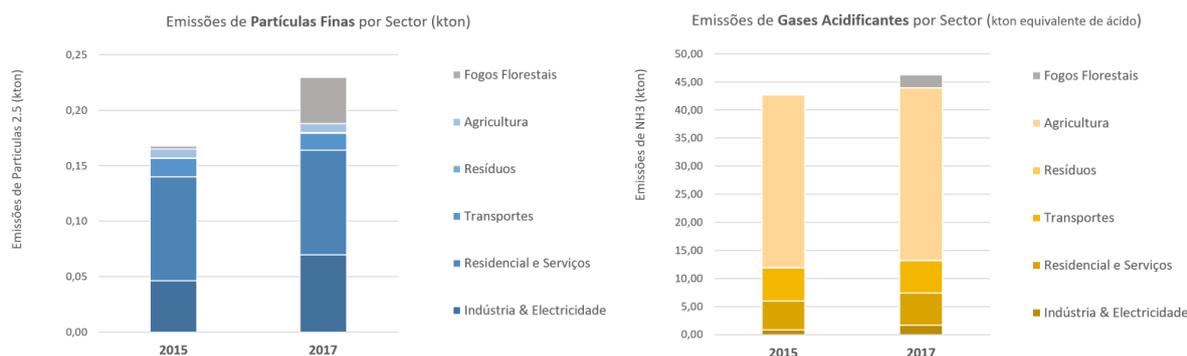


Figura 23: Emissões de poluentes atmosféricos em Ourém, por setor de atividade, nos anos 2015 e 2017

Fonte: APA, INERPA

	2015	2017
NOx (incluindo NO2) (kton)	0,51	0,60
NMVOG (kton)	0,67	0,86
SOx (incluindo SO2) (kton)	0,02	0,04
NH3 (kton)	0,53	0,54
PM2.5 (kton)	0,17	0,23
PM10 (kton)	0,43	0,58
BC (kton)	0,03	0,03
CO (kton)	0,94	2,15
Pb (ton)	0,04	0,04
Cd (ton)	0,00	0,01
Hg (ton)	0,00	0,00
PCDD/PCDF (dioxins/ furans) (g I-Teq)	0,12	0,13
PAHs (ton)	1,41	1,63
HCB (kg)	0,11	0,08
PCBs (kg)	0,00	0,00
<b>CO2 (kton)</b>	<b>111,52</b>	<b>175,60</b>
CH4 (kton)	0,51	0,66
N2O (kton)	0,08	0,08
<b>F-Gases (kton CO2 e)</b>	<b>12,82</b>	<b>14,24</b>

Quadro 43: Emissões de poluentes atmosféricos em Ourém, nos anos 2015 e 2017

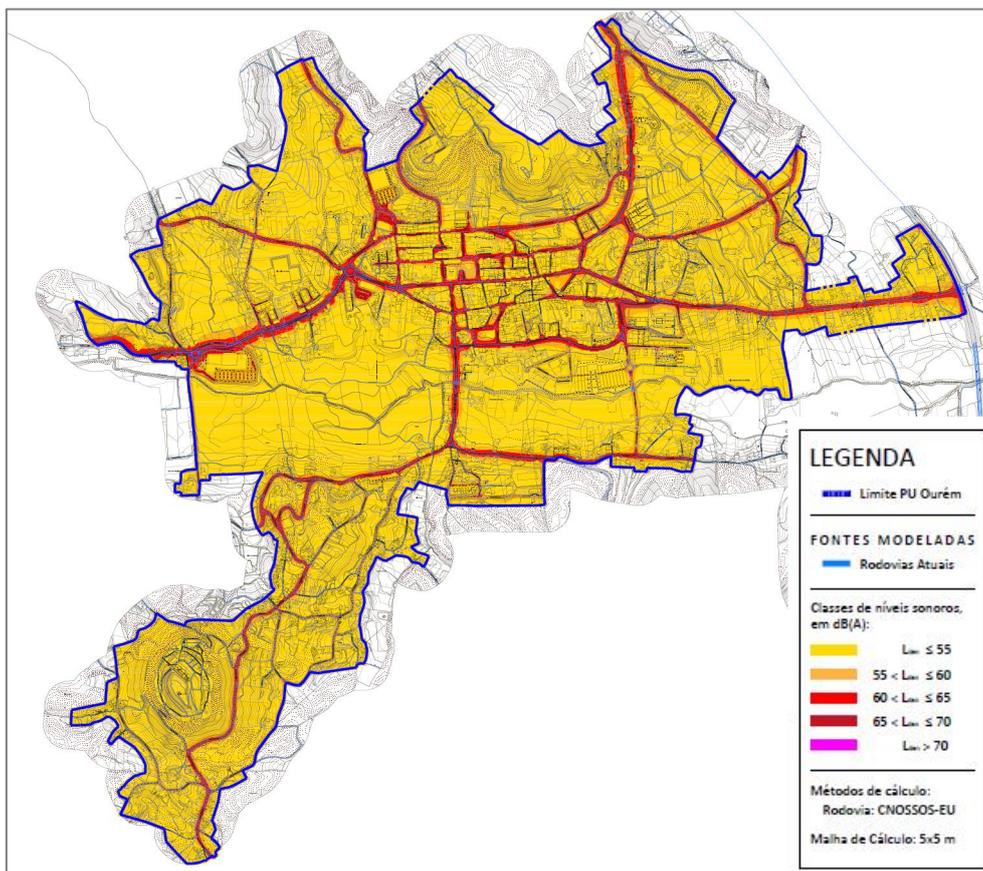
Fonte: APA, INERPA

## Ruído

O ruído constitui um fator essencial na qualidade ambiental. Nas figuras seguintes, que apresentam extratos dos mapas de ruído para a área do PUO (indicadores Lden e Ln), verifica-se a influência do tráfego na evolução deste fator ambiental, sendo os níveis de ruído mais elevados na proximidade às vias destacando-se o IC9, a N113, a R349 e a R349 como principais fontes de ruído.

De acordo com o Relatório do Mapa de Ruído do Plano de Urbanização de Ourém, “a principal fonte de ruído relevante corresponde ao tráfego rodoviário local, e de passagem no itinerário IC9, localizado na proximidade do limite do Plano”, não existindo fontes fixas de ruído com relevância. Tendo em consideração princípios acústicos, bem como as características do local, o perímetro do Plano de Urbanização de Ourém foi classificado como zona mista.

Partindo da situação atual, e tendo em vista a situação futura, constata-se que as opções estratégicas do PUO não irão contribuir de modo significativo para um agravamento dos níveis de ruído na cidade de Ourém, na medida em que se prevê uma distribuição mais equilibrada do trânsito automóvel, particularmente devido à previsão de novas vias (variantes) que permitirão desviar o tráfego de atravessamento do centro da cidade, e que serão pavimentadas com os denominados pavimentos de baixo ruído. O mesmo acontecerá com a repavimentação das principais rodovias existentes (Estrada de Leiria (EN113), Rua Doutor Joaquim Francisco Alves, Avenida Dom Nuno Álvares Pereira e Rua Doutor Francisco Sá Carneiro), onde será adotada uma camada de desgaste betuminosa menos ruidosa (tipo SMA11 ou equivalente, ou betume modificado com borracha).



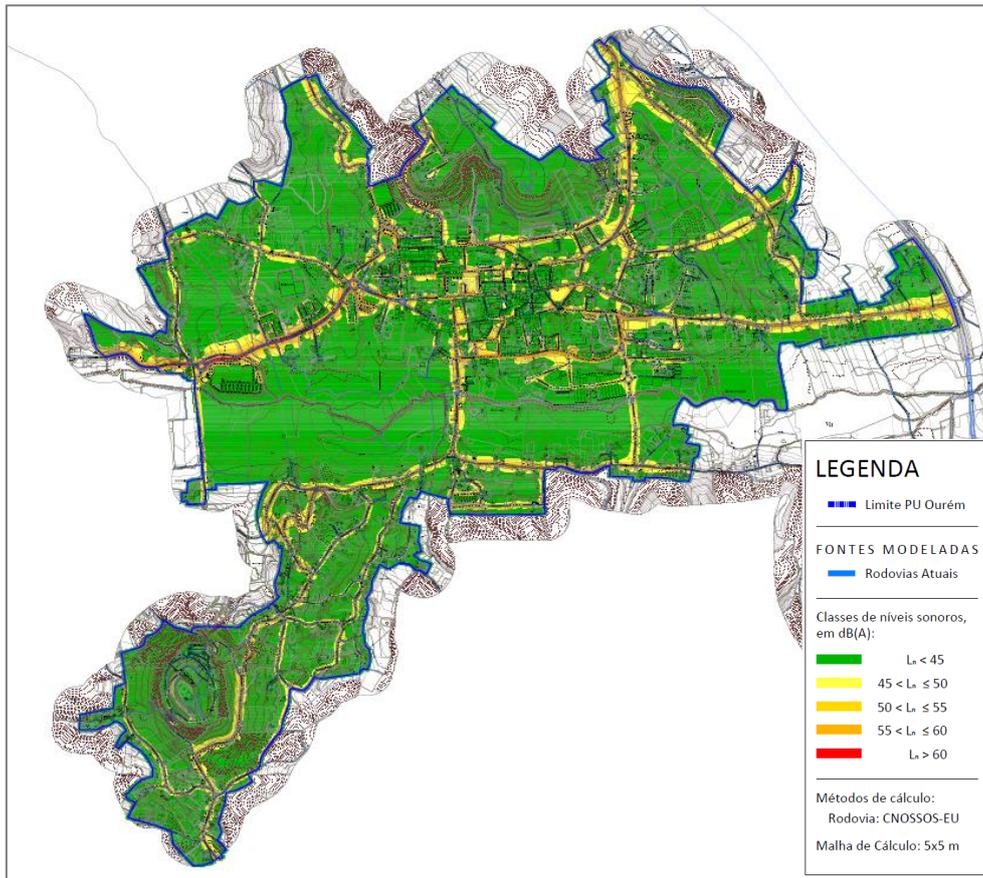


Figura 24: Mapas de ruído para o indicador Lden e Ln- Situação atual  
 Fonte: CMO

Assim, e tendo em consideração a tendência para um incremento da rede viária, promovendo as conexões no concelho e com a região perspectiva-se, à partida, um aumento de ruído associado ao tráfego, situação que será atenuada com o ordenamento viário, diminuindo o trânsito de atravessamento e promovendo a mobilidade suave, e com a implementação de estratégias para atenuar o ruído que complementem a utilização dos pavimentos de baixo ruído, tal como a criação de cortinas vegetais e a arborização de arruamento.

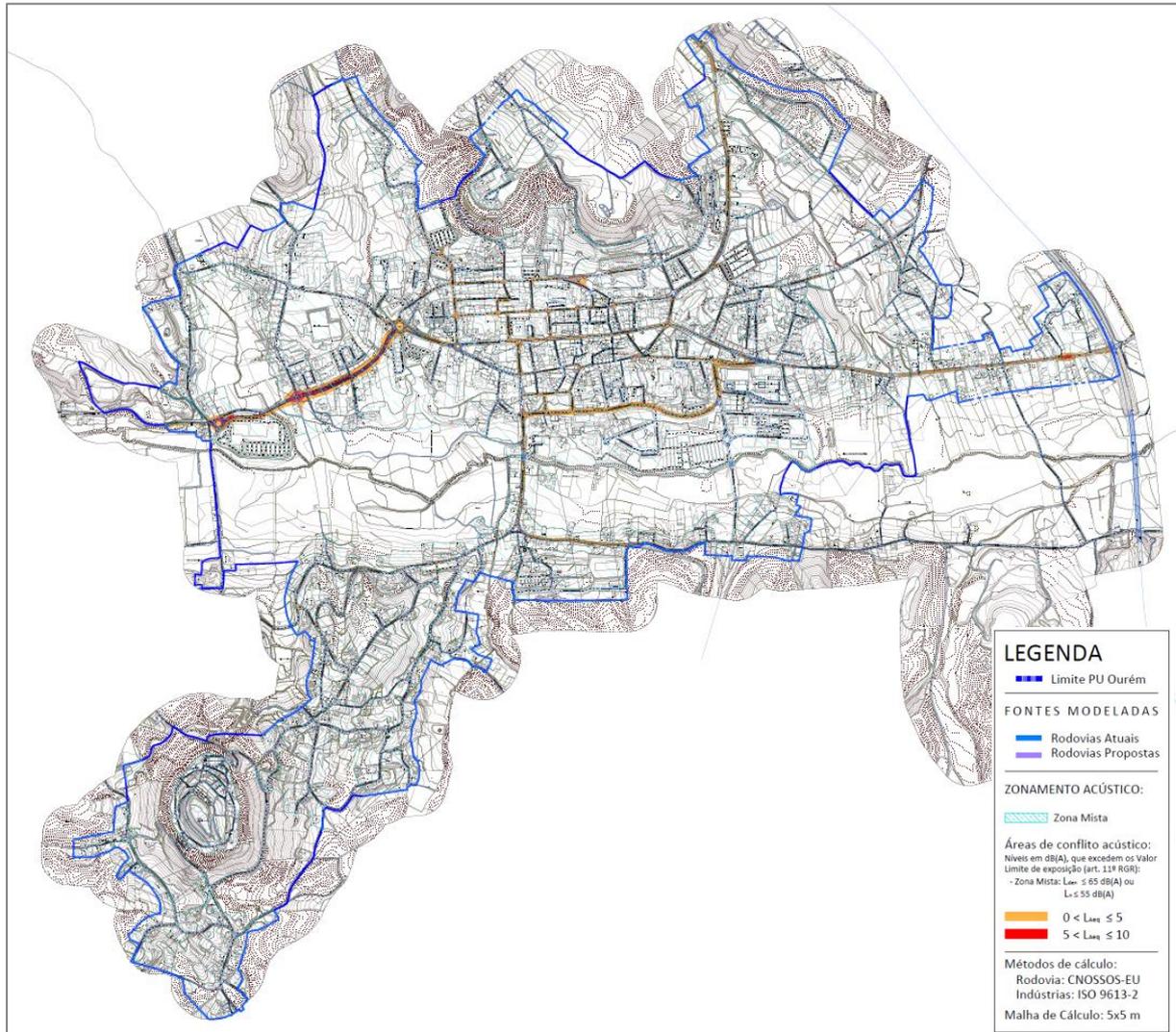


Figura 25: Mapa de conflito acústico

Fonte: CMO

## Resíduos

Em Ourém, a gestão de resíduos é assegurada pelas empresas SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A (responsável pela recolha e transporte até à Estação de Transferência de Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana) e VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (responsável pelo transporte em alta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e por todo o sistema que envolve os resíduos sólidos urbanos recicláveis). Existem, no concelho, vários sistemas de recolha de resíduos:

a) Recolha indiferenciada – os resíduos sólidos urbanos (RSU's) indiferenciados são colocados em dois tipos de contentores do sistema público (contentores verdes situados na

via pública e contentores subterrâneos das ilhas ecológicas), sendo depois recolhidos por veículos próprios e transportados para a Estação de Transferência de Gondemaria (ETG), onde são compactados e posteriormente transportados para o Aterro Sanitário da Valorlis, cujo destino é o aterro controlado ou a Central de Valorização Orgânica da Valorlis.

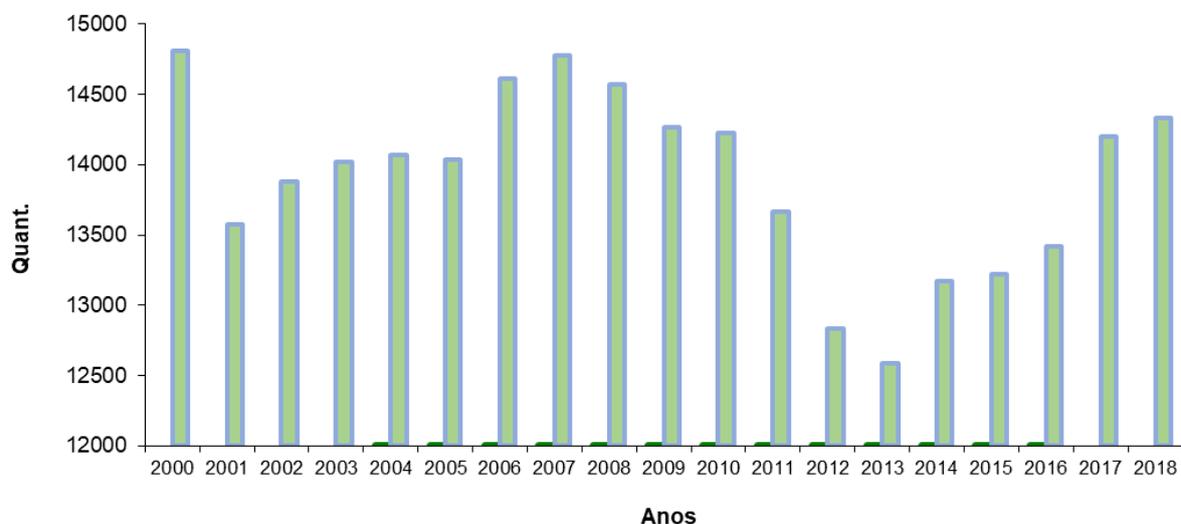


Figura 26: Evolução da quantidade de RSU recolhidos em Ourém

Fonte: CMO

b) Recolha Consignada – recolha porta a porta de resíduos sólidos urbanos, destinada aos grandes produtores de resíduos sólidos indiferenciados, sendo usados contentores adicionais, de cor castanha.

c) Recolha Seletiva – recolha de resíduos recicláveis e transporte para a Estação de Triagem da Valorlis, onde é efetuada a triagem e encaminhamento para destino final (valorização ou aterro no caso de degradados). Integra ecopontos e ilhas ecológicas, ecocentros, contentores compactadores para a deposição de papel e plásticos e recolha personalizada de papel e cartão junto dos grandes produtores.

d) Outros fluxos de resíduos - resíduos de produção específica, que carecem de tratamentos próprios, como resíduos industriais, gestão de sucata, veículos em fim de vida, resíduos equiparados a urbanos, monos e resíduos de construção e demolição.

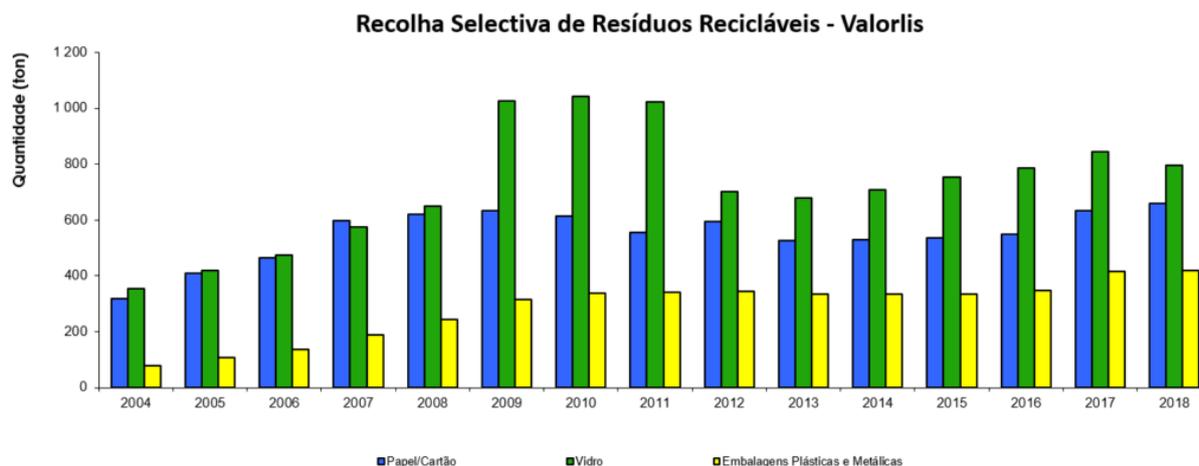


Figura 27: Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos em Ourém

Fonte: CMO

De acordo com o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) 2020, a acessibilidade física do serviço de recolha indiferenciada (percentagem do número de alojamentos com serviço a uma distância inferior a 100 metros, incluindo porta a porta, ou a uma distância máxima de 200 metros em áreas predominantemente rurais) era de 88%, registando uma subida. Já a acessibilidade do serviço de recolha seletiva (ecoponto localizado a uma distância máxima de 200 metros e/ou porta a porta) foi de 34,4%.

Segundo dados da CMO, no final do ano de 2018 existiam no concelho de Ourém os seguintes elementos de recolha de resíduos:

a) equipamentos de recolha seletiva: 128 Ecopontos, 54 Ilhas Ecológicas, 1 Papelão, 1 Embalão, 37 Vidrões e 5 Oleões.

b) elementos de recolha: 2.825 contentores.

A análise da quantidade de resíduos urbanos recolhidos mostra que em 2019, foram recolhidas 17.152 toneladas de resíduos, dos quais 86% eram indiferenciados. A recolha seletiva refere-se apenas a 13,5% do total dos resíduos recolhidos, embora esta quantidade denote uma evolução positiva ao longo dos anos.

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Recolha indiferenciada</b>	13470	13741	14503	14639	14828
<b>Recolha seletiva</b>	1673	1853	2022	2084	2325
<b>Total</b>	15143	15594	16526	16723	17152

Quadro 44: Resíduos urbanos geridos (t) e tipo de recolha  
Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

A análise da quantidade de resíduos urbanos geridos e o tipo de destino mostra que, em Ourém, em 2019, foram geridas 17.305 toneladas de resíduos, um valor um pouco inferior aos referentes aos dois anos anteriores. A maior parte dos resíduos teve como destino o aterro (68%), embora nesse ano se tenha registado pela primeira vez a valorização energética (8,5%).

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Aterro</b>	9310	11341	15185	16697	11771
<b>Valorização energética</b>	0	0	0	0	1474
<b>Valorização orgânica</b>	3854	2250	3184	3695	1761
<b>Valorização multimaterial</b>	2070	2129	2227	2083	2300
<b>Total</b>	15234	15720	20596	22475	17305

Quadro 45: Resíduos urbanos geridos (t) e tipo de destino  
Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

De acordo com o Estudo para o desenvolvimento do sistema de recolha de biorresíduos do Município – relatório preliminar (maio de 2021), verifica-se que, em 2020, os biorresíduos constituíam 45,99% dos resíduos indiferenciados, contabilizando 6.463,43 Ton/ano, dos quais 30,49% são resíduos alimentares e 15,51% são resíduos de jardim. Os maiores produtores de biorresíduos são não domésticos, destacando-se a restauração, hotelaria e similares, cantinas e outros. Até ao ano 2020, não existia recolha seletiva de resíduos alimentares no município, havendo apenas um projeto de recolha porta a porta de biorresíduos verdes e de limpeza de jardins, mas ainda não implementado, prevendo que os biorresíduos sejam transportados para as instalações da Valorlis, entidade gestora em alta, onde serão valorizados na Central de Valorização Orgânica.

Atualmente o Sistema em Alta tem uma capacidade instalada de biodigestão para tratamento de 12.500 ton/ano, prevendo-se que no futuro venha a duplicar para as 25.000 ton/ano. O estudo apresenta três medidas/instrumentos principais de gestão que é necessário aplicar, de forma integrada, para que a recolha seletiva de biorresíduos tenha êxito, nomeadamente: (a) Realização de campanhas de sensibilização (tradicionais e eletrónicas-permanentes); (b) Aplicação de um modelo de incentivos ao produtor para o motivar a separar os biorresíduos; e (c) Sistema TIC de monitorização e gestão da recolha dos biorresíduos que permita a execução das campanhas de sensibilização eletrónicas e a efetivação do modelo de incentivos referidos.

## Energia

De acordo com a ADENE – Agência para a Energia, existiam no início de 2021, em Ourém, 5457 edifícios com certificação energética, sendo a grande maioria destinada a habitação (4.399, correspondente a 81% do total de edifícios certificados) e 1.058 edifícios de serviços. A análise dos certificados emitidos por classe energética mostra que as classes mais representadas são: C (17,1%), F (16,0%) e D (15,9%), sendo que apenas 3,6% integram-se na classe mais alta.

A análise dos consumos energéticos por tipologia, para o município mostra que os consumos de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos, em geral, tem vindo a diminuir ao longo dos anos, sendo mais evidente no interior dos edifícios do estado, que em 2019 era cerca de um terço do consumo referente a 2011.

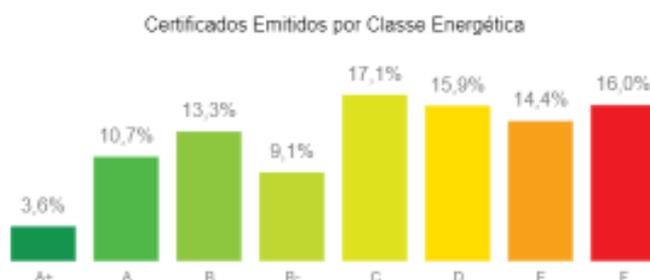


Figura 28: Certificados energéticos emitidos em Ourém, por classe de eficiência energética  
Fonte: ADENE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Doméstico</b>	56993145	52582030	49977192	52705139	51910604	53156307	51725404	54426297	54092535
<b>Não doméstico</b>	51548603	56093496	54819657	46048957	47217435	50191742	52421998	53269870	65552480
<b>Indústria</b>	38360049	35373520	32376066	38312633	33737386	34666476	36164294	37971096	38529934
<b>Agricultura</b>	3502381	2444298	2899682	3474039	3791712	4153538	4508568	7174674	6416186
<b>Iluminação vias públicas</b>	8911974	8267885	7930699	8174418	7847582	8153475	8233911	7915715	7561997
<b>Iluminação int. edifícios do Estado</b>	7004602	3593212	3793980	3216382	3489641	3650166	3415214	2260702	2021787
<b>Outros</b>	700	0	0	5298	4955	5231	0	4955	0
<b>Total</b>	166321454	158354441	151797276	151936866	147999315	153976935	156469389	163023309	174174919

Quadro 46: Consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo  
Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

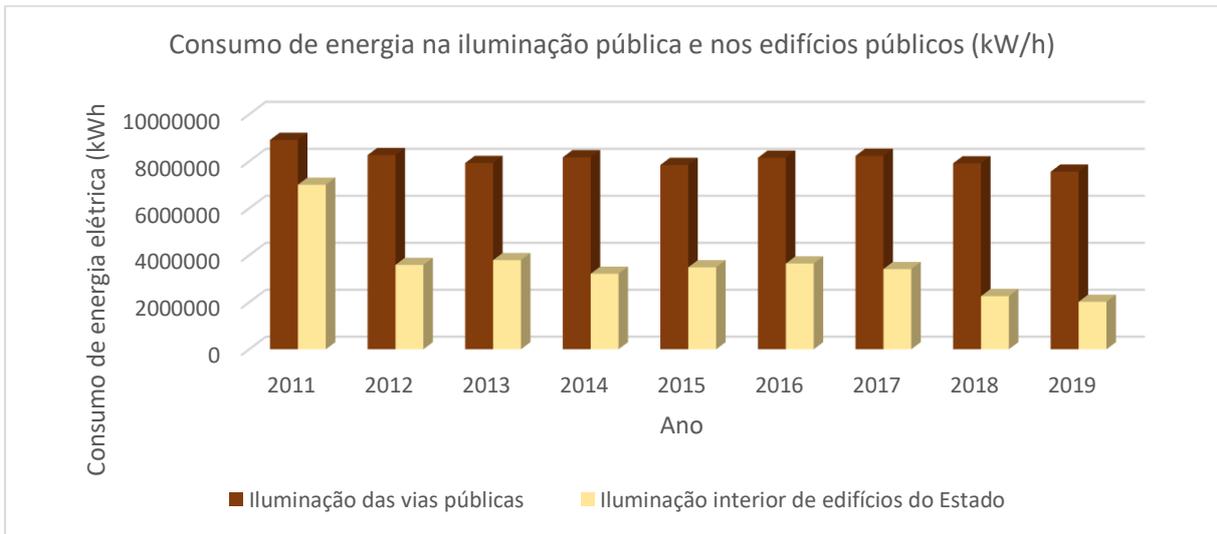


Figura 29: Consumo energético na iluminação pública e nos edifícios públicos, em Ourém  
 Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

### Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas

Tendo em conta os cenários futuros traçados sobre as potenciais alterações climáticas e seus impactes, a CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo desenvolveu o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAAC-MT), uma estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas que visa um “*melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação, para posterior implementação de medidas*”.

No caso de Ourém, as principais alterações climáticas projetadas são:

- Diminuição da precipitação média anual, com potencial aumento da precipitação no inverno;
- Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas;
- Diminuição do número de dias de geada;
- Aumento dos fenómenos extremos.

O PIAAC-MT apresenta um total de 88 atividades para o município de Ourém, que se distribuem pelas seguintes temáticas: Manutenção e atualização periódica do perfil de impactos climáticos; Promoção da integração das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas nos IGT; Promoção do aumento da resistência e resiliência das áreas florestais aos incêndios; Promoção do ordenamento florestal e a sua gestão; Promoção do

uso eficiente da água; Reutilização de águas tratadas; promoção do controlo de espécies invasoras, pragas e doenças; Valorização das áreas inundáveis; proteção das linhas de águas e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação e respetiva vegeta o ribeirinha; Implementa o de técnicas inovadoras e boas práticas comportamentais e tecnológicas; Implementa o de soluçoes de aproveitamento de águas residuais tratadas e águas pluviais e de melhoria da eficiência no consumo de água; e Implementa o de medidas para contrariar o efeito de ilha de calor em espaços públicos urbanos.

As áreas de REN com risco de erosão, nomeadamente as áreas de instabilidade de vertentes (AIV) localizam-se em áreas bastante restritas, localizadas na zona da encosta do Castelo ou na encosta da Lourinha. Possuem uma ocupa o florestal e agrícola, não se verificando, em geral a afeta o das fun oes ecológicas e ambiental.

No tocante   área ocupada com invasoras, verifica-se que estas surgem principalmente na proximidade das linhas de água (ex: ribeira de Seiça), ou pontualmente nas áreas agrícolas e florestais, onde surgem canas (*Arundo donax*) ou outras espécies.

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourém, verifica-se que a área do PUO encontra-se numa zona de perigosidade de incêndio que não ultrapassa a classe alta, a qual ocorre em locais muito específicos, sendo propostas Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível. Quanto a ocorrências, tem-se verificado no município, que, em anos com invernos rigorosos e de grande pluviosidade, há a possibilidade de inunda oes ao longo da ribeira de Seiça, podendo ser afetadas a rede viária e infraestruturas de abastecimento público. Por outro lado, a ameaça de seca ocorre em cerca de 50% dos anos, com a ocorrência de redu oes significativas na pluviosidade sem que, no entanto, se preveja uma redu o no abastecimento público de  gua. Apesar do concelho se integrar numa região de intensidades sísmicas m dias elevadas, não   previsível a sua ocorrência.

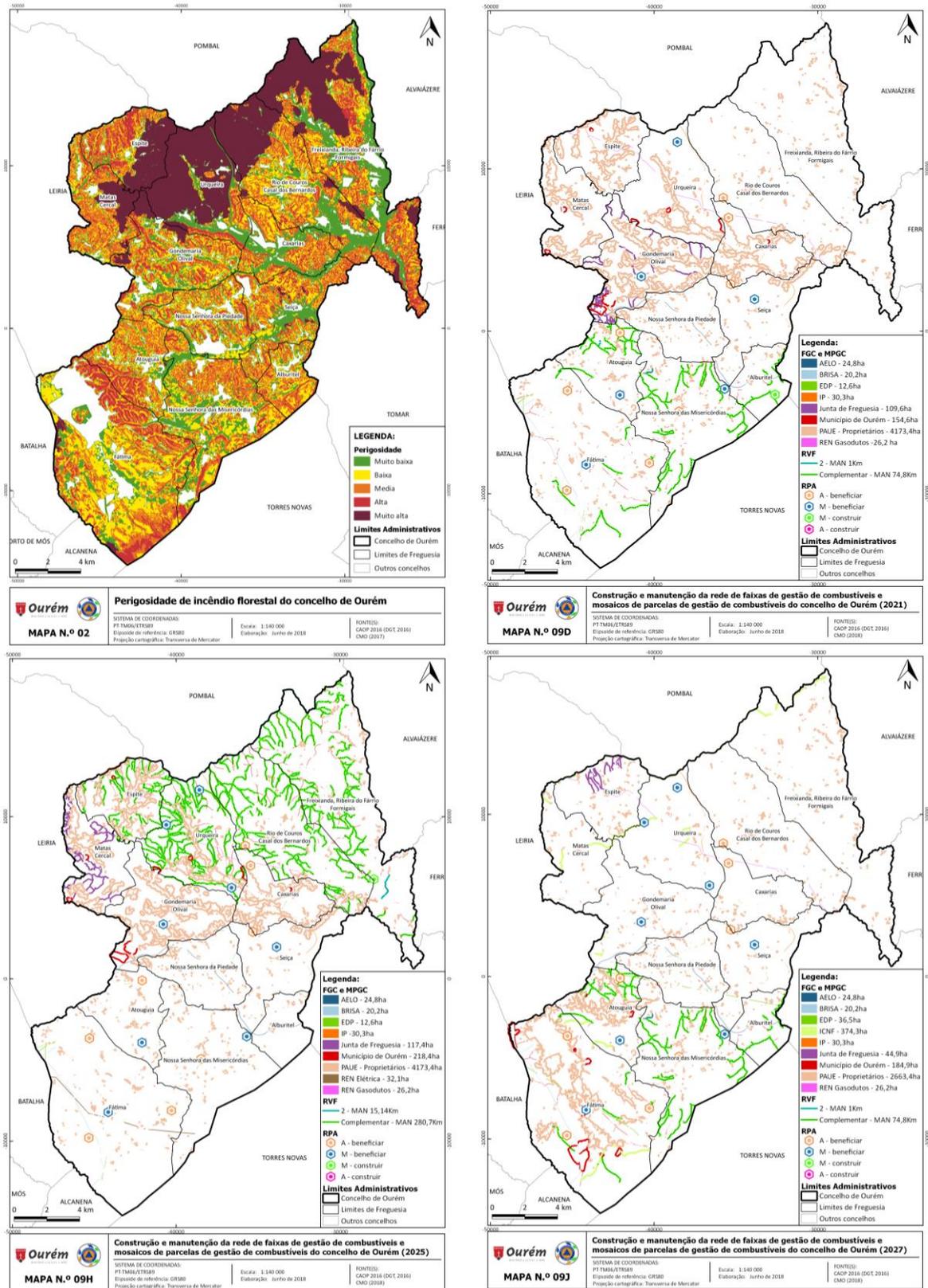


Figura 30: Carta de perigosidade de incêndio florestal e Carta de construção e manutenção da rede de fixas de gestão de combustíveis e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis do concelho (2027)  
 Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Ourém

No âmbito dos incêndios urbanos, estes não se têm verificado, embora existam vários edifícios, nomeadamente na área do PUO, que possuem risco elevado de incêndio, possuindo construção em alvenaria e madeira.

A Administração Regional de Saúde do Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito do projeto REVIVE, tem realizado trabalhos para recolha de mosquitos adultos e imaturos nos concelhos, em locais selecionados tendo em consideração a proximidade à população humana, o historial da presença de mosquitos, o impacto nas atividades humanas, a presença de potenciais criadouros e pontos de entrada de espécies exóticas. No âmbito deste projeto, de 2008 a 2019, foram identificadas 16 espécies de culicídeos na região de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2019, em Ourém, foram recolhidos 1 mosquito adulto e 240 mosquitos imaturos (dos quais metade ocorreu em colheitas durante o mês de agosto). Apesar de em 2008, se terem detetado mosquitos da espécie *Culex theileri* infetados com flavivírus específicos de inseto, desde essa altura e até 2019 não foi identificada qualquer atividade viral nos culicídeos testados.

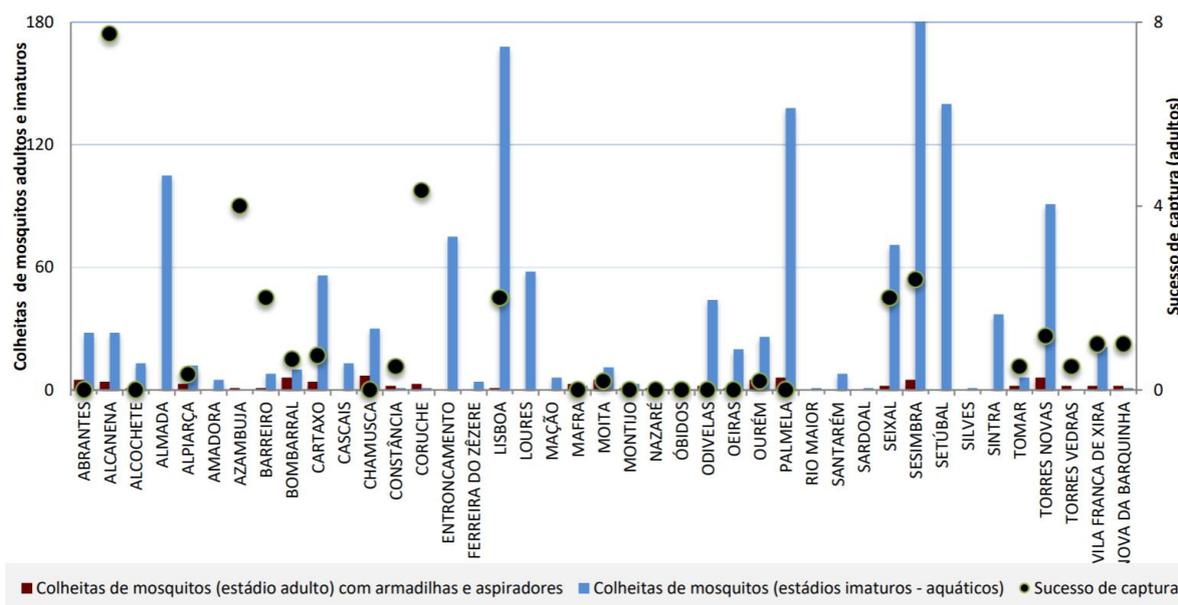


Figura 31: Captura de mosquitos nos concelhos da região Lisboa e Vale do Tejo em 2019

Fonte: ARS LVT, Relatório técnico REVIVE 2019 – Culicídeos e Flebótomos

### 6.4.2 Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decréscimo gradual das perdas nos sistemas de abastecimento de água</li> <li>• Aumento da percentagem de águas residuais que sofrem o nível terciário de tratamento</li> <li>• Polos de captação com perímetros de proteção implementados</li> <li>• Possui, em geral, boa qualidade do ar, sendo mesmo muito boa para a maioria dos poluentes</li> <li>• Baixos níveis de ruído na área do PUO, com exceção das áreas junto às principais vias</li> <li>• Existência de diversos equipamentos de recolha de resíduos, incluindo recolha seletiva</li> <li>• Consumos de energia na iluminação pública e edifícios públicos, em geral, tem vindo a diminuir ao longo dos anos</li> <li>• Áreas de REN com risco de erosão possuem ocupações compatíveis com as suas funções</li> <li>• Áreas com espécies vegetais invasoras muito restritas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O principal poluente é o O3, que apresentou desde 2003 a 2018 uma qualidade do ar muito má.</li> <li>• Pequena percentagem de recolha de resíduos seletiva, a que apenas cerca de um terço da população do concelho tem acesso</li> <li>• Maior parte dos resíduos geridos teve como destino o aterro</li> <li>• Classificação energética dos edifícios mostra que a maioria possui classe igual ou inferior a C</li> <li>• Existência de espécies invasoras ao longo das linhas de água</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da mobilidade suave, de forma a diminuir as emissões de gases poluentes</li> <li>• Adoção de soluções mais eficientes em relação ao consumo de energia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos níveis de ruído na proximidade das principais vias</li> <li>• Aumento dos focos com espécies vegetais invasoras, em especial junto às linhas de água</li> <li>• Aumento da quantidade de O3 produzido</li> </ul>

Quadro 47: Análise SWOT do FCD4 – Qualidade ambiental

### 6.4.3 Propostas do PUO

A proposta de PUO visa a promoção da **qualidade ambiental** da Cidade de Ourém, nomeadamente através da promoção das funções ecológicas e mitigação dos riscos naturais (com a criação e requalificação de espaços verdes, incremento da arborização e proteção das linhas de água e vales associados), como também através da melhoria das redes de infraestruturas.

Os objetivos de sustentabilidade associados à Qualidade ambiental são, em parte proporcionados, de forma direta ou indireta, através da implementação no PUO nos quatro sistemas que o estruturam. Porém, encontra-se mais diretamente relacionado com o sistema ambiental, que pretende promover a sustentabilidade ambiental, reforçando e implementando uma rede de espaços verdes de proximidade e a integração da ribeira seiça (e seus principais afluentes) na vida da cidade (eixo 2), gerando uma melhor qualidade dos elementos e recursos naturais, com claro impacto na qualidade de vida da população e na saúde humana.

Como forma de promover as funções ecológicas, o PUO pretende reforçar a estrutura verde através da valorização das principais linhas de água (e suas margens), e proteção das áreas com risco de erosão, formando um cinturão verde que emoldura a área urbana consolidada da cidade, articulando-se com os espaços de recreio e sociabilização existentes ou a criar. Além das ações relacionadas com a criação e requalificação dos espaços verdes e a conservação das áreas e valores naturais existentes, são também relevantes neste FCD as que visam a promoção da sustentabilidade ambiental das redes de infraestruturas e sua equidade, de forma a garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de abastecimento de água e a rede de saneamento.

Das ações propostas pelo PUO, destacam-se as seguintes, que dizem respeito à Qualidade ambiental:

Eixo	Objetivo	Ação
<b>EIXO 1 - AFIRMAR A CIDADE NO SISTEMA URBANO MUNICIPAL E SUPRAMUNICIPAL</b>	1. Requalificação e reperfilamento de vias	SC1 - Intersecção da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes com a Rua das Serradas e prolongamento da Rua Eng. Adelino Amaro da Costa SC2 - Requalificação da Rua Dr. Justiniano da Luz Preto e estruturação, com recurso a rotunda, do entroncamento da Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto com a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira SC3 - Requalificação da Rua D. Afonso (IV Conde Ourém) com nó a estudar no Largo da Cruz SC4 - Requalificação urbana da EN113 SC5 - Requalificação da Avenida D. Nuno Alvares Pereira entre a Rotunda dos Alamos e a Rotunda do Ribeirinho SC6 - Requalificação/ Reperfilamento da Rua de Castela, da Rua Armando Henrique Reis Vieira e de ruas evolventes SC7 - Requalificação da Rua 5 de Outubro SC8 - Requalificação do espaço público da Vila Medieval (Rua de S. João, Rua de S. José, Rua D. Afonso IV, Rua da Saudade, Calçada de Gonçalo Hermingues e largos Nossa Sra. das Misericórdias, Santa Tereza de Ourém e Pelourinho)
	2. Promover a continuidade da rede viária através da criação de novas vias	SC9 - Variante Rua dos Namorados - Rua de Ourém SC10 - Ponte sobre a Ribeira de Seiça, alternativa à Ponte dos Namorados SC11 - Arranque da variante Estrada do Carregal - ER349 SC12 - Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves/ antiga EN113 - Avenida dos Bombeiros Voluntários/ antiga ER349 e Arruamento de ligação da rotunda da Rua 5 de outubro/ Avenida Dom Nuno Álvares Pereira até entroncar com a Variante Rua Dr. Joaquim Francisco Alves - Avenida dos Bombeiros Voluntários SC13 - Dar continuidade à Rua José Honório dos Santos Ribeiro até entroncar com a Avenida D. Nuno Alvares Pereira e com a Rua Dionísio Oliveira Reis

Eixo	Objetivo	Ação
		SC14 - Nova ligação da Rua Capitão Salgueiro Maia à Rua 1.º de Dezembro
	3. Promover a mobilidade suave	SC15 - Acesso Mecânico à Vila Medieval SC16 Vias a privilegiar como corredor verde para modos suaves
<b>EIXO 2 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	1. Requalificação dos espaços verdes existente	SA1 - Requalificação ecológica e paisagística da Mata Municipal
	2. Criação de novos espaços verdes	SA2 – Expansão do Parque da Cidade/ Parque Dr. António Teixeira
		SA3 - Agroparque
		SA4 - Espaço verde junto ao Centro de Saúde
		SA5 - Valorização da Ribeira de Seiça e respetivas margens, incluindo a integração de percursos pedonais e cicláveis - criação de um corredor verde
	3. Assegurar a conservação das áreas e valores naturais existentes	SA6 - Valorização do Ribeiro da Caridade e respetivas margens
		SA7 - Espaço verde associado ao Complexo Desportivo da Caridade
		SA8 - Valorização do Ribeiro do Lagarinho e respetivas margens
		SA9 - Valorização do Ribeiro do Matadouro e respetivas margens
		SA10 - Valorização do Ribeiro do Vale da Avela e respetivas margens
SA10 - Garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de abastecimento de água, completando e/ou substituindo a rede existente		
4. Promover a sustentabilidade ambiental das redes de infraestruturas	SA11 - Garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de saneamento, completando e/ou substituindo a rede existente	
<b>EIXO 3 – DINAMIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA</b>	2. Requalificação dos espaços públicos de referência	SP3 - Valorização do Largo Prof. Egas Moniz, da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida e do Largo Dr. Vitorino de Carvalho
		SP4 - Requalificação do Largo da Cruz
		SP5 - Porta do corredor ribeirinho da Caridade
		SP6 - Porta do corredor ribeirinho do Lagarinho
		SP7 - Porta central do Agroparque

Quadro 48: Ações propostas pelo PUO com relevância no FCD4 – Qualidade ambiental

#### 6.4.4 Avaliação das opções estratégicas – oportunidades e riscos

No Quadro seguinte apresenta-se a relação das opções estratégicas propostas pelo PUO com os critérios de sustentabilidade definidos no âmbito do FCD4 – Qualidade ambiental.

Opções estratégicas	FCD4 – Qualidade ambiental					
	1 - Infraestruturas de saneamento básico	2 - Qualidade do ar	3 - Ruído	4 - Resíduos	5 - Energia	6 - Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas

**Op1 - Reforçar o papel da Cidade como sede administrativa do concelho**

Oe1.1 - Promover um programa de equipamentos/ funções urbanas de âmbito municipal e supramunicipal						
--	--	--	--	--	--	--

**Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade**

Oe2.1 - Avaliação dos elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação e conservação;						
Oe2.2 - Identificar os valores culturais e naturais a proteger, criando condições para a promoção e utilização turística						
Oe2.3 - Integração da Vila Medieval na rota do património urbano da Cidade						
Oe2.4 - Valorizar a arquitetura do edificado e do espaço público, sendo mais exigente na apreciação dos respetivos projetos						
Oe2.5 - Incremento da regeneração e reabilitação urbana						

Opções estratégicas	FCD4 – Qualidade ambiental					
	1 - Infraestruturas de saneamento básico	2 - Qualidade do ar	3 - Ruído	4 - Resíduos	5 - Energia	6 - Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas

**Op3 - Promover o espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade) enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização**

Oe3.1 - Reforçar a dotação dos espaços verdes urbanos enquanto espaços de utilização coletiva e de valorização ambiental e paisagística do meio urbano						
Oe3.2 - Assegurar a continuidade da estrutura verde, como integrante do sistema ecológico e conforto da mobilidade suave						
Oe3.3 - Integrar a ribeira de Seiça e suas margens no parque urbano da cidade						

**Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho, com destaque para os que constituem o eixo urbano Fátima-Ourém-Caxarias-Freixianda**

Oe4.1 - Proposta de organização da circulação e estacionamento, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, especialmente ao IC9						
--	--	--	--	--	--	--

**Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade, promovendo a ocupação dos espaços livres e avaliando a possibilidade da sua densificação**

Oe5.1 - Ordenar a cidade tendo em linha de conta a articulação com o edificado envolvente, o respeito pela paisagem e a capacidade de carga do território						
---	--	--	--	--	--	--

Opções estratégicas	FCD4 – Qualidade ambiental					
	1 - Infraestruturas de saneamento básico	2 - Qualidade do ar	3 - Ruído	4 - Resíduos	5 - Energia	6 - Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas
Oe5.2 - Promover a reabilitação do edificado (ARU/ORU) e a regeneração de áreas degradadas ou obsoletas, incluindo a reabilitação dos equipamentos públicos degradados, ponderando a alteração dos usos que estiveram na sua origem						
<b>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</b>						
Oe6.1 - Desviar o tráfego de atravessamento, melhorando o ambiente urbano						
Oe6.2 - Densificar a arborização dos espaços públicos, incrementando a mobilidade suave e amenizando as temperaturas urbanas, numa lógica de adaptação e minimização dos efeitos das alterações climáticas						
Oe6.3 - Reduzir o uso dominante do espaço público pelas vias de circulação automóvel						
Oe6.4 - Identificar os usos incompatíveis com a habitação, por forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das incompatibilidades						

Opções estratégicas	FCD4 – Qualidade ambiental					
	1 - Infraestruturas de saneamento básico	2 - Qualidade do ar	3 - Ruído	4 - Resíduos	5 - Energia	6 - Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas
<b>Op7 - Criar políticas de incentivo à instalação de empresas e serviços</b>						
Oe7.1 - Promover a revitalização das atividades, entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável						
Oe7.2 - Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas						
Oe7.3 - Estabelecer programa para as áreas comerciais e fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às empresas						

Quadro 49: Avaliação das opções estratégicas do PUO para os critérios de sustentabilidade do FCD4 – Qualidade ambiental

Contributo: ■ Muito positivo ■ Positivo ■ Neutro ■ Negativo

No âmbito do FCD4 – Qualidade ambiental, as opções estratégicas do PUO não contribuem negativamente para os critérios de sustentabilidade, embora a grande maioria tenha uma influência neutra. Como efeitos muito positivos, são relevantes as opções que visam melhorar a qualidade de vida da população, com evidentes contributos a nível a qualidade do ar, ruído, resíduos, energia e adaptação às alterações climáticas. A promoção do espaço público a duas escalas (de cidade e de proximidade), incluindo a ocupação dos espaços livres, enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização, possui também efeitos bastante positivos a nível da qualidade ambiental.

A análise das oportunidades e riscos que podem ser potenciados ou minimizados pela concretização do PUO mostra que para este FCD as principais oportunidades acarretadas pela implementação do PUO se prendem com um maior ordenamento da área urbana, com a organização das funções, a equidade de serviços, a promoção da mobilidade suave e a disponibilização de espaços verdes e arborização urbana. As medidas apresentadas contribuem para a melhoria da qualidade do ambiente urbana. Como efeitos negativos, apontam-se os eventuais problemas causadas pelo aumento das emissões, ruído e resíduos, associados aos espaços de atividades económicas que se propõem, mas que poderão ser minimizadas através da mitigação destes efeitos logo na fase de projeto.

No Quadro seguinte, apresentam-se oportunidades e riscos identificados, bem como as diretrizes de planeamento e gestão que permitirão a potenciação dos aspetos positivos, bem como a mitigação das ameaças.

FCD 4 – Qualidade ambiental				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>Infraestruturas de saneamento básico</b>	Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade	Otimização da utilização das redes diminuindo os custos de operação e manutenção associados	Não se prevê riscos significativos	As ações de reabilitação do edificado devem ser acompanhadas por ações de manutenção das infraestruturas
<b>Qualidade do ar</b>	Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização  Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho  Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente	Melhoria da qualidade do ar e proteção da saúde humana, através da criação de espaços verdes e arborização das ruas  Promoção da mobilidade suave, de forma a diminuir as emissões de gases poluentes	Os espaços de atividades económicas podem gerar um aumento das emissões de poluentes atmosféricos, devido ao tráfego e/ou às próprias atividades	Prever a arborização em todas as vias de modo a promover a integração paisagística, melhorar o conforto bioclimático e a qualidade do ar  Prever pontos de interface, de forma a potenciar a utilização de modos suaves
<b>Ruído</b>	Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização	Assegurar uma melhor distribuição dos usos propostos não permitindo a existência de novos recetores sensíveis em locais expostos ao ruído	Os espaços de atividades económicas podem gerar um aumento das emissões de poluentes atmosféricos, devido ao tráfego e/ou às próprias atividades	No âmbito dos projetos de requalificação das principais rodovias, nomeadamente Estrada de Leiria (EN113), Rua Doutor Joaquim Francisco Alves, Avenida Dom Nuno

FCD 4 – Qualidade ambiental				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	<p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>		O aumento de tráfego pode induzir o aumento do ruído	<p>Álvares Pereira e Rua Doutor Francisco Sá Carneiro, a repavimentação deverá ser efetuada com uma camada de desgaste betuminosa menos ruidosa (tipo SMA11 ou equivalente, ou betume modificado com borracha).</p> <p>Os procedimentos de novas operações urbanísticas na envolvente das áreas de conflito acústico, deverão ser condicionados à efetiva demonstração da compatibilidade do ambiente sonoro existente e decorrente, com os respetivos valores limites de exposição</p> <p>Nos novos edifícios habitacionais em zonas urbanas consolidadas, caso se preveja ou verifique a ultrapassagem até 5 dB(A) dos valores limite fixados no RGR, o projeto acústico dos edifícios a construir deverá contemplar o índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, normalizado, D2m,n,w, superior em 3 dB aos valores constantes do RRAE</p>
<b>Resíduos</b>	Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade	Otimização da distribuição das infraestruturas próprias para a recolha seletiva, através da	A ocupação das áreas livres poderá levar ao aumento da produção de resíduos quer	Desenvolvimento de projetos de sensibilização ambiental, no âmbito da gestão de resíduos e

FCD 4 – Qualidade ambiental				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
	<p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>consolidação urbana, contribuindo para melhorar o desempenho ambiental do concelho</p>	<p>da tipologia de construção e demolição quer resíduos equiparados a domésticos e industriais</p>	<p>separação multimaterial</p> <p>Possibilidade de ajustar a localização dos ecopontos, aumentando a área servida</p>
<b>Energia</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>Adoção de soluções mais eficientes em relação ao consumo de energia</p> <p>Maior eficiência na utilização da energia, derivada da aposta na consolidação urbana, regeneração urbana e incentivos aos edifícios de construção sustentável, contribuindo para a racionalização dos consumos energéticos</p>	<p>A densificação urbana irá contribuir para o aumento dos consumos energéticos, risco que poderá ser minimizado com a construção de novos edifícios mais eficientes.</p>	<p>A reabilitação e requalificação de espaços e edifícios públicos deverá prever a utilização de equipamentos e iluminação eficientes</p>
<b>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</b>	<p>Op2 - Promover o património da Cidade enquanto fator de identidade e de atratividade</p> <p>Op3 - Promover o espaço público a duas escalas enquanto estruturante da organização da Cidade e espaço de sociabilização</p> <p>Op4 - Melhorar a acessibilidade aos principais núcleos urbanos do concelho</p> <p>Op5 - Conter a expansão desgarrada da cidade</p> <p>Op6 - Melhorar a qualidade de vida da população utente</p>	<p>Fomento da aplicação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas de forma atempada</p> <p>Aposta na mobilidade suave, contribuindo para a diminuição das emissões de gases provenientes do tráfego automóvel</p> <p>Salvaguarda de áreas de risco, nomeadamente áreas inundáveis</p>	<p>Os espaços de atividades económicas empresariais e industriais levará ao aumento das emissões de gases com efeitos estufa, devido ao aumento do tráfego, assim como o funcionamento de máquinas e equipamentos, cuja significância poderá ser minimizada pela adoção de medidas que conduzam à redução das emissões e à adaptação às alterações climáticas</p>	<p>Aplicação de sistemas de iluminação pública eficiente que contribuam para a racionalização dos consumos energéticos e, de forma indireta, para a diminuição das emissões de GEE</p> <p>Promover edifícios de emissões zero</p> <p>Prever a arborização das vias propostas e requalificadas, e criar condições para a integração de mais áreas arborizadas no espaço público</p> <p>Garantir que os circuitos de transportes públicos servem as principais áreas de atividades económicas existentes e</p>

FCD 4 – Qualidade ambiental				
Critérios de avaliação	Medidas do PUO	Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
				propostas e fomentar a transferência modal

Quadro 50: Diretrizes de planeamento e gestão das oportunidades e riscos identificados no FCD 4 – Qualidade ambiental

#### 6.4.5 Diretrizes para o seguimento

Apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores, identificados em função dos objetivos de sustentabilidade definidos, que irão permitir monitorizar a execução do plano e verificar o desenvolvimento das ações adotadas, constituindo a fase de seguimento.

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>FCD1 - Ordenamento do território</b>					
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)	41 %	100	CMO	Anual
	Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)	Ver tabela 1	N.A.	CMO	Anual
	Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
<b>Coesão territorial</b>	Extensão de vias requalificadas (km)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)	1 km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)	5.636 Hab.	Toda a população da área do PUO	CMO	Anual
	Percentagem da área urbana do PU servida por transportes coletivos (%)	92 %	100%		Anual
	Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)	Ver figura 8	Aumento	CMO INE	Anual
	Índice de impermeabilização (existente e previsto)	Ver Quadro	Diminuição	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Risco</b>	Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual
	Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual
	Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima-desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
<b>FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico</b>					
<b>Condições sociais</b>	Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)	Área do PUO: aumento de 7% Freguesia de NS Piedade: aumento de 7,5% Freguesia de NS Misericórdias: decréscimo de 3% Concelho de Ourém: decréscimo de 1% (entre 2001 e 2011)	Aumento	CMO INE	Anual
	Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º)	7 famílias em alojamentos não clássicos (em 2011)	0	CMO INE	Anual
	Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)	1% (em 2011)	0	CMO INE	Anual
<b>Dinâmica empresarial</b>	Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)	7 pedidos de licenciamento (entre 2004 e 2018) Ver Quadro 17	Aumento	CMO	Anual
	Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)	Ver Quadro 18	Aumento	CMO	Anual
	Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)	Ver Tabela 2	Aumento	CMO	Anual
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)	3 Produtos DOP 3 Produtos DO	Aumento	DGADR	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Promoção turística</b>	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)	298 estab. no concelho 8 estab. na área do PUO	Aumento	CMO SIGTUR	Anual
	Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)	Ver Tabela 3	Aumento	CMO SIGTUR	Anual
	Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)	Ver Figura 12	Aumento	CMO INE	Anual
	Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)	Ver tabela 4	Aumento	CMO INE	Anual
<b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos</b>					
<b>Conservação da natureza</b>	Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha)	61,43 ha	Aumento	CMO ICNF	Anual
	Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º)	Ver Quadro 27	Aumento	CMO ICNF	Anual
	Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha)	Ver Figura 17	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
	Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha)	2,3 Ha	Aumento	CMO	Anual
	Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Espécies arbóreas de interesse público (N.º)	2 no concelho 1 na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Vias arborizadas (Km)	8,6 Km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha)	11,43 Ha (no centro da Cidade)	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da EEM (Ha)	215,3 ha	Aumento	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)	1.308,5 m de linhas de água com galeria ripícola	Aumento	CMO	Anual
<b>Solo</b>	Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)	23,04 hectares (em 2018)	0	CMO DRAP - LVT	Anual
	Percentagem de solo impermeabilizado (%)	49,2%	0	CMO	Anual
	AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Residual	0	CMO	Anual
	Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m <sup>2</sup> )	Indicador de seguimento	Toda a área	CMO	Anual
	Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)	11%	N.A.	CMO	Anual
<b>Recursos hídricos</b>	Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO ICNF	Anual
	Focos de degradação do meio hídrico (N.º)	Indicador de seguimento	0	APA	Anual
	Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m <sup>2</sup> )	Ver Figura 20	0	CMO	Anual
	Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	17%	0	CMO	Anual
<b>Recursos florestais</b>	Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)	Ver Quadro 30	0	CMO ICNF	Anual
	Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º)	3 (últimos 10 anos)	0		Anual
	Evolução da área florestal na área do PU (Ha)	50,72 hectares (1995) 63,28 hectares (2018)	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
<b>Património Cultural</b>	Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º)	5 elementos classificados 32 elementos inventariados	Aumento	CMO DGPC	Anual
	Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º)	7 sistemas identificados	N.A.	CMO	Anual
	Rotas e caminhos existentes (N.º)	8 caminhos no concelho	Aumento	CMO	Anual
Património arqueológico	Sítios arqueológicos identificados (N.º)	8 sítios identificados	Aumento	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
	Sítios arqueológicos valorizados na área do PUO (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
Paisagem	Área de espaços verdes público por habitante (m²/Hab.)	32,64 m2 por habitante	Aumento	CMO	Anual
	Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha)	215,3 ha	Manter	CMO	Anual
	Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
<b>FCD4 – Qualidade ambiental</b>					
Infraestruturas de saneamento básico	Perdas de água do sistema de abastecimento (m3)	610.235 (em 2019)	0	CMO BeWater	Anual
	Eficiência de tratamento das ETAR (%)	91,8% tratamento terciário (em 2018)	100%	CMO	Anual
	Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
	Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
Qualidade do ar	Índice da qualidade do ar	Boa – Muito boa	Muito boa	APA	Anual
	Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (ton/km²)	Aumento	Decréscimo	APA	Anual
Ruído	Queixas apresentadas relativas a ruído na zona do PU (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Níveis de ruído na área do PU e sua envolvente direta (N.º; Ha)	Ver imagens	Manter ambiente sonoro abaixo dos níveis máximos de exposição ao ruído ambiente exterior aplicáveis	CMO	Anual

Crítérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Pessoas expostas e respetivo grau de exposição nas áreas de conflito face aos novos usos existentes e previstos (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
<b>Resíduos</b>	Proporção de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos (a uma distância máxima de cerca de 200 m) e/ou porta a porta, disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção (%)	34,4% (em 2020)	100%	CMO	Anual
	Pontos e elementos de recolha de resíduos (N.º)	Recolha: 2.825 Recolha seletiva: 226 (em 2018)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de resíduos urbanos recolhidos (Ton)	17.152 Ton resíduos (em 2019)	N.A.	CMO INE	Anual
	Quantidade de resíduos geridos e tipo de destino, desagregados por fluxo material (Ton)	Ver Quadro	Aumento	CMO INE	Anual
	Quantidade de Biorresíduos recolhidos seletivamente (Ton)	0 Ton (em 2020)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de Biorresíduos a desviar de aterro para compostagem (Ton)	6.463,43 Ton (em 2020)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
<b>Energia</b>	Classificação energética dos edifícios (%)	Ver figura	Aumento dos edifícios com classificação A e A+	ADENE	Anual
	Consumo de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos (kW/h)	9 583 784 (em 2019)	Decréscimo	INE	Anual
	Proporção de utilização de energias renováveis na iluminação pública e nos edifícios públicos (%)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
<b>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</b>	Afetação das áreas da REN "com risco de erosão" (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Área ocupada por espécies invasoras (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO ICNF	Anual
	Espécies invasoras identificadas (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Área intervencionada com vista ao controlo de espécies invasoras (Ha)	Indicador de seguimento	Todas as identificadas	CMO	Anual
	Área intervencionada com ações de arborização, rearborização e de reconversão florestal (Ha)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO ICNF	Anual
	Edifícios com mecanismos de aproveitamento de FER (N.º)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	População afetada por tipo de ocorrência por ano (Hab.)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Iniciativas de gestão municipal de adaptação às alterações climáticas (N.º)	Indicador de seguimento	100% das medidas elencadas no PIAAC-MT	CMO	Anual
	Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes	Indicador de seguimento	Decréscimo	CMO	Anual
	Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (Nº), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual

Quadro 51: Diretrizes de monitorização para o FCD4 – Qualidade ambiental

## 7. SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Este Capítulo apresenta uma síntese onde se integram os resultados dos quatro FCD considerados, sendo identificados as oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade, bem como elencado o conjunto de recomendações, identificadas no seguimento da avaliação ambiental, e que pretendem gerar contributos para a elaboração do plano (planeamento e programação), assim como para o seu seguimento (monitorização e avaliação) e gestão.

### 7.1 OPORTUNIDADES E RISCOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese das oportunidades e riscos identificados nom a implementação do PUO, para o conjunto dos FCD considerados.

Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>FCD1 - Ordenamento do território</b>		
<p>Promoção da requalificação urbana, através da reabilitação do parque edificado, com a rentabilização das infraestruturas construídas, contribuindo para o correto ordenamento e ocupação sustentável do território</p> <p>Dinamização e revitalização do espaço público, promovendo a multifuncionalidade dos espaços e a sua utilização</p> <p>Promoção de usos e funções (serviços e comércio) mais adaptados às necessidades atuais da população</p> <p>Fomento de uma organização mais equitativa dos equipamentos e espaços públicos com o reforço e criação de novas centralidades</p> <p>Reforço da atratividade da Cidade de Ourém e o seu papel como sede do concelho</p> <p>Promoção da mobilidade em transportes públicos e incentivo à mobilidade suave</p> <p>Proteção das áreas de risco</p> <p>Valorização das funções ecológicas das áreas de índole natural</p>	<p>Não se prevê riscos significativos</p>	<p>Promover soluções mais adequadas de requalificação do parque edificado, com a diminuição dos edifícios em mau e péssimo estado de conservação e decrescendo o número de alojamentos vagos</p> <p>Promover uma rede de espaços públicos coerente, equitativa, atrativa e com conectividade, acessível a todos</p> <p>Promover a dinamização do comércio e serviços</p> <p>Garantir o acesso de toda a população residente aos equipamentos e serviços públicos</p> <p>Promover as ligações rodoviárias, requalificando e criando novas vias e apostando na mobilidade suave</p> <p>Promover a cobertura total dos transportes públicos, fomentando as relações intraconcelhias e a ligação com a rede ferroviária</p> <p>Condicionar e impedir a ocupação não adequada das áreas de risco</p> <p>Definir Índices de impermeabilização do solo</p>

Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico</b>		
<p>Aumento da atividade da Cidade de Ourém para viver e visitar</p> <p>Melhoria das condições do edificado e do espaço público</p> <p>Melhoria das condições de habitabilidade</p> <p>Promoção da multifuncionalidade da Cidade, promovendo uma maior dinâmica empresarial e da economia local, através do comércio serviços e empresas</p> <p>Promoção da dinamização empresarial</p> <p>Promoção turística e melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém, através da valorização do património natural e cultural existente</p> <p>Promoção da economia local, através do comércio tradicional e produtos locais</p> <p>Valorização dos recursos endógenos, como forma de potenciar o crescimento económico sustentável</p> <p>Promoção do turismo e visitação</p> <p>Melhoria da imagem urbana da Cidade de Ourém</p>	<p>A possibilidade de instalação de novas atividades económicas poderá contribuir para o aumento da emissão de efluentes residuais e poluentes atmosféricos</p>	<p>Estimular iniciativas de inclusão e inserção social</p> <p>Estimular iniciativas de criação de serviços</p> <p>Garantir disposições relativas à integração paisagística de áreas de atividades económicas (como arborização de ruas e criação de espaço público) como forma de minimizar os possíveis impactes das atividades aí desenvolvidas</p> <p>Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial</p> <p>Desenvolver ações de promoção e divulgação</p> <p>Providenciar apoios para o alojamento turístico, bem como o fornecimento de serviços e sua divulgação</p>
<b>FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos</b>		
<p>Proteção dos recursos naturais e valorização das funções ecológicas inerentes</p> <p>Promoção de um continuum ecológico através da ribeira de Seixa e ruas arborizadas</p> <p>Proteção do recurso natural solo, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade/ fertilidade</p> <p>Proteção das áreas de RAN com usos compatíveis</p> <p>Revitalização das atividades tradicionais e a diversificação da base produtiva, combinando a gestão do solo com o</p>	<p>Aumento da impermeabilização do solo</p> <p>Fragmentação das áreas com interesse agrícola</p> <p>Aumento do consumo de recursos hídricos e produção de águas residuais</p> <p>Perda dos valores identitários, caso não seja acautelada a sua proteção</p> <p>Possíveis impactes na paisagem originados pela colmatagem das áreas livres e execução das áreas programadas</p>	<p>Criação e colmatagem dos corredores arborizados, para interligação das diferentes áreas integrantes da Estrutura Ecológica</p> <p>Dar preferência a espécies autóctones nas ações de arborização</p> <p>Na execução das vias propostas, e sempre que estas afetem áreas integradas em RAN, os projetos devem preferencialmente ser implantados em caminhos existentes ou nos limites das parcelas de modo a evitar/ minimizar a fragmentação dos espaços agrícolas</p>

Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<p>desenvolvimento socioeconómico sustentável</p> <p>Articulação das funções produtivas com o uso agrícola</p> <p>Criação de espaços de recreio associados às linhas de água, complementando o recreio com a proteção ambiental</p> <p>Inclusão de corredores ripícolas na EE, como forma de salvaguarda e manutenção dos ecossistemas associados e contribuindo para a qualidade dos recursos hídricos superficiais</p> <p>Incentivar à utilização eficiente da água</p> <p>Promoção da floresta multifuncional e preservação das áreas com vegetação autóctone</p> <p>Salvaguarda e valorização do património cultural</p> <p>Requalificação e reabilitação dos elementos com valor histórico, patrimonial e identitário</p> <p>Salvaguarda e valorização do património arqueológico</p> <p>Promover a imagem da área do PUO, fomentando a arborização dos espaços e a utilização de espécies nativas</p> <p>Fomentar a integração paisagística dos espaços com atividades industriais e empresariais</p>		<p>Fomentar a conservação das áreas agrícolas em meio urbano</p> <p>Arborização e criação/ requalificação de espaços verdes recorrendo preferencialmente a espécies autóctones com baixas necessidades hídricas</p> <p>Valorizar os vales das principais linhas de água, com a regulamentação destes espaços e a sua promoção através da utilização lúdica e recreativa pela população</p> <p>Promover a limpeza, manutenção e desobstrução das linhas de água e erradicação de espécies invasoras</p> <p>Promover, nas novas construções e espaços públicos, a inclusão de mecanismos de uso eficiente da água, através da integração de equipamentos e mecanismos adequados e reutilização de águas pluviais e de águas tratadas</p> <p>Promover medidas de controlo de espécies exóticas invasoras, quando se verifique a sua presença, e interditar a sua introdução nas áreas verdes</p> <p>Promover uma gestão sustentável dos espaços florestais, com uma diminuição do risco de incêndio</p> <p>Promover as rotas e roteiros do património</p> <p>Acautelar a proteção dos valores inventariados através de normas regulamentares</p> <p>Desenvolver ações de identificação do património cultural, divulgação e dinamização e monitorização do seu estado de conservação</p> <p>Garantir disposições relativas à integração paisagística de novas áreas de atividades económicas ou equipamentos</p> <p>Prever arborização ao longo de todas as novas vias propostas. Nas vias existentes a arborização deverá ser promovida, sempre que possível e adequado</p>

Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
<b>FCD 4 – Qualidade ambiental</b>		
<p>Otimização da utilização das redes diminuindo os custos de operação e manutenção associados</p> <p>Melhoria da qualidade do ar e proteção da saúde humana, através da criação de espaços verdes e arborização das ruas</p> <p>Promoção da mobilidade suave, de forma a diminuir as emissões de gases poluentes</p> <p>Assegurar uma melhor distribuição dos usos propostos não permitindo a existência de novos recetores sensíveis em locais expostos ao ruído</p> <p>Otimização da distribuição das infraestruturas próprias para a recolha seletiva, através da consolidação urbana, contribuindo para melhorar o desempenho ambiental do concelho</p> <p>Adoção de soluções mais eficientes em relação ao consumo de energia</p> <p>Maior eficiência na utilização da energia, derivada da aposta na consolidação urbana, regeneração urbana e incentivos aos edifícios de construção sustentável, contribuindo para a racionalização dos consumos energéticos</p> <p>Fomento da aplicação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas de forma atempada</p> <p>Aposta na mobilidade suave, contribuindo para a diminuição das emissões de gases provenientes do tráfego automóvel</p> <p>Salvaguarda de áreas de risco, nomeadamente áreas inundáveis</p>	<p>Os espaços de atividades económicas podem gerar um aumento das emissões de poluentes atmosféricos, devido ao tráfego e/ou às próprias atividades</p> <p>O aumento de tráfego pode induzir o aumento do ruído</p> <p>A ocupação das áreas livres poderá levar ao aumento da produção de resíduos quer da tipologia de construção e demolição quer resíduos equiparados a domésticos e industriais</p> <p>A densificação urbana irá contribuir para o aumento dos consumos energéticos, risco que poderá ser minimizado com a construção de novos edifícios mais eficientes</p> <p>Os espaços de atividades económicas empresariais e industriais levará ao aumento das emissões de gases com efeitos estufa, devido ao aumento do tráfego, assim como o funcionamento de máquinas e equipamentos, cuja significância poderá ser minimizada pela adoção de medidas que conduzam à redução das emissões e à adaptação às alterações climáticas</p>	<p>As ações de reabilitação do edificado devem ser acompanhadas por ações de manutenção das infraestruturas</p> <p>Prever a arborização em todas as vias de modo a promover a integração paisagística, melhorar o conforto bioclimático e a qualidade do ar</p> <p>Prever pontos de interface, de forma a potenciar a utilização de modos suaves</p> <p>No âmbito dos projetos de requalificação das principais rodovias, nomeadamente Estrada de Leiria (EN113), Rua Doutor Joaquim Francisco Alves, Avenida Dom Nuno Álvares Pereira e Rua Doutor Francisco Sá Carneiro, a repavimentação deverá ser efetuada com uma camada de desgaste betuminosa menos ruidosa (tipo SMA11 ou equivalente, ou betume modificado com borracha).</p> <p>Os procedimentos de novas operações urbanísticas na envolvente das áreas de conflito acústico, deverão ser condicionados à efetiva demonstração da compatibilidade do ambiente sonoro existente e decorrente, com os respetivos valores limites de exposição</p> <p>Nos novos edifícios habitacionais em zonas urbanas consolidadas, caso se preveja ou verifique a ultrapassagem até 5 dB(A) dos valores limite fixados no RGR, o projeto acústico dos edifícios a construir deverá contemplar o índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, normalizado, D2m,n,w, superior em 3 dB aos valores constantes do RRAE</p> <p>Desenvolvimento de projetos de sensibilização ambiental, no âmbito da gestão de resíduos e separação multimaterial</p> <p>Possibilidade de ajustar a localização dos ecopontos, aumentando a área servida</p>

Oportunidades	Riscos	Diretrizes de planeamento e gestão
		<p>A reabilitação e requalificação de espaços e edifícios públicos deverá prever a utilização de equipamentos e iluminação eficientes</p> <p>Aplicação de sistemas de iluminação pública eficiente que contribuam para a racionalização dos consumos energéticos e, de forma indireta, para a diminuição das emissões de GEE</p> <p>Promover edifícios de emissões zero</p> <p>Prever a arborização das vias propostas e requalificadas, e criar condições para a integração de mais áreas arborizadas no espaço público</p> <p>Garantir que os circuitos de transportes públicos servem as principais áreas de atividades económicas existentes e propostas e fomentar a transferência modal, potenciando a utilização de modos suaves</p>

Quadro 52: Diretrizes de planeamento e gestão das oportunidades e riscos identificados para os quatro FCD

## 7.2 DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

De acordo com o número 1 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho, na sua redação atual, “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

A monitorização das opções do plano será desenvolvida pelo Município de Ourém, tendo em conta os seguintes objetivos:

1 - Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do PUO;

2 - Avaliar se a aplicação das opções do PUO contribui eficazmente para alcançar os

objetivos de sustentabilidade definidos;

3 - Avaliar a eficácia das orientações propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;

4 - Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do PUO.

A elaboração do plano de monitorização constitui uma base de avaliação dos efeitos da execução das ações previstas, que é feita através da análise dos indicadores definidos. Neste sentido, apresenta-se, no Quadro seguinte, a proposta de indicadores e metas a considerar no plano de monitorização, tendo em consideração os FCD utilizados na avaliação ambiental estratégica, e os respetivos critérios de avaliação.

Crítérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>FCD1 - Ordenamento do território</b>					
<b>Reabilitação e requalificação urbana</b>	Grau de execução das ações do PEDU aprovadas (%)	41 %	100	CMO	Anual
	Número de edifícios licenciados por tipo de obra e de utilização (N.º)	Ver tabela 1	N.A.	CMO	Anual
	Área degradada relativamente à área recuperada, nas intervenções (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Reclamações sobre as patologias detetadas nas construções relativamente às resoluções das patologias detetadas nas construções (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
<b>Coesão territorial</b>	Extensão de vias requalificadas (km)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Extensão de vias pedonais dedicadas e ciclovias (km)	1 km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	População servida pelos diferentes equipamentos (desportivos, educacionais, saúde e apoio social) (Hab.)	5.636 Hab.	Toda a população da área do PUO	CMO	Anual
	Percentagem da área urbana do PU servida por transportes coletivos (%)	92 %	100%		Anual
	Percentagem dos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares (%)	Ver figura 8	Aumento	CMO INE	Anual
	Índice de impermeabilização (existente e previsto)	Ver Quadro	Diminuição	CMO	Anual
<b>Risco</b>	Área de ZAC ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual

Crítérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Área de AIV ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Indicador de seguimento	0%	CMO	Anual
	Áreas da REN do sistema - áreas de infiltração máxima-desafetadas ou com usos compatíveis (alvo de comunicações prévias)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
<b>FCD2 – Desenvolvimento socioeconómico</b>					
<b>Condições sociais</b>	Evolução da população residente na área do PU, na freguesia e concelho (%)	Área do PUO: aumento de 7% Freguesia de NS Piedade: aumento de 7,5% Freguesia de NS Misericórdias: decréscimo de 3% Concelho de Ourém: decréscimo de 1% (entre 2001 e 2011)	Aumento	CMO INE	Anual
	Quantidade de famílias em alojamentos não clássicos na área do PU (N.º)	7 famílias em alojamentos não clássicos (em 2011)	0	CMO INE	Anual
	Proporção de alojamentos sem água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche (%)	1% (em 2011)	0	CMO INE	Anual
<b>Dinâmica empresarial</b>	Quantidade de edifícios licenciados para empresas e atividades económicas (N.º)	7 pedidos de licenciamento (entre 2004 e 2018) Ver Quadro 17	Aumento	CMO	Anual
	Níveis de qualificação dos recursos humanos (%)	Ver Quadro 18	Aumento	CMO	Anual
	Postos de trabalho criados por setores de atividade (N.º)	Ver Tabela 2	Aumento	CMO	Anual
<b>Atividades tradicionais e de base produtiva</b>	Ações de promoção dos produtos locais realizadas (N.º)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	Produtos de qualidade certificada existentes no concelho (N.º)	3 Produtos DOP 3 Produtos DO	Aumento	DGADR	Anual
<b>Promoção turística</b>	Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (N.º)	298 estab. no concelho 8 estab. na área do PUO	Aumento	CMO SIGTUR	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Capacidade de alojamento turístico na área do PU por categoria de estabelecimento (N.º de camas)	Ver Tabela 3	Aumento	CMO SIGTUR	Anual
	Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes (N.º)	Ver Figura 12	Aumento	CMO INE	Anual
	Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)	Ver tabela 4	Aumento	CMO INE	Anual
<b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos</b>					
<b>Conservação da natureza</b>	Área ocupada por habitats naturais de interesse comunitário (Ha)	61,43 ha	Aumento	CMO ICNF	Anual
	Espécies de fauna e flora referenciadas para a área do PU (N.º)	Ver Quadro 27	Aumento	CMO ICNF	Anual
	Evolução da área com vegetação ribeirinha (Ha)	Ver Figura 17	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão e valorização dos valores naturais na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
	Povoamentos de sobreiro e azinheira na área do PU (Ha)	2,3 Ha	Aumento	CMO	Anual
	Grau de afetação de habitats e de alteração do seu estado de conservação (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça (Ha; %)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Espécies arbóreas de interesse público (N.º)	2 no concelho 1 na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Vias arborizadas (Km)	8,6 Km na área do PUO	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da Estrutura Arbórea Urbana (Ha)	11,43 Ha (no centro da Cidade)	Aumento	CMO	Anual
	Continuidade da EEM (Ha)	215,3 ha	Aumento	CMO	Anual
	Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%)	Indicador de seguimento	100	CMO	Anual
	Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual

Crítérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Continuidade dos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO (m)	1.308,5 m de linhas de água com galeria ripícola	Aumento	CMO	Anual
<b>Solo</b>	Área de RAN afeta a usos não agrícolas (Ha)	23,04 hectares (em 2018)	0	CMO DRAP - LVT	Anual
	Percentagem de solo impermeabilizado (%)	49,2%	0	CMO	Anual
	AEREHS ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	Residual	0	CMO	Anual
	Área (solos) degradada passível de ser recuperada (m <sup>2</sup> )	Indicador de seguimento	Toda a área	CMO	Anual
	Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%)	11%	N.A.	CMO	Anual
<b>Recursos hídricos</b>	Ações de recuperação e valorização dos ecossistemas ribeirinhos (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO ICNF	Anual
	Focos de degradação do meio hídrico (N.º)	Indicador de seguimento	0	APA	Anual
	Superfície permeável impermeabilizada devido ao crescimento urbano (m <sup>2</sup> )	Ver Figura 20	0	CMO	Anual
	Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)	17%	0	CMO	Anual
<b>Recursos florestais</b>	Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)	Ver Quadro 30	0	CMO ICNF	Anual
	Ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º)	3 (últimos 10 anos)	0		Anual
	Evolução da área florestal na área do PU (Ha)	50,72 hectares (1995) 63,28 hectares (2018)	Aumento	CMO	Anual
	Ações de gestão de combustível e área intervencionada na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
<b>Património Cultural</b>	Elementos patrimoniais classificados e inventariados na área do PU (N.º)	5 elementos classificados 32 elementos inventariados	Aumento	CMO DGPC	Anual
	Ações de valorização do património cultural na área do PU (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO	Anual
	Estruturas hidráulicas tradicionais identificadas (N.º)	7 sistemas identificados	N.A.	CMO	Anual
	Rotas e caminhos existentes (N.º)	8 caminhos no concelho	Aumento	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
Património arqueológico	Sítios arqueológicos identificados (N.º)	8 sítios identificados	Aumento	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
	Sítios arqueológicos valorizados na área do PUO (N.º)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO Portal do Arqueólogo	Anual
Paisagem	Área de espaços verdes público por habitante (m <sup>2</sup> /Hab.)	32,64 m <sup>2</sup> por habitante	Aumento	CMO	Anual
	Área integrada em Estrutura Ecológica Municipal (Ha)	215,3 ha	Manter	CMO	Anual
	Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (Ha)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
<b>FCD4 – Qualidade ambiental</b>					
Infraestruturas de saneamento básico	Perdas de água do sistema de abastecimento (m <sup>3</sup> )	610.235 (em 2019)	0	CMO BeWater	Anual
	Eficiência de tratamento das ETAR (%)	91,8% tratamento terciário (em 2018)	100%	CMO	Anual
	Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
	Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
Qualidade do ar	Índice da qualidade do ar	Boa – Muito boa	Muito boa	APA	Anual
	Evolução das emissões atmosféricas do setor industrial do concelho (ton/km <sup>2</sup> )	Aumento	Decréscimo	APA	Anual
Ruído	Queixas apresentadas relativas a ruído na zona do PU (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Níveis de ruído na área do PU e sua envolvente direta (N.º; Ha)	Ver imagens	Manter ambiente sonoro abaixo dos níveis máximos de exposição ao ruído ambiente exterior aplicáveis	CMO	Anual
	Pessoas expostas e respetivo grau de exposição nas áreas de conflito face aos novos usos existentes e previstos (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
<b>Resíduos</b>	Proporção de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos (a uma distância máxima de cerca de 200 m) e/ou porta a porta, disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção (%)	34,4% (em 2020)	100%	CMO	Anual
	Pontos e elementos de recolha de resíduos (N.º)	Recolha: 2.825 Recolha seletiva: 226 (em 2018)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de resíduos urbanos recolhidos (Ton)	17.152 Ton resíduos (em 2019)	N.A.	CMO INE	Anual
	Quantidade de resíduos geridos e tipo de destino, desagregados por fluxo material (Ton)	Ver Quadro	Aumento	CMO INE	Anual
	Quantidade de Biorresíduos recolhidos seletivamente (Ton)	0 Ton (em 2020)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de Biorresíduos a desviar de aterro para compostagem (Ton)	6.463,43 Ton (em 2020)	Aumento	CMO	Anual
	Quantidade de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra (%)	Indicador de seguimento	100%	CMO	Anual
<b>Energia</b>	Classificação energética dos edifícios (%)	Ver figura	Aumento dos edifícios com classificação A e A+	ADENE	Anual
	Consumo de energia na iluminação pública e nos edifícios públicos (kW/h)	9 583 784 (em 2019)	Decréscimo	INE	Anual
	Proporção de utilização de energias renováveis na iluminação pública e nos edifícios públicos (%)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
<b>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</b>	Afetação das áreas da REN "com risco de erosão" (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Área ocupada por espécies invasoras (Ha)	Indicador de seguimento	0	CMO ICNF	Anual
	Espécies invasoras identificadas (N.º)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Área intervencionada com vista ao controlo de espécies invasoras (Ha)	Indicador de seguimento	Todas as identificadas	CMO	Anual
	Área intervencionada com ações de arborização, rearborização e de reconversão florestal (Ha)	Indicador de seguimento	N.A.	CMO ICNF	Anual

Critérios de avaliação	Indicadores	Valor atual	Objetivos / metas	Fonte	Periodicidade
	Edifícios com mecanismos de aproveitamento de FER (N.º)	Indicador de seguimento	Aumento	CMO	Anual
	População afetada por tipo de ocorrência por ano (Hab.)	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual
	Iniciativas de gestão municipal de adaptação às alterações climáticas (N.º)	Indicador de seguimento	100% das medidas elencadas no PIAAC-MT	CMO	Anual
	Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes	Indicador de seguimento	Decréscimo	CMO	Anual
	Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (Nº), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos	Indicador de seguimento	0	CMO	Anual

Quadro 53: Diretrizes de monitorização e avaliação

## 8. CONCLUSÕES

O PUO apresenta-se como uma estratégia que visa a instituição de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Cidade de Ourém que a reafirme como sede administrativa do concelho, assegurando maiores e melhores acessibilidades internas e externas, contendo a expansão urbana, fomentando a valorização do património natural e cultural como forma de melhorar a sua atratividade, promovendo a regeneração urbana e qualificação do espaço público (de cidade e de proximidade), revitalizando a economia local e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população.

No presente relatório, foi efetuada uma avaliação das propostas do PUO e listado um conjunto de recomendações (diretrizes para o seguimento) que deverão contribuir para aproximar as propostas dos objetivos de sustentabilidade definidos na Avaliação Ambiental. Através da avaliação efetuada, conclui-se que o balanço entre os efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos) resultantes da implementação das propostas do PUO é bastante positivo, resultando num potencial de desenvolvimento sustentável do território.

Nas situações em que se prevê que a implementação do PUO possa gerar riscos, foram efetuadas recomendações com vista à sua minimização/eliminação. Foram igualmente efetuadas recomendações que visam potenciar os efeitos positivos e oportunidades resultantes da implementação da proposta do Plano.

Estas medidas têm em consideração as características intrínsecas da área de intervenção e das opções estratégicas do plano, bem como as orientações definidas pelos documentos de referência estratégica, identificados na fase de definição do âmbito, e os pareceres emitidos pelas entidades consultadas. Estas orientações poderão ainda ser complementadas, em resultado da apreciação das entidades com responsabilidades ambientais específicas e da discussão pública.

## 9. BIBLIOGRAFIA

APA, 2007. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal. APA, Lisboa

APA. Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030)

Botelho, M. J., Cunha, A., 2008. *Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Coito, Anabela (Coord.) 2011. *Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP)*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Lisboa.

Direcção-Geral do Território 2019 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2003), *Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*, Coleção Estudos 9, MCOTA – DGOTDU, Lisboa.

DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2008). *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*. APA/ DGOTDU, Lisboa.

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010

Partidário, M. R., 2007. *Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente.

Partidário, M.R. 2012. *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Eléctricas Nacionais. Lisboa.

Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020

### Legislação principal

Aviso n.º 6993/2015, de 23 de junho - Termos de referência para a elaboração do Plano de Urbanização de Ourém

Aviso (extrato) n.º 2825/2019 - Decisão de elaborar o Plano de Urbanização de Ourém

Aviso (extrato) n.º 10844/2020, de 23 de julho - Plano Diretor Municipal de Ourém - aprovação da 1.ª revisão

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as

Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto - Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2000 - Ratifica o Plano de Pormenor da Quinta do Ribeirinho

### **Webgrafia**

ADENE - Agência para Energia - [www.adene.pt](http://www.adene.pt)

Agência Portuguesa do Ambiente - [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt)

Be Water, S.A. - [www.ourem-bewater.com.pt](http://www.ourem-bewater.com.pt)

Câmara Municipal de Ourém – [www.ourem.pt](http://www.ourem.pt)

Direção Geral do Património Cultural - [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)

DRAP LVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - [www.draplvt.mamaot.pt](http://www.draplvt.mamaot.pt)

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)

Instituto Nacional de Estatística - [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Portal do Arqueólogo - <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo - <https://sigtur.turismodeportugal.pt>

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt)

Turismo de Portugal - [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)

## ANEXOS

### ANEXO I – PONDERAÇÃO DOS PARECERES RECEBIDOS À DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

A Câmara Municipal de Ourém solicitou parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades que, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos da aplicação do plano (ERAE), de acordo com o n.º 3 do art.º 5.º do decreto-Lei n.º 232/2007 na sua redação atual. Neste processo, a proposta de definição do âmbito, elaborada em novembro de 2020, foi sujeita à consulta por parte das ERAE, que teceram comentários e sugestões ao documento. Estas observações foram integradas ao longo do presente relatório, sempre que estas se mostraram pertinentes, de acordo com a escala do plano em avaliação, assim como o conteúdo esperado para uma avaliação ambiental. No Quadro seguinte, encontra-se sintetizado o balanço dos contributos das ERAE, estando indicado este foi incorporado ou não no Relatório Ambiental.

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)</b>	2021-03-15	<b>Objetivo e metodologia:</b> - Não é apresentado o faseamento/ cronograma cruzado dos procedimentos de AA e de elaboração do Plano, elemento esse que constituiria uma mais-valia para a diversificação e aprofundamento da interação/ integração de conteúdos e obtenção de melhor resultado	Aceite. Foram integradas as sugestões.
		No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), “nas AIV deve ser incluída a referência às escarpas e respetivas faixas de proteção”	Aceite. Foram integradas as sugestões.
		<b>QRE:</b> - Corrigir ou substituir o PERSU 2020 pelo PERSU 2020+ aprovado pela Portaria 241-B/019 de 31/7 - Acrescentar/ considerar o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC - Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro) e a Diretiva (UE) 2018/851, de 30 de maio que altera a Diretiva 2008/98/CE, de 19 de novembro, “Diretiva-Quadro Resíduos”, que estabelece a obrigatoriedade de recolha seletiva de biorresíduos até 31/12/2023, bem como os dispositivos legais aplicáveis em matéria de classificação e qualificação do uso do solo (Lei de bases de 2014, o RJGT de 2015 e o Decreto Regulamentar n.º 15/2015”	Aceite. Os instrumentos sugeridos foram incluídos no QRE.
		<b>Quadro de Sustentabilidade:</b>	Aceite.

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especificar e explicitar a relação/correspondência dos vários domínios com os objetivos de sustentabilidade e os respetivos indicadores.</li> <li>- Os indicadores devem ter uma formulação clara e assertiva e estarem associados a uma métrica e a metas por forma a serem efetivos instrumentos de monitorização e avaliação da implementação do plano e a concretização das QE.</li> <li>- Atendendo ao que se refere no ponto relativo às fontes de informação, importa ter em conta que o objetivo e o indicador deverão ser explícitos quanto às metas e metodologias de seguimento e a situação de base/referência deverá ser estudada de forma a permitir a comparação de dados inerente ao seguimento.</li> </ul>	Foram integradas as sugestões.
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental – Ruído:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os indicadores propostos permitem avaliar e seguir o grau de concretização do referido objetivo e estudar em que medida os efeitos da concretização do Plano podem ser mitigados. Contudo, as <u>implicações da proposta na qualidade do ambiente sonoro da sua envolvente direta, designadamente nos níveis de exposição ao ruído ambiente exterior resultantes dos acréscimos/alterações de tráfego previstos</u>, também deverá ser avaliada. Função dos resultados desta avaliação poderá ser justificável a reformulação do descritor (no sentido de integrar na área de estudo não só a área do Plano mas também a sua <u>envolvente direta</u>).</li> </ul>	Aceite. Foram integradas as sugestões.
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental – Resíduos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os indicadores não permitem aferir dos desvios / cumprimento dos objetivos e metas do PERSU.</li> <li>- O indicador Áreas de deposição de lixos e entulhos (N.º), cujo léxico não se enquadra nas definições do RGGR</li> <li>- Considerar a avaliação da utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas</li> <li>- Consultar o site da APA que elenca uma série de regras e obrigações que importa atender.</li> </ul>	Aceite. Foram integradas as sugestões.
		<p><b>FCD 1 – Ordenamento do Território - REN:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser considerado como Critério de Avaliação o Risco, e como Objetivo de Sustentabilidade – Garantir a segurança das pessoas e dos bens.</li> <li>- Para as zonas ameaçadas pelas cheias e para as áreas de instabilidade de vertentes considerar como Indicadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>- % de área ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista)</li> </ul> </li> </ul>	Aceite. Foram integradas as sugestões, com exceção da capacidade / incapacidade de encaixe do leito da ribeira de Seiça por se considerar que não se enquadra.

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Índice de impermeabilização (existente e previsto)</li> <li>- Considerar ainda como Indicadores:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade / incapacidade de encaixe do leito da ribeira de Seiça, considerando o aumento/ diminuição do escoamento superficial das águas.</li> <li>- Afetação das funções desempenhadas pelas ZAC</li> <li>- Afetação das funções desempenhadas pelas AIV</li> </ul> </li> </ul>	
		<p><b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos – Solo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acrescentar o Objetivo de Sustentabilidade “Conservar e valorizar o recurso natural Solo”.</li> <li>- Incluir os seguintes indicadores:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- % de áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo ocupada com usos incompatíveis (existente e prevista)</li> <li>- Afetação das funções desempenhadas pelas AEREHS</li> <li>- Área (solos) degradada passível de ser recuperada</li> </ul> </li> </ul>	<p>Aceite. Foram integradas as sugestões.</p>
		<p><b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos – Recursos hídricos:</b></p> <p>No OS “Proteger e valorizar os recursos Hídricos”, incluir os indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- % de área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista)</li> <li>- Afetação das funções desempenhadas pelos CALM</li> </ul>	<p>Aceite. Foram integradas as sugestões, com a inclusão do indicador “Área das margens dos cursos de água com usos incompatíveis (existente e prevista) (%)”</p>
		<p><b>FCD 1 - Ordenamento do Território:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não constam indicadores objetivos e mensuráveis associados a metas precisas.</li> <li>- Deverá incluir o seguinte:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação dos efeitos do PU nas diferentes intervenções entre a situação diagnosticada e a sua recuperação, propondo-se por exemplo como indicador área degradada (m2) /área recuperada (m2), e como meta o coeficiente de 1.00, isto é a título de exemplo prático e concreto, por cada metro quadrado degradado deverá ser devidamente recuperada no mesmo local do plano, pelo menos a mesma superfície. Meta a aferir anualmente.</li> <li>- Avaliação dos efeitos do PU no parque edificado, propondo-se por exemplo o indicador: N.º de reclamações sobre as patologias detetadas nas construções / N.º de resoluções das patologias detetadas nas construções, e como meta o coeficiente de 1.00. Meta a aferir anualmente.</li> </ul> </li> </ul>	<p>Aceite. Foram integradas as sugestões, com a inclusão dos dois indicadores no FCD1</p>
		<p><b>Quadro de governança:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Administração de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste está hoje integrada na APA.</li> <li>- A Autoridade Nacional de Proteção Civil corresponde hoje a ANEPC.</li> </ul>	<p>Aceite. Foram integradas as sugestões, no RA, nomeadamente no capítulo 5 – Quadro de Governança</p>

ERAЕ	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Direção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo corresponde hoje a DGPC.</li> <li>- Recomenda que LNEG e DRAPLVT que passem a ser consideradas na qualidade de ERAЕ.</li> <li>- No RA deve ser evidenciado o Quadro de Governança devidamente autonomizado, não podendo resumir-se à identificação das entidades envolvidas e intervenientes, e devendo desenvolver os âmbitos, momentos de atuação e articulações entre as mesmas</li> </ul>	
		<p><b>Fontes de informação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na legislação deve ser incluído o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.</li> <li>- A disponibilidade de dados necessários à avaliação e determinação dos indicadores relativos ao Ruído não foi assegurada nesta fase.</li> <li>- Sublinhe-se que a identificação da fonte deve estar reportada a cada indicador, sendo um fator fundamental para aferir da sua viabilidade e eficácia no tempo. A formulação/ seleção de um indicador tem de ter como critério prévio a fiabilidade da fonte e a natureza e a periodicidade da informação.</li> </ul>	<p>Aceite.</p> <p>Foram integradas as sugestões, com a inclusão do regime jurídico da REN na legislação, tendo os comentários sido considerados na redefinição dos indicadores.</p>
		<p><b>Estratégia de comunicação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recomenda-se o envolvimento das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade e de Nossa Senhora das Misericórdias.</li> <li>- A estratégia de comunicação não pode limitar-se à consulta às entidades na fase do RDA e do Relatório Ambiental, em cumprimento do regime legal, devendo apontar canais e âmbitos de articulação institucional e pública no sentido de enriquecer e aprofundar os inputs da AA para a conceção e implementação do Plano.</li> </ul>	<p>Aceite.</p> <p>Foram integradas as sugestões, no RA, nomeadamente no capítulo 5 – Quadro de Governança</p>
Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)	2021-17-03	<p><b>Reformular/ eliminar os seguintes conteúdos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Onde se lê «Direção Regional da Cultura e Vale do Tejo», deve ler-se Direção-Geral do Património Cultural;</li> <li>- São de excluir as menções à «economia do mar», a «promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de homeport e de turnaround de cruzeiros», a «melhorar os sistemas (...) de navegabilidade»;</li> <li>- É de excluir a menção à «localização de referência das “portas do mar”».</li> </ul>	<p>Aceite.</p> <p>Foram efetuadas as retificações assinaladas no DA.</p>
		<p><b>FCD 3 – Valores Naturais, Culturais e Paisagísticos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deverá ser individualizado o Património Arqueológico enquanto Indicador de Avaliação, discriminando-se o Número de sítios arqueológicos identificados e o Número de sítios arqueológicos valorizados na área do PUO</li> </ul>	<p>Aceite.</p> <p>Foram integradas as sugestões efetuadas, com a inclusão do critério de avaliação “Património arqueológico” e respetivos indicadores no FCD3</p>
		<p>Sugere-se que a área do PUO seja objeto de trabalhos arqueológicos (pesquisa bibliográfica</p>	<p>No âmbito do PUO, foi efetuada uma</p>

ERA E	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		e documental, prospeção arqueológica sistemática, etc.), que permitam uma atualização dos elementos do património histórico-arqueológico da área de intervenção. As ocorrências patrimoniais que sejam identificadas dentro da área do PUO deverão ser objeto de descrição e caracterização através de Ficha de Caracterização Patrimonial, bem como objeto de registo fotográfico e implantadas em cartografia, devendo esta informação ser incluída no Relatório do Plano.	análise arqueológica do local, baseada em particular na informação constante do PDM e da Carta Arqueológica do concelho de Ourém. Esta informação foi considerada na AAE do PUO.
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)	2021-03-18	<p><b>QRE - Incluir:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estratégia Nacional para as Florestas;</li> <li>- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020;</li> <li>- Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR);</li> <li>- Instrumentos de Planeamento Relevante ao nível municipal tal como o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourém.</li> </ul>	Aceite. Os instrumentos sugeridos foram incluídos no QRE.
		<p><b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração de “indicadores que permitam avaliar os potenciais impactes da proposta de plano e implementação dos projetos pretendidos em matéria de continuidade e conectividade ecológica associada aos corredores de vegetação natural ao longo das linhas de água presentes na área do PUO.”</li> </ul>	Aceite. Foram integradas as sugestões, no âmbito do FCD3
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental - Qualidade do ar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão de indicadores de análise que permitam avaliar a qualidade ambiental e as condições de fruição dos espaços verdes e de zonas verdes do PUO”, propondo “indicadores como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Medidas de valorização e preservação das espécies autóctones” (N.º) - pré-existentes ao plano”</li> <li>- “Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (ha)”</li> </ul> </li> </ul>	Aceite. Foram integradas as sugestões, com a inclusão dos indicadores no FCD4
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental – Energia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar indicadores que permitam “avaliar se a proposta do plano contribui para a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade” e “avaliar se a proposta do plano contribui para promover a utilização de energias renováveis e incrementar a eficiência energética, quer ao nível do edificado, quer da</li> </ul>	Aceite. Foram tidas em consideração as sugestões na reformulação dos indicadores

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		iluminação pública, e incrementar a eficiência hídrica”.	
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental – alterações climáticas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sugere-se um critério mais abrangente como “Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas” integrando a componente dos Riscos. Sugere-se que se inclua um indicador de análise que permita avaliar se os potenciais impactes da proposta de plano e implementação dos projetos pretendidos contribui para a correta regulação do ciclo hidrológico e manutenção do equilíbrio dos processos morfo genéticos e pedogenéticos e redução da perda de solo, tal como “Risco de Erosão hídrica do solo”, articulando-se de forma positiva com os objetivos estratégicos definidos no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).</li> <li>- Sugere a inclusão do indicador “Número de incêndios e área ardida na área do PU (N.º e Ha)” no critério de avaliação “Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas”</li> </ul>	<p>Aceite. Foram tidas em consideração as sugestões na reformulação dos indicadores</p>
		<p>Deverá ser integrada informação no RA relativa ao enquadramento da área do PUO e sua envolvente no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourém, nomeadamente, no que diz respeito às classes de perigosidade de incêndio rural e obrigatoriedade de implementação de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível</p>	<p>Aceite. Foram integradas as sugestões</p>
		<p><b>FCD 3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos:</b></p> <p>São propostos os indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Área com elevado e muito elevado risco de erosão (%);</li> <li>- N.º de ocorrências com área ardida inferior a 1 ha (N.º);</li> <li>- Grau de afetação de habitats (ha; %) e de alteração do estado de conservação de habitats naturais da Diretiva Habitats;</li> <li>- Grau de afetação das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal e de ameaça, e importância relativa no contexto regional/nacional;</li> <li>- Superfície dos habitats intervencionados para atingirem um melhor estado de conservação (ha);</li> <li>- Aumento de corredores naturais com espécies autóctones (%);</li> <li>- Criação ou aumento de áreas de micro habitats (mosaicos) com espécies autóctones (ha);</li> <li>- Galerias ripícolas mantidas, adensadas ou recuperadas (m);</li> <li>- N.º de Charcos conservados ou criados (N.º);</li> <li>- Percentagem de espécies (nº de indivíduos), de habitats e de ecossistemas</li> </ul>	<p>Aceite. Foram tidas em consideração as sugestões na reformulação dos indicadores, com a inclusão da grande maioria.</p>

ERA E	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		(superfície em ha) que são mantidos e beneficiam de ações de recuperação para melhorar o seu estado de conservação (%); - Área afeta aos espaços verdes com espécies autóctones (ha); - N.º de exemplares de espécies florestais mantidos (pré-existentes ao Plano) (N.º); - Percentagem de controlo das espécies invasoras face ao nº total de indivíduos (espécies) ou face à superfície total (ha) afetada pelas espécies exóticas invasoras (%)	
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT)	2021-03-22	Verifica-se que não é proposto o faseamento dos procedimentos de AAE com a elaboração do Plano, o que seria importante apresentar em fase posterior.	Aceite. Foram integradas as sugestões efetuadas.
		<b>FCD 1 - Ordenamento do Território</b> - Clarificação dos equipamentos	Aceite. Foi esclarecida a questão apontada.
		<b>FCD4 - Qualidade Ambiental:</b> Inclusão de: - Captações de águas subterrâneas para abastecimento público, com perímetros de proteção implementados (%); - Cumprimento da selagem de furos de captação desativados (%).	Aceite. Foram integradas as sugestões, com a inclusão dos indicadores no FCD4
		<b>FCD4 - Qualidade Ambiental - Ruído:</b> - Salvaguardar a avaliação dos níveis de Ruído ambiente, resultantes da implementação do PUO e eventuais medidas a implementar, através da sua avaliação	Aceite. As sugestões foram integradas na avaliação, bem como nas diretrizes de planeamento e gestão propostas
		<b>FCD4 - Qualidade Ambiental – Resíduos:</b> - Aferir a eventual existência de outros resíduos, além dos urbanos com a recolha seletiva e lixos/entulhos de construção/demolição e respetiva monitorização	Não aceite, por não se considerar pertinente relativamente à área em análise.
		<b>FCD4 - Qualidade Ambiental:</b> - Inclusão do Critério de Avaliação Riscos Naturais e Tecnológicos onde sejam criados os seguintes indicadores de avaliação: - Identificação e quantificação de radiações eletromagnéticas ionizantes e não ionizantes; - Potenciais zonas de criadores naturais de culicídeos (mosquitos), vetores de doença (nº), com vista a minimizar a proliferação de mosquitos	Aceite. Apesar de se considerar pouco relevante atualmente na área de intervenção, foi considerado, com a inclusão dos indicadores de seguimento.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	2021-05-...	<b>Objetivo e metodologia:</b> - Sugere-se a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, no Relatório Ambiental (RA) a desenvolver. - No Enquadramento Concetual e Legal, devem atualizar-se as referências ao regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Considerar os guias e informação técnica sugeridos - Esclarecer que a fase 4 é de seguimento da AAE, que deverá ser feita em simultâneo com a execução e monitorização do plano. Retificar figura	Aceite. Foram integradas as sugestões e retificações indicadas.

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		<p><b>IGT aplicáveis:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Devem ser apresentados os extratos das Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes do PDM</li> </ul>	<p>Aceite. Foram incluídos os extratos das Plantas do PDM.</p>
		<p><b>FCD 4 – Qualidade ambiental – alterações climáticas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As linhas de atuação identificadas no PNEC 2030 devem ser consideradas como referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos</li> <li>- Deveria considerar-se também os aspetos relacionados com a mitigação das alterações climáticas, podendo ser relevante incluir o OS “Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa”.</li> </ul>	<p>Aceite. O PNEC 2030 foi integrado no QRE. Foram consideradas as linhas de atuação, na AAE e na formulação de diretrizes de planeamento e seguimento Relativamente às questões da emissão de gases com efeito de estufa, estas questões foram integradas no critério de avaliação Qualidade do ar.</p>
		<p><b>QRE - Incluir:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretiva Quadro da Água (DQA - Diretiva 2000/60/CE);</li> <li>- Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA);</li> <li>- Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020);</li> <li>- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF);</li> <li>- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020);</li> <li>- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020 (PANCD);</li> <li>- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050);</li> <li>- Plano Nacional Energia e Clima 2020 (PNEC 2020);</li> <li>- Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 (P-3AC);</li> <li>- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020+ (PERSU 2020+);</li> <li>- Planos de Gestão dos Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRI) para o período 2016-2021.</li> </ul>	<p>Aceite. Os instrumentos sugeridos foram incluídos no QRE.</p>
		<p><b>FCD4 - Qualidade Ambiental - Resíduos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar os seguintes indicadores:</li> <li>- Produção de Resíduos Urbanos, em toneladas;</li> <li>- Taxa de reciclagem, em % (RU reciclados/ RU total produzidos);</li> <li>- Recolha seletiva, em kg/hab.ano;</li> <li>- Deposição de RU em aterro (Ton)</li> </ul>	<p>Aceite parcialmente. Os indicadores sugeridos estão contemplados sob outra designação, permitindo igualmente aferir estas questões.</p>
		<p><b>FCD3 – Valores naturais, culturais e paisagísticos – Recursos hídricos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser confirmado se esta área não integra ainda Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias</li> </ul>	<p>Aceite. Esta área integra Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), junto à ribeira de Seiça. Foi revista a</p>

ERAE	Data	Comentários e sugestões	Ponderação
		<ul style="list-style-type: none"><li>- Verificar se existem pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças relativamente aos recursos hídricos</li><li>- Considerar os objetivos estratégicos (ARHTO)</li></ul>	<p>análise SWOT relativamente aos recursos hídricos. Os objetivos estratégicos (ARHTO) foram integrados nas diretrizes de planeamento e gestão</p>

Quadro 54: Balanço da incorporação dos contributos das ERAE

## ANEXO II – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<b>PNPOT</b>	oo	o	oo	o	o	oo	oo
<b>D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável</b> 1.1. Valorizar o capital natural 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano 1.3. Aumentar a resiliência socio ecológica	o	o	ooo	o	o	oo	o
<b>D2. Promover um sistema urbano policêntrico</b> 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna 2.3. Promover a qualidade urbana	ooo	o	oo	o	oo	o	oo
<b>D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</b> 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica da globalização	oo	o	o	o	o	o	oo
<b>D4. Reforçar a conectividade interna e externa</b> 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade 4.3. Dinamizar as redes digitais	oo	o	ooo	ooo	o	ooo	oo
<b>D5. Promover a governança territorial</b> 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial 5.3. Aumentar a Cultura Territorial	ooo	o	o	o	o	o	o
<b>ENAAC 2020</b>	o	o	o	o	o	oo	o
<b>Objetivo 1 - Informação e conhecimento</b> - Conhecer, identificar e antecipar as vulnerabilidades e os impactes decorrentes das alterações climáticas nos vários sectores, e metodologias para a identificação de medidas de adaptação, análise da sua viabilidade e avaliação de custos e benefícios	o	o	o	o	o	o	o
<b>Objetivo 2 - Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta</b> - Identificar medidas; definir prioridades; aplicar ações que reduzam a vulnerabilidade dos vários sectores às alterações do clima mais prováveis e mais preocupantes; e aplicar ações com vista a aumentar a eficiência de resposta a impactes que decorram das alterações	o	o	o	o	o	ooo	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
climáticas, em particular de fenómenos meteorológicos extremos							
<b>Objetivo 3 - Participar, sensibilizar e divulgar</b> - Suscitar um elevado grau de envolvimento e participação do público na definição e aplicação da Estratégia. Dar a conhecer aos cidadãos, empresas e demais agentes sociais os principais impactes esperados, assim como disseminar boas práticas sectoriais de adaptação	o	o	o	o	o	o	o
<b>Objetivo 4 - Cooperar a nível internacional</b> - Acompanhar as negociações internacionais sobre adaptação às alterações climáticas e apoiar a aplicação de ações de adaptação nos países mais vulneráveis, em particular no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa	o	o	o	o	o	o	o
<b>PNEC 2030</b>	o	o	o	o	oo	oo	oo
<b>1. Descarbonizar a economia nacional</b> - Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de GEE em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (mainstreaming)	o	o	o	oo	o	oo	oo
<b>2. Dar prioridade à eficiência energética</b> - Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero	o	oo	o	o	oo	oo	oo
<b>3. Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país</b> - Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas	o	o	o	o	o	o	oo
<b>4. Garantir a segurança de abastecimento</b> - Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade	o	o	o	o	o	o	o
<b>5. Promover a mobilidade sustentável</b> - Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos	o	o	o	oo	oo	ooo	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<b>6. Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono</b> - Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural	o	o	o	o	o	o	oo
<b>7. Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva</b> - Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia	o	o	o	o	o	o	oo
<b>8. Garantir uma transição justa, democrática e coesa</b> - Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial	o	o	o	o	oo	oo	o
<b>ENE 2020</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>
i) Reduzir a dependência energética do País face ao exterior para 74 % em 2020, produzindo, nesta data, a partir de recursos endógenos, o equivalente a 60 milhões de barris anuais de petróleo, com vista à progressiva independência do País face aos combustíveis fósseis	o	o	oo	o	o	o	o
ii) Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, permitindo que em 2020 60 % da eletricidade produzida e 31 % do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis e uma redução do 20 % do consumo de energia final nos termos do Pacote Energia-Clima 20-20-20	o	o	oo	o	o	o	o
iii) Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas gerando uma redução de importações de 2000 milhões de euros	o	o	o	o	o	o	o
iv) Criar riqueza e consolidar um cluster energético no sector das energias renováveis em Portugal, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 000 postos de trabalho a crescer aos 35 000 já existentes no sector e que serão consolidados. Dos 135 000 postos de trabalho do sector, 45 000 serão directos e 90 000 indirectos. O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020	o	o	o	o	o	o	o
v) Desenvolver um cluster industrial associado à promoção da eficiência energética assegurando a criação de 21 000 postos de trabalho anuais, gerando um investimento previsível de 13 000 milhões de euros até 2020 e proporcionando exportações equivalentes a 400 milhões de euros	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
vi) Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução de emissões assumidas por Portugal no quadro europeu	o	o	oo	o	o	o	o
<b>ENAR 2020</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>
<b>1. Conhecimento e Informação</b> - Melhoria do conhecimento e otimização da gestão da informação das emissões e qualidade do ar C&I1: Melhoria da qualidade e quantidade da informação relativa às emissões atmosféricas e qualidade do ar ambiente C&I2: Adequação/Otimização da rede de monitorização da qualidade do ar	o	o	o	o	o	o	o
<b>2. Iniciativas Setoriais para as Emissões Atmosféricas</b> - Melhoria do desempenho ambiental, com particular incidência na diminuição das emissões atmosféricas (Indústria, Transportes, Agricultura e Residencial/Comercial) ISEA1. Aumento da eficiência energética como forma de reduzir emissões de poluentes atmosféricos ISEA2. Promoção da melhoria da eficiência de utilização de recursos naturais e matérias-primas ISEA3. Melhoria do controlo de emissões de poluentes atmosféricos provenientes de instalações industriais ISEA4. Gestão Sustentável da Mobilidade Urbana e do Transporte de Passageiros ISEA5. Gestão Ativa dos Comportamentos em Frotas Profissionais (Transporte de Passageiros ou Mercadorias) ISEA6. Promoção do veículo de elevado desempenho ambiental ISEA7. Gestão sustentável do transporte de mercadorias ISEA8. Aumento da capacidade técnica operacional da Inspeção & Manutenção (I&M) de veículos automóveis ISEA9. Reforço de medidas de minimização da emissão de amónia no setor agrícola ISEA10. Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes	o	o	oo	ooo	o	o	o
<b>3. Governança</b> - Aumento da eficácia da Administração Pública, promovendo a articulação institucional; assegurar a transversalidade das políticas de gestão e avaliação da qualidade do ar G1. Garantir condições eficazes de governação e assegurar a integração dos objetivos da qualidade do ar nos diversos domínios setoriais G2. Otimização de processos operacionais na Administração Pública por forma a aumentar o conhecimento e a eficácia dos sistemas de informação, avaliação e monitorização	oo	o	o	o	o	o	o
<b>4. Investigação e Desenvolvimento</b> - Promoção de projetos de Investigação &	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Desenvolvimento que constituam suporte ao desenvolvimento de novas políticas de proteção da qualidade do ar I&D1. Avaliação das emissões provenientes de setores com informação insuficiente, desarticulada e/ou inconclusiva I&D2. Desenvolvimento de ferramentas que permitam efetuar a avaliação integrada no domínio da qualidade do ar I&D3. Quantificação dos efeitos da poluição atmosférica sobre a saúde humana em Portugal I&D4. Avaliação dos efeitos da poluição atmosférica sobre os ecossistemas em Portugal							
<b>Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)</b>	o	o	o	o	o	o	o
i) Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar	o	o	o	o	o	o	o
ii) Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050	o	o	o	o	o	o	o
iii) Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas	o	o	oo	o	o	oo	o
iv) Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica	o	o	o	o	o	o	o
v) Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento	o	o	o	o	o	o	o
vi) Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território	o	o	o	o	oo	o	o
vii) Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governação) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais	o	o	o	o	o	o	o
viii) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva	o	o	o	o	o	o	o
<b>ENCNB 2030</b>	o	oo	oo	o	o	oo	o
<b>Eixo 1 — Melhorar o estado de conservação do património natural</b>							
1.1 — Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada							
1.2 — Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional	o	oo	ooo	o	o	oo	o
1.3 — Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats ao nível nacional							

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
1.4 — Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU 1.5 — Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal 1.6 — Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade 1.7 — Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade 1.8 — Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base 1.9 — Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais 1.10 — Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas 1.11 — Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade							
<b>Eixo 2 — Promover o reconhecimento do valor do património natural</b> 2.1 — Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano 2.2 — Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida 2.3 — Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade 2.4 — Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade 2.5 — Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade	o	ooo	o	o	o	oo	o
<b>Eixo 3 — Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade</b> 3.1 — Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade 3.2 — Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade 3.5 — Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais 3.6 — Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade 3.7 — Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas	o	oo	oo	o	o	oo	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais 3.8 — Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salva-guardem o património natural e identidade cultural 3.9 — Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres 3.10 — Assegurar a sustentabilidade das infra-estruturas de transporte e comunicações 3.11 — Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas 3.12 — Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas 3.13 — Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade							
<b>ENF</b>	o	o	o	o	o	o	oo
<b>A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos</b> A.1 Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais A.2 Redução da incidência dos incêndios A.3 Garantir o cumprimento do PNDFCI A.4 Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos A.5 Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas A.6 Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos A.7 Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos A.9 Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados	o	o	o	o	o	o	o
<b>B. Especialização do território</b> B.1 Planear a abordagem regional B.2 Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação B.3 Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade B.5 Conservar o regime hídrico B.6 Adequar as espécies às características da estação B.7 Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas B.8 Promover a resiliência da floresta	oo	o	oo	o	oo	oo	o
<b>C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos</b>	o	o	o	o	o	o	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais							
<b>D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos</b> D.1 Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados D.2 Reforçar a orientação para o mercado D.3 Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras D.4 Modernizar e capacitar as empresas florestais	o	oo	o	o	o	o	oo
<b>E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor</b> E.1. Recolher e processar informação do setor de forma sistemática E.2 Promover o Inventário da propriedade florestal E.3 Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor E.4 Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais E.5 Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais E.6 Qualificar os agentes do setor E.7 Fomentar a cooperação internacional	o	o	o	o	o	o	oo
<b>F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política</b> F.1 Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas F.2 Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal F.3 Racionalizar e simplificar o quadro legislativo F.4 Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal	o	o	o	o	o	o	o
<b>PANCD</b>	o	o	oo	o	oo	oo	o
<b>1. Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis</b> 1.1 - Qualificar e valorizar os territórios 1.2 - Promover a capacitação e a diversificação económica 1.3 - Promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais 1.4 - Diferenciar positivamente os projetos e intervenções rurais nas áreas suscetíveis 1.5 - Apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos	o	oo	o	o	oo	oo	oo
<b>2. Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas</b>	o	o	oo	o	oo	oo	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
2.1 - Conservar e promover os montados e outros sistemas agroflorestais mediterrânicos e macaronésicos 2.2 - Promover, conservar e gerir adequadamente as outras florestas e os matagais mediterrânicos e macaronésicos 2.3 - Conservar e promover os sistemas de produção agrícola mediterrânicos com adequação às especificidades regionais 2.4 - Controlar e recuperar áreas degradadas							
<b>3. Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis</b> 3.1 - Proteger e conservar o solo 3.2 - Promover o aproveitamento e a gestão sustentável da água 3.3 - Conservar e promover a biodiversidade das zonas áridas e sub-húmidas secas 3.4 - Promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	o	o	oo	o	oo	oo	o
<b>4. Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD</b> 4.1 - Reorganizar as estruturas do PANCD 4.2 - Assegurar a representação externa portuguesa dos órgãos e estruturas do PANCD 4.3 - Promover ações de cooperação e ajuda ao desenvolvimento 4.4 - Promover e apoiar a organização e a intervenção participativa das populações e suas organizações no PANCD 4.5 - Promover e apoiar o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico de forma articulada sobre a desertificação e o seu combate 4.6 - Desenvolver o PANCD com integração no Planeamento Estratégico Nacional e nos IGT aplicáveis às áreas suscetíveis e afetadas 4.7 - Promover a divulgação sobre a desertificação e o seu combate	o	o	o	o	o	o	o
<b>PNGIFR</b>	o	o	o	o	o	o	o
<b>OE1. Valorizar os espaços rurais</b> OB1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal OB1.2. Reformar o modelo de gestão florestal OB1.3. Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico	o	o	o	o	o	o	o
<b>OE2. Cuidar dos espaços rurais</b> OB2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada OB2.2. Diminuir a carga combustível à escala da paisagem OB2.3 Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado	o	oo	oo	o	oo	oo	oo
<b>OE3. Modificar comportamentos</b> OB3.1. Reduzir as ignições de maior risco OB3.2. Especializar a comunicação de risco	o	o	o	o	o	o	o
<b>OE4. Gerir o risco eficientemente</b>	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
OB4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco OB4.2. Implementar um modelo capacitado de governança do risco OB4.3. Redesenhar a gestão do dispositivo OB4.4 Aumentar a qualificação dos agentes SGIFR							
<b>Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020)</b>	o	o	oo	o	oo	oo	oo
<b>Objetivo estratégico 1 – Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura</b> 1.1 Melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal 1.2 Aumentar o investimento no setor agroflorestal 1.3 Renovação e reestruturação das explorações agrícolas 1.4 Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar 1.5 Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais 1.6 Aumentar a produção de matérias-primas florestais de forma sustentável 1.7 Reforço dos mecanismos de gestão do risco	o	o	o	o	o	o	ooo
<b>Objetivo estratégico 2: Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos</b> 2.1 Ultrapassar as limitações na disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização 2.2 Aumento da eficiência energética 2.3 Aumentar a produtividade da terra 2.4 Proteção dos recursos naturais: água e solo 2.5 Proteção e promoção da biodiversidade 2.6 Combate à desertificação	o	oo	ooo	o	oo	ooo	o
<b>Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</b> 3.1 Diversificação da atividade económica 3.2 Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura 3.3 Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	o	o	oo	o	oo	oo	ooo
<b>PNA 2015</b>	o	o	oo	o	o	o	o
1. Garantir bom estado / bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional	o	o	oo	o	o	o	o
2. Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas	o	o	oo	o	o	o	oo
3. Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
aumentando a produtividade física e económica da água.							
4. Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes	o	o	ooo	o	o	o	o
5. Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos	o	o	ooo	o	o	oo	o
<b>Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE) / Lei da Água</b>	o	o	oo	o	o	o	o
Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água	o	oo	ooo	o	o	o	o
Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis	o	oo	ooo	o	o	o	o
Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias	o	o	o	o	o	o	o
Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição	o	o	o	o	o	o	o
Mitigar os efeitos das inundações e das secas	o	o	o	o	o	o	o
Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água	o	o	o	o	o	o	o
<b>PNUEA 2012-2020</b>	o	o	o	o	o	o	o
<b>Objetivos estratégicos para o setor urbano</b>							
Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento	o	o	o	o	o	o	o
<b>Objetivos específicos para o setor urbano</b>							
Elevar significativamente o conhecimento dos gestores e operadores dos sistemas de abastecimento de água e dos utilizadores em geral	o	o	o	o	o	o	o
Promover a sensibilização, informação e formação dos principais intervenientes no uso da água, bem como na introdução nos programas e livros escolares de matéria específica	o	o	o	o	o	o	o
Conhecer o nível de ineficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água através do seu apetrechamento com equipamentos de medição e com sistema de transmissão e tratamento da informação, abrangendo todo o ciclo urbano da água	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos, (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex: escolas; centros comerciais; estações de serviço; hospitais; repartições e serviços da administração pública; hotéis; instalações desportivas - ginásios, piscinas, estádios, etc. -; aeroportos; terminais rodo e ferroviários; escritórios; restaurantes; lavandarias; etc.)	o	o	o	o	o	o	o
Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas	o	o	o	o	o	o	o
Promover a utilização de equipamentos normalizados e certificados para o uso eficiente da água, incentivando a sua produção e comercialização	o	o	o	o	o	o	o
Instituir prémios e distinções oficiais para equipamentos, instalações e sistemas que demonstrem o seu valor acrescentado ao nível da eficiência e que prestigiem as entidades produtoras de equipamentos e gestoras de sistemas	o	o	o	o	o	o	o
<b>PENSAAR 2020</b>	o	o	o	o	o	o	oo
<b>Eixo 1   Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água</b> 1.1: Cumprimento do normativo 1.2: Redução da poluição urbana nas massas de água 1.3: Aumento da acessibilidade física ao serviço de SAR	o	o	oo	o	o	o	o
<b>Eixo 2   Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados</b> 2.1: Melhoria na qualidade do serviço de AA 2.2: Melhoria na qualidade do serviço de SAR	o	o	o	o	o	o	o
<b>Eixo 3   Otimização e gestão eficiente dos recursos</b> 3.1: Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço 3.2: Redução das perdas de água 3.3: Controlo de afluências indevidas 3.4: Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação 3.5: Valorização de recursos e subprodutos 3.6: Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos	o	o	o	o	o	o	o
<b>Eixo 4   Sustentabilidade económico-financeira e social</b> 4.1: Recuperação sustentável dos gastos 4.2: Otimização e/ou redução dos gastos operacionais 4.3: Redução da água não faturada	o	o	o	o	o	o	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<b>Eixo 5   Condições básicas e transversais</b>							
5.1: Aumento da disponibilidade de informação							
5.2: Inovação							
5.3: Melhoria do quadro operacional, de gestão e prestação de serviços	o	o	o	o	o	o	oo
5.4: Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – redução, adaptação							
5.5: Externalidade: emprego, competitividade, internacionalização							
<b>PERSU 2020, PERSU 2020+ e Diretiva-Quadro Resíduos</b>	o	o	o	o	o	o	oo
Prevenção da produção e perigosidade dos RU	o	o	o	o	o	o	o
Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis	o	o	o	o	o		o
Redução da deposição de RU em aterro	o	o	o	o	o	o	o
Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU	o	o	o	o	o	o	oo
Reforço dos instrumentos económico-financeiros	o	o	o	o	o	o	oo
Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor	o	o	o	o	o	o	o
Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor	o	o	o	o	o	o	o
Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais	o	o	o	o	o	o	o
<b>PAEC</b>	o	o	oo	o	oo	o	oo
<b>1 - Valorizar o território</b>							
Aumentar os resíduos urbanos preparados para reciclagem							
Reduzir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro	o	o	o	o	o	o	oo
Reduzir o consumo de energia primária todos os setores							
<b>2 – Promover a eficiência no uso dos recursos</b>							
Aumentar a produtividade dos recursos na economia nacional	o	oo	oo	o	oo	o	oo
Aumentar a incorporação de resíduos na economia							
Privilegiar a reabilitação urbana							
<b>3 – Contribuir para a sustentabilidade</b>							
Aumentar a eficiência energética (diminuir a intensidade energética)	o	o	oo	oo	oo	oo	oo
Aumentar a eficiência hídrica							
Reduzir as emissões de CO2							
Reforçar o peso das energias renováveis							
<b>PRN 2000</b>	oo	o	o	oo	o	o	o
Potenciar o correto e articulado funcionamento e desenvolvimento do sistema de transportes rodoviários	oo	o	o	ooo	oo	oo	o
Desenvolvimento de potencialidades regionais	oo	o	o	ooo	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Redução do custo global dos transportes rodoviários	o	o	o	o	o	o	o
Aumento da segurança da circulação	o	o	oo	oo	o	oo	o
Satisfação do tráfego internacional	oo	o	o	oo	o	o	o
Adequação da gestão financeira e administrativa da rede	o	o	o	oo	o	o	o
<b>PNS 2020</b>	<b>o</b>						
<b>1 - Cidadania em Saúde</b> A promoção de uma cultura de cidadania que vise a promoção da literacia e da capacitação dos cidadãos, de modo que se tornem mais autónomos e responsáveis em relação à sua saúde e à saúde de quem deles depende A realização de ações de promoção da literacia que foquem medidas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente nas áreas da vacinação, rastreios, utilização dos serviços e fatores de risco A promoção da participação ativa das organizações representativas dos interesses dos cidadãos O desenvolvimento de competências nos profissionais de saúde que permitam desenvolver ações de cidadania em saúde O desenvolvimento de programas de educação para a saúde e de autogestão da doença O desenvolvimento de programas de utilização racional e adequada dos serviços de saúde A promoção de atividades de voluntariado na saúde	o	o	o	o	o	o	o
<b>2 - Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde</b> A integração dos diferentes setores em relação a medidas que promovam a redução da desigualdade e a melhoria da condição da população em geral face aos determinantes sociais O reforço da governação dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), hospitalares e continuados, de modo a que a tomada de decisão seja adequada, efetiva e monitorizada e que o cidadão aceda de modo mais rápido aos cuidados de que necessita O reforço do desenvolvimento e implementação, em situações adequadas, dos processos assistenciais integrados para as patologias e problemas de saúde mais frequentes e com potencial de maior ganho, de modo a que o cidadão receba os cuidados atempados e adequados, independentemente da rede de cuidados onde se encontre O desenvolvimento de redes de referência de cuidados não apenas de base geográfica, mas também de hierarquia de competências técnicas A promoção da articulação entre o planeamento nacional e local nas diferentes	oo	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p>áreas de ação social, tanto através de estratégias normativas e reguladoras, como o SIADAP e a contratualização, como através de estratégias de persuasão e influência, por exemplo no apoio ao desenvolvimento de planos locais de saúde</p> <p>O fortalecimento de estratégias de financiamento que promovam a equidade na realização do potencial de saúde</p> <p>O desenvolvimento de ações intersectoriais que reforcem a participação de todos os sectores do Governo</p> <p>O reforço do acesso equitativo ao programa nacional de vacinação, programas de rastreios e outros programas de prevenção da doença relacionados com fatores de risco, especificamente tabaco e obesidade infantil</p> <p>O reforço do acesso das populações mais vulneráveis aos serviços de saúde e aos medicamentos</p>							
<p><b>3 - Qualidade na Saúde</b></p> <p>O reforço da implementação da Estratégia Nacional da Qualidade, através de ações concertadas e complementares a nível central, regional e local</p> <p>A monitorização e publicação dos resultados da prestação de cuidados de saúde e a respetiva relação com o volume de cuidados</p> <p>O reforço do impacto da qualidade na avaliação do desempenho profissional e institucional e no financiamento das instituições prestadoras de cuidados</p> <p>A implementação do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020, através de ações transversais que melhorem a cultura de segurança de forma integrada em todos os níveis de prestação de cuidados</p> <p>A implementação e divulgação da certificação da qualidade da prestação de cuidados de saúde, de forma a aumentar a confiança dos cidadãos no Sistema de saúde</p> <p>O reforço, nas redes de prestação de cuidados de saúde, do papel das comissões da qualidade e segurança</p> <p>O reforço das medidas de utilização racional dos medicamentos, suportada nas NOC, que por sua vez se baseiem em análises de custo-efetividade</p> <p>A garantia de qualidade na realização de rastreios de base populacional, assegurando assim a equidade e o acesso a estratégias de prevenção de qualidade</p>	o	o	o	o	o	o	o
<p><b>4 - Políticas Saudáveis</b></p> <p>A promoção da abordagem intersectorial e de Saúde em Todas as Políticas nos diferentes níveis de atuação</p> <p>O reforço de estratégias intersectoriais que promovam a saúde, através da minimização de fatores de risco (tabagismo, obesidade, ausência de atividade física, álcool)</p>	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p>O reforço de implementação de estratégias e instrumentos no âmbito de políticas saudáveis com base na identificação de prioridades em saúde com revisão e atualização periódica</p> <p>A utilização da metodologia de avaliação de impacto, como um elemento a considerar previamente ao desenvolvimento e implementação de políticas</p> <p>O reforço de sistemas de vigilância epidemiológica em relação aos determinantes de saúde e aos fatores de risco com maior impacto em ganhos de saúde com equidade</p> <p>O reforço dos sistemas de monitorização de alertas de saúde pública, promovendo a deteção precoce e coordenação de resposta a essas emergências</p> <p>O reforço de estratégias de comunicação e de marketing social que promovam a opção pela implementação de políticas saudáveis</p> <p>A revisão das estratégias de financiamento no sentido de valorizar projetos e ações de âmbito intersectorial</p>							
<b>ET 2027</b>	o	oo	o	o	o	o	oo
<p><b>1 - Valorizar o território e as comunidades</b></p> <p>Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário</p> <p>Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais</p> <p>Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação</p> <p>Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos</p> <p>Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística</p>	o	ooo	oo	o	ooo	oo	oo
<p><b>2 - Impulsionar a economia</b></p> <p>Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos</p> <p>Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar</p> <p>Atrair investimento e qualificar a oferta turística</p> <p>Estimular a economia circular no turismo</p> <p>Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo</p>	o	oo	o	o	o	o	ooo
<p><b>3 - Potenciar o conhecimento</b></p> <p>Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades</p> <p>Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas</p> <p>Difundir conhecimento e informação estatística</p>	o	o	o	o	o	o	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável Afirmar Portugal como smart destination							
<b>4 - Gerir redes e conetividade</b> Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	oo	o	o	o	o	o	oo
<b>5 – Projetar Portugal</b> Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional	o	oo	o	o	o	o	o
<b>PNAP</b>	o	ooo	oo	o	oo	oo	oo
<b>1. Qualidade de vida</b> Evidenciar a importância e o papel da qualidade da arquitetura e da paisagem na prossecução da qualidade de vida e do bem-estar social e na preservação e valorização dos recursos naturais, culturais e humanos Promover a qualidade do ambiente construído e das paisagens, contrariando a expansão urbana e garantindo a qualidade construtiva e ambiental das edificações, em especial dos espaços e edifícios públicos Apostar na reabilitação e regeneração como um sector estratégico e implementar políticas conducentes à melhoria das condições de habitabilidade, à segurança de pessoas e bens, à inclusão e coesão social e à defesa e recuperação das paisagens culturais Assegurar a integração da arquitetura e da paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo e nas várias políticas setoriais, em especial nas áreas da cultura, ambiente, agricultura, turismo, economia e social Promover a manutenção e valorização das funções ecológicas da paisagem, estimulando a sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial Estimular a adoção de práticas de projeto, de construção, de gestão e ordenamento das paisagens éticas e responsáveis, privilegiando	o	ooo	ooo	o	ooo	ooo	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
soluções e metodologias sustentáveis e valorizadoras da qualidade							
<p><b>2. Sustentabilidade e conservação da natureza</b></p> <p>Promover uma arquitetura e um urbanismo ecológicos e eficientes na utilização dos recursos, em especial a energia e a água, e a sustentabilidade do ambiente construído e das paisagens</p> <p>Contribuir, ao nível da gestão e ordenamento das paisagens, do planeamento e da construção para a implementação das estratégias de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, bem como as de prevenção e redução dos riscos</p> <p>Promover a proteção e valorização do património natural e dos sistemas de produção agrícola que contribuem para a qualidade e para o carácter da paisagem rural</p> <p>Investir na qualificação de todos profissionais ligados à arquitetura e à paisagem, sensibilizando-os para os desafios da reabilitação urbana, da sustentabilidade, da eficiência energética e da conservação da natureza</p> <p>Incentivar a investigação e a educação ligada à construção sustentável, estimulando a sua ligação à indústria e a inovação tecnológica no âmbito da construção, dos materiais, do conforto térmico e da produção e consumo de energia</p>	o	ooo	ooo	o	oo	oo	oo
<p><b>3. Cultura e património</b></p> <p>Incentivar a preservação, a salvaguarda e a valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, aumentando a consciência cívica sobre o valor cultural das paisagens e da arquitetura, e estimulando a participação dos cidadãos, das organizações e dos diferentes interesses socioeconómicos em processos de conservação e valorização do património cultural</p> <p>Fomentar a adoção de metodologias e processos de gestão integrada do património, arquitetónico e urbano, e da paisagem, bem como a implementação de práticas de conservação e reabilitação sensíveis e respeitadoras da história e da memória</p> <p>Implementar a excelência nas intervenções arquitetónicas e de ordenamento das áreas urbanas e rurais, garantindo que são planeadas e executadas em respeito pelo património cultural e natural</p> <p>Mitigar os efeitos da urbanização extensiva e da exploração agrícola e turística intensivas e fomentar um desenvolvimento territorial sustentável, valorizador do património e das paisagens</p>	o	ooo	ooo	o	ooo	oo	o
<b>4. Educação, participação e sensibilização</b>	o	oo	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Promover o conhecimento, a compreensão e a educação para a arquitetura e para a paisagem Estimular o sentido de pertença, de identidade e de responsabilidade dos indivíduos perante a comunidade e o território Motivar o interesse e envolvimento dos cidadãos e das comunidades nos processos de decisão, de participação e avaliação Reforçar, nas áreas da arquitetura e da paisagem, a colaboração e interação entre as comunidades científica, técnica e política e a articulação destas com a população em geral							
<b>5. Economia e internacionalização</b> Potenciar a projeção e visibilidade internacional da arquitetura e da paisagem nacionais Promover a arquitetura e paisagem portuguesas como recursos para a criação de emprego, para a promoção do turismo e economia nacionais Incentivar o crescimento, a qualidade e a eficiência da indústria de construção nacional através de uma maior incorporação de serviços de arquitetura e de conservação da natureza Incentivar a criatividade e a inovação com vista à criação de novas áreas de negócio, à melhoria da qualidade e do comportamento ambiental dos territórios e suas edificações	o	oo	o	o	o	o	oo
<b>Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020)</b>	o	o	oo	o	o	oo	o
OT 1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	o	o	o	o	o	o	o
OT 2. Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade	o	o	o	o	o	o	o
OT 3. Reforço da competitividade das PME	o	o	o	o	o	o	oo
OT 4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	o	o	o	o	o	oo	oo
OT 5. Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos	o	o	ooo	o	oo	ooo	o
OT 6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	o	oo	ooo	o	oo	oo	o
OT 7. Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	o	o	oo	ooo	o	oo	o
OT 8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	o	o	o	o	o	o	oo
OT 9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	o	oo	oo	o	oo	oo	o
OT 10. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	o	o	o	o	o	o	o
OT 11. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	o	o	o	o	o	o	o
<b>PROT OVT</b>	oo	oo	ooo	o	ooo	ooo	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p><b>1 - Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização</b></p> <p>1.1. Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo polos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos</p> <p>1.2. Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura</p> <p>1.3. Potenciar a utilização eficiente das infraestruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros polos/equipamentos relevantes</p> <p>1.4. Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes</p> <p>1.5. Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC</p>	0	00	00	0	000	000	000
<p><b>2 - Potenciar as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental</b></p> <p>1.1 Proteger e valorizar os recursos naturais, patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional</p> <p>1.2 Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o touring cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais</p> <p>1.3 Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente</p>	0	000	000	0	00	000	00

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p>as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social</p> <p>1.4 Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos</p> <p>1.5 Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura</p>							
<p><b>3 - Concretizar a Visão Policêntrica e Valorizar a Qualidade de Vida Urbana</b></p> <p>1.1 Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer</p> <p>1.2 Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas, e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade</p> <p>1.3 Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso</p> <p>1.4 Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização</p>	000	00	000	00	000	000	00

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
das TIC aos centros urbanos de menor dimensão							
<b>4 - Descobrir as novas ruralidades</b> 1.1 Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais 1.2 Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infraestruturas e dos recursos naturais, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização 1.3 Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC	oo	oo	ooo	o	oo	o	oo
<b>PROF LVT</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>ooo</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>
<b>Objetivos gerais</b> a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas g) Promover a gestão florestal ativa e profissional h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados i) Modernizar e capacitar as empresas florestais j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios k) Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos l) Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial m) Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema	o	oo	ooo	o	oo	o	oo

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
n) Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação o) Promover a conservação do regime hídrico p) Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais q) Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos r) Promover a melhoria da gestão florestal s) Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta t) Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável u) Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas v) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais w) Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal							
<b>Objetivos específicos</b> a) Aumentar a produtividade por unidade de área b) Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio c) Diminuir o número de incêndios e da área ardida d) Diminuir a erosão dos solos e) Promover o aproveitamento de biomassa para energia f) Reabilitar o potencial produtivo silvícola através da reconversão/ beneficiação de povoamento com produtividade abaixo do potencial ou mal-adaptados às condições ecológicas da estação g) Reabilitar áreas ardidas	o	o	oo	o	oo	o	o
<b>PGRH Tejo</b>	o	o	oo	o	o	o	o
<b>Objetivos estratégicos</b>							
<b>Área Temática 1: Quadro institucional e normativo</b> - Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes sectores utilizadores.	o	o	o	o	o	o	o
<b>Área Temática 2: Quantidade de água</b> - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas	o	o	oo	o	o	o	o
<b>Área Temática 3: Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico</b> - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico,	o	o	ooo	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental							
<b>Área Temática 4: Qualidade da água</b> - Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.	o	o	oo	o	o	o	o
<b>Área Temática 5: Monitorização, investigação e conhecimento</b> - Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e na investigação aplicada às matérias relacionadas	o	o	o	o	o	o	o
<b>Área Temática 6: Comunicação e governança</b> - Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região	o	o	o	o	o	o	o
<b>Área Temática 7: Quadro económico e financeiro</b> - Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos	o	o	o	o	o	o	o
<b>Objetivos ambientais</b>							
<b>Para as MA superficiais:</b> 1 - Evitar a deterioração do estado de todas as MA 2 - Alcançar o bom estado ecológico e o bom estado químico de todas as MA, com exceção das MAA e MAFM 3 - Alcançar o bom potencial ecológico e o bom estado químico das MAA e MAFM 4 - Reduzir progressivamente a poluição provocada por substâncias prioritárias e outras substâncias perigosas e cessar as emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas	o	o	oo	o	o	o	o
<b>Para as MA subterrâneas:</b> 1 - Evitar ou limitar a descarga de poluentes e evitar a deterioração do estado das MA 2 - Assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as MA subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas 3 - Inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição						o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<b>Planos de Gestão dos Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste 2016/2021</b>	o	o	oo	o	oo	oo	o
<b>1 - Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos</b> Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas zonas críticas identificadas	o	o	o	o	o	o	o
<b>2. Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação</b> Garantir a operacionalidade das redes de monitorização Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados Reforçar a cooperação nas bacias internacionais e assegurar o envolvimento das instituições Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta	o	o	o	o	o	o	o
<b>3. Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas zonas inundáveis</b> Articular a elaboração dos instrumentos de gestão territorial estabelecendo medidas de redução dos riscos de inundações Diminuição da exposição	o	oo	oo	o	oo	oo	o
<b>4. Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação</b> Diminuição da profundidade, da velocidade de escoamento e do caudal conduz à redução da perigosidade hidrodinâmica Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência	o	oo	oo	o	oo	oo	o
<b>5. Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água</b> Diminuir a probabilidade de ocorrência de derrames e de contaminação das massas de água em caso de inundação Promover medidas naturais de retenção água Recuperação e renaturalização das linhas de água	o	oo	ooo	o	oo	ooo	o
<b>PDMO</b>	<b>oo</b>	<b>oo</b>	<b>ooo</b>	<b>oo</b>	<b>oo</b>	<b>ooo</b>	<b>oo</b>

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p><b>a) Promover a coesão social e territorial e a qualificação urbana</b></p> <p>i) Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação dos centros urbanos e a regeneração de áreas degradadas, a rentabilização das infraestruturas, a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos, a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais</p> <p>ii) Assunção do eixo urbano Fátima — Ourém — Caxarias — Freixianda, valorizando o perfil funcional de cada um dos aglomerados e o transporte ferroviário e reforçando o interface de Caxarias e sua articulação com o transporte público rodoviário no serviço do eixo urbano;</p> <p>iii) Reforço da rede urbana de 2.º nível, base da autonomia funcional e da sustentabilidade social das unidades territoriais (UT) em que se divide o município</p> <p>iv) Expansão das redes públicas de abastecimento e drenagem a todos os aglomerados urbanos</p> <p>v) Promoção de modos suaves de transporte</p> <p>vi) Garantia que todos os espaços públicos ou de utilização coletiva sejam inclusivos e acessíveis a todos</p> <p>vii) Reforço da importância da mobilidade, na preparação dos Programas, Planos ou Projetos que venham a ser elaborados para a concretização dos vetores estratégicos e respetivos objetivos que suportam o modelo de desenvolvimento territorial</p> <p>viii) Valorização dos espaços verdes em meio urbano, numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico envolvente e como medida passiva de redução da vulnerabilidade a ondas de calor</p>	000	0	000	000	000	000	0
<p><b>b) Dinamizar a economia e incrementar a inovação, competitividade e internacionalização</b></p> <p>i) Renovação do modelo de crescimento económico, e valorização dos recursos endógenos</p> <p>ii) Valorização económica da área florestal, predominante no norte do concelho, com o devido controlo das áreas e espécies afetas à floresta de produção</p> <p>iii) Melhoria das acessibilidades externas e internas essenciais ao desempenho das atividades económicas, com a articulação entre a A1 e o IC9, a hierarquização funcional da rede rodoviária, a articulação modal com o transporte ferroviário</p> <p>iv) Definição de uma rede de espaços de atividades económicas que combine áreas empresariais, oferecendo elevados níveis de</p>	00	0	00	000	0	000	000

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
infraestruturas, serviços e vantagens de localização, tirando partido da inserção nas redes de transportes nacionais e internacionais, com espaços para instalação e ordenamento das iniciativas empresariais de proximidade v) Promoção do potencial do Vale do Nabão num contexto integrado e intermunicipal							
<b>c) Potenciar as aptidões territoriais distintas num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial</b> i) Promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais singulares de cada UT, enfatizando os fatores diferenciadores: Santuário de Fátima, Pegadas dos Dinossáurios, Agroal, Castelo de Ourém, Rio Nabão, Ribeiras da Salgueira, de Caxarias, do Olival, de Seiça e do Fárrio, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e Lombas de Fátima ii) Assunção de que o património natural é um ativo económico e produtor dos serviços dos ecossistemas e, como tal, fator de promoção do bem-estar da população residente e utente iii) Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, nomeadamente as económicas, de fruição e de produção dos serviços de ecossistemas, sobretudo o sequestro de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas iv) Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, com a consequente valorização e integração dos caminhos de Fátima, de Santiago e rotas dos peregrinos e dos percursos associados aos valores naturais e culturais v) Preservação, reabilitação e divulgação do património natural geológico e biológico, arquitetónico e arqueológico vi) Delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens							
	0	000	000	0	0	00	00
<b>PEDU Ourém</b>	<b>00</b>						
<b>Eixo 1: Promover a Mobilidade Sustentável</b> Priorizar o transporte público e melhoria da rede de interfaces, combinada com a utilização de tecnologias de apoio à gestão e informação para melhorar a competitividade daqueles Qualificar o espaço público, sobretudo nos principais eixos de ligação pedonal, de modo a aumentar a quota dos modos suaves e do transporte público nas deslocações diárias Alcançar uma cidade mais sustentável, com melhor ambiente e melhor qualidade de vida							
	0	00	000	000	00	000	0
<b>Eixo 2: Regenerar os Centros Históricos e a Zona Ribeirinha que os articula</b>	00	00	0	0	000	000	000

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
<p>Inverter a tendência de desaceleração de crescimento dos Centros Históricos, atraindo investimento, moradores e atividades económicas</p> <p>Promover a reabilitação do tecido urbano, adaptando-o às exigências atuais, sem prejuízo da sua identidade morfológica, histórica e patrimonial</p> <p>Transformar o Centro Histórico numa zona exemplar e motivadora da transição para um modelo de vida mais sustentável, com melhor qualidade ambiental, e promotor de eficiência energética e da redução da poluição do ar e do ruído</p> <p>Priorizar o investimento, disponibilizando e enquadrando as intervenções que poderão vir a merecer apoios, nomeadamente através do Instrumento Financeiro que poderá ter aqui um papel relevante</p>							
<p><b>Eixo 3: Governação e Participação</b></p> <p>Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições do município enquanto Autoridade Urbana</p> <p>Assegurar o envolvimento e a participação ativa dos “stakeholders”, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários</p>	oo	o	o	o	o	o	o
<b>PIAAC-MT</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>oo</b>	<b>o</b>	<b>oo</b>	<b>o</b>
Adequar a ocupação do solo e as infraestruturas a fenómenos climáticos extremos	o	o	o	o	o	oo	o
Definir áreas de proteção contra cheias e inundações	o	o	oo	o	o	o	o
Adequar a geometria urbana às necessidades de arrefecimento e ventilação	o	o	o	o	oo	oo	o
Aumentar a superfície ocupada por vegetação (sobretudo arbórea) e os espaços públicos abertos	o	o	ooo	o	oo	ooo	o
Proibir a construção em leitos de cheia	o	o	ooo	o	o	o	o
Delimitar o uso de automóvel em determinadas zonas	o	o	oo	ooo	o	oo	o
Expandir a rede de transportes públicos e implementar ciclovias	o	o	ooo	ooo	o	oo	o
<b>PMEPC de Ourém</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>	<b>o</b>
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe	o	o	o	o	o	o	o
Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas em operações de proteção civil	o	o	o	o	o	o	o
Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver	o	o	o	o	o	o	o
Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes	o	o	o	o	o	o	o
Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe	o	o	o	o	o	o	o

QRE	Op1	Op2	Op3	Op4	Op5	Op6	Op7
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade	o	o	o	o	o	o	o
Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes	o	o	o	o	o	o	o
Promover o aviso e informação da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes	o	o	o	o	o	o	o
<b>PMDFCI de Ourém</b>	<b>o</b>						
Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais	o	o	o	o	o	o	o
Reduzir a incidência dos incêndios florestais	o	o	o	o	o	o	o
Melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios florestais	o	o	o	o	o	o	o
Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades	o	o	oo	o	o	o	o
Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz	o	o	o	o	o	o	o

